

Olhares Locais & Contextos Globais

Leituras sobre a América Latina hoje

Danilo Alves da Silva
José dos Santos Costa Júnior
Noemia Dayana de Oliveira

OLHARES LOCAIS & CONTEXTOS GLOBAIS

OLHARES LOCAIS & CONTEXTOS GLOBAIS

LEITURAS SOBRE A AMÉRICA LATINA HOJE

Organizadores
Danilo Alves da Silva
José dos Santos Costa Júnior
Noemia Dayana de Oliveira

Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O45 Olhares locais e contextos globais: leituras sobre a América Latina hoje [recurso eletrônico] / Danilo Alves da Silva, José dos Santos Costa Júnior e Noemia Dayana de Oliveira. – Cachoeirinha : Fi, 2026.

178p.

ISBN 978-65-5272-285-0

DOI 10.22350/9786552722850

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Historiografia – Paraíba – América Latina. I. Silva, Danilo Alves da. II. Costa Júnior, José dos Santos. III. Oliveira, Noemia Dayana de.

CDU 94(813:7/8)

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

SUMÁRIO

Apresentação 7

Prefácio 13

José Adilson Filho

1 17

Historiografia formatando memórias sobre o ensino (de história)

Caio Rodrigo Carvalho Lima

Matheus Oliveira da Silva

2 33

Recontando a história: Desafios do Ensino de História diante do revisionismo histórico no século XXI

Jonathan de França Pereira

Osvaldo Santos Falcão

3 51

As bases político-ideológicas do indigenismo no império

Dárcya Jeanne Silva de Araújo

4 67

O conceito de cultura política e as pesquisas em história do Brasil República

Maria Tereza Dantas Soares Bezerra

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

5 85

A história dos conceitos numa época de polarizações políticas

Lucas Soares Chnaiderman

6 101

Projeto 1930 a caminho do centenário: convergências bibliográficas e fontes digitais (BR - 1930)

Jivago Correia Barbosa

Ana Andréa Vieira de Castro

Claudialyne da Silva Araújo

7 **119**

Um toque de consução: historiografia da tuberculose na América Latina e no Brasil

Rafael Nóbrega Araújo

Edna Maria Nóbrega Araújo

8 **139**

A igreja católica e o engajamento na luta de classes em Campina Grande na "Redemocratização" (1979-1985)

Jonathan Vilar dos Santos Leite

9 **155**

Esquadrões da morte, ditadura militar e luta de classes em Campina Grande-PB

Luciano Mendonça de Lima

APRESENTAÇÃO

O livro *Olhares Locais & Contextos Globais: Leituras sobre a América Latina hoje* é fruto das reflexões realizadas por pesquisadores e pesquisadoras de História no XXI Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História Seção Paraíba, realizado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na cidade de Campina Grande, em agosto de 2024. Na ocasião, o tema do encontro foi *América Latina e Brasil: entre ondas progressistas e reações conservadoras*, o qual contou com a contribuição de historiadores e historiadoras de diversas localidades do país que estavam interessados em discutir a conjuntura social, política, econômica e cultural e, sobretudo, da atuação do profissional de História em contextos adversos.

O XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB foi a reunião de esforços realizados em atividades como as mesas redondas, simpósios temáticos e minicursos, que após duas edições em formato remoto (2020 e 2022), reuniam-se presencialmente para debater as consequências e os aprendizados de uma pandemia (Covid-19) e de um governo antidemocrático, que tripudiou sob as instituições políticas, jurídicas, educacionais e sanitárias, incentivando o descrédito à ciência e a pesquisa socialmente referenciada no país. Mas este também foi um momento de celebrar a força da disciplina histórica no Brasil e especialmente na Paraíba, considerando a quantidade de professores, professoras e estudantes de História envolvidos (mais de 270 pessoas inscritas), ajudando para a renovação da produção historiográfica e os tensionamentos acerca de temas emergentes na disciplina.

Pensando na importância desse encontro e como deixá-lo registrado para a posteridade, reunimos nesse livro os textos dos proponentes de simpósios temáticos, que foram a principal base do evento, uma vez que é a partir desse lugar que conhecemos e compartilhamos as pesquisas em andamento, tendo a oportunidade de contribuir com os nossos parceiros e parceiras acadêmicos nos seus diferentes níveis – graduação e pós-graduação. Nesse sentido, o XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB foi pioneiro em aceitar comunicações orais de estudantes de graduação em História e outras áreas, desde que elas fossem frutos de pesquisas de iniciação científica ou Trabalhos de Conclusão de Curso.

Ao convidarmos os proponentes de simpósios temáticos para esta publicação, nosso objetivo era o de eternizar uma pequena amostra do que foi o encontro, ressaltando a sua pluralidade teórico-metodológica, temática e de níveis de pesquisa na Paraíba. Por isso, os textos que aqui reunimos é expressão dessa atmosfera acadêmica, que agora se torna palpável e legível aos interessados e interessadas que estiveram (ou não) nesse encontro. Apesar de termos feito o convite a todos os proponentes, somente nove dos trinta e dois simpósios temáticos retornaram com suas contribuições para a nossa organização.

***

O texto *Historiografia formatando memórias sobre o ensino (de história)*, de Caio Rodrigo Carvalho Lima e Matheus Oliveira da Silva nos permite compreender as relações densas e produtivas entre a historiografia e o ensino de história. Os autores fazem uma contribuição relevante ao apontar os lugares-comuns e alguns "clichês" explicativos para a construção dos cursos de história, do ensino de história na

educação básica e alguns marcos e modelos teóricos e pedagógicos que têm orientado essa discussão, abrindo caminhos investigativos bastante profícuos para a pesquisa sobre a historiografia do ensino de história para além do que nos legou algumas produções do eixo Rio-São Paulo.

Por sua vez, em *Recontando a história: Desafios do Ensino de História diante do revisionismo histórico no século XXI*, Jonathan de França Pereira e Osvaldo Santos Falcão encaram o desafiador tema do revisionismo e do negacionismo que grassa a agenda pública contemporânea no Brasil. A particularidade do texto reside em dois movimentos: por um lado, situam a discussão sobre o tema em termos historiográficos e políticos de forma bastante estruturada, indicando a força de mídias digitais na difusão de narrativas ideologicamente dedicadas ao apagamento e simplificação da história em favor de julgamentos e valores previamente dispostos nos comportamentos individuais e coletivos; em outro enfoque complementar, demonstram como atitudes revisionistas e, no limite, negacionistas, têm sido cada vez mais frequentes na educação básica. No que diz respeito ao ensino de história, eis um dos nossos maiores desafios no século XXI.

Voltando-se para o período oitocentista, o artigo *As bases político-ideológicas do indigenismo no império*, de Dárcya Jeanne Silva de Araújo dá uma fabulosa contribuição aos estudos de história indígena ao problematizar o estatuto de cidadão para os indígenas no Império brasileiro. Amparada em sofisticada pesquisa documental, permite rever as rupturas e permanências que envolveram a política indigenista desde o fim do Diretório dos Índios com a Carta Régia de 12 de maio de 1798, passando pela Assembleia Constituinte de 1823 e a Constituição Outorgada em 1824 e os debates que levaram à configuração do mito do índio como bom selvagem no século XIX. O texto contribui de modo decisivo para compreender a história do indigenismo brasileiro entre

transformações ocasionadas com a chegada do projeto republicano e a retomada de aspectos desenhados desde o momento em que se tensionava as mudanças de uma colônia para uma monarquia.

Enredando-se no campo da história política, o texto *O conceito de cultura política e as pesquisas em história do Brasil República*, de Maria Tereza Dantas Soares Bezerra e Dmitri da Silva Bichara Sobreira propõe uma reflexão conceitual sobre os usos e abusos da concepção de cultura política e sua utilidade epistemológica na explicação de certos fenômenos históricos. Assumindo o caráter interdisciplinar desse debate e dialogando com clássicos como Sidney Almond e Gabriel Verba – autores do livro "The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations" (1963) – e as renovações ocasionadas pelos estudos de história política, principalmente na matriz francesa e na interface com produções norte-americanas e britânicas, os autores convidam os leitores à prática de uma consciência historiográfica quanto ao potencial explicativo do conceito de cultura política a fim de evitar sua banalização. Afinal, que aspectos podem ser recobertos e interpretados à luz de tal conceito? Da leitura do artigo fica a provocação clara sobre o fato de que se um conceito explica tudo, na prática ele não explica nada (ou muito pouco!).

O texto *História dos conceitos numa época de polarizações políticas* de Lucas Chnaiderman contribuiu para pensarmos a metodologia da História dos Conceitos não apenas em pesquisas voltadas para a temática da política formal, mas o cenário político brasileiro, onde as polarizações partidárias e ideológicas se sobressaem em detrimento das ações sociais. Motivado pelas funções do historiador na sociedade contemporânea, o autor busca responder como esse profissional deve evitar as polarizações, já que elas ameaçam o fazer científico e acadêmico.

O texto *Projeto 1930 a caminho do centenário: Convergências bibliográficas e fontes digitais (BR-1930)* dos autores Jivago Correia Barbosa, Ana Andréa Vieira de Castro e Claudialyne da Silva Araújo, refletiu sobre as efemérides ocorridas em 2024, em especial, dos 94 anos da "revolução de 1930", com o objetivo de realizar um levantamento de fontes primárias e secundárias sobre esse acontecimento. A proposição era a de ressaltar não apenas os processos de digitalização e disponibilização dos acervos, mas a necessidade de criação de plataformas digitais para o acesso ao público, já que é através desses espaços digitais (*sites* e aplicativos) onde realmente se efetiva as pesquisas no Brasil.

Considerando a emergência de temáticas como a saúde e as doenças no Brasil, após a pandemia do Covid-19, o texto *Um toque de consução: Historiografia da tuberculose na América Latina e no Brasil* de Rafael Nóbrega Araújo e Edna Maria Nóbrega Araújo contribuiu para o reconhecimento da produção historiográfica sobre essa área, a qual é atravessada pelas contribuições de outros saberes acadêmicos, no entanto, o foco dos autores foi o da ciência histórica. Para isso, foram realizados levantamentos nas plataformas digitais como do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com o recorte temporal de 1992-2023.

O texto *A igreja católica e o engajamento na luta de classes em Campina Grande na "redemocratização" (1979-1985)* de Jonathan Vilar dos Santos Leite, ressaltou a importância dessa instituição para a organização da oposição ao regime militar e do engajamento nos municípios do interior do Brasil. Segundo o autor, em Campina Grande, muitos padres foram motivados a atuar em campanhas, denúncias e outros atos políticos em concordância com as diretrizes da Teologia da

Libertação, movimento católico referenciado nas figuras de Dom Helder Câmara e de Leonardo Boff.

Ainda sobre a Ditadura Militar, temática que marcou fortemente presença no evento, o texto *Esquadrões da morte, ditadura militar e luta de classes em Campina Grande-PB* de Luciano Mendonça de Lima, discutiu a lógica da violência ditatorial contra as classes populares, enfatizando os esquadrões da morte no município. Nesse sentido, o autor ressalta que a importância de reflexões como essa está na capacidade de contribuir com a historiografia da ditadura militar a partir de outras localidades que não apenas os grandes centros urbanos, mas sem perder de vista a totalidade do regime e do país, isto é, as atrocidades que estavam sendo cometidas pela ditadura contra mendigos, pessoas em situações de rua e outros.

Portanto, temos em mãos um livro que permite compreender as linhas de interpretação que têm orientado a escrita da história na Paraíba e no Nordeste, considerando-se os limites que demarcam a composição dessa coletânea. Os temas, metodologias e fontes que jovens historiadores e historiadoras têm construído em suas jornadas acadêmicas podem se constituir como uma cartografia das demandas públicas, tensões políticas e abordagens científicas que estão tornando possível a renovação da historiografia na interface com a tradição acadêmica em que ela se insere e que somente a partir disso – o (re) reconhecimento dessa tradição disciplinar – pode realizar a crítica de forma cientificamente responsável, socialmente séria e eticamente orientada pela compreensão da crítica como atitude aberta para continuar pensando e criando.

PREFÁCIO

José Adilson Filho

Novamente a América Latina encontra-se no centro do furacão estadunidense. Aliás, ela sempre esteve. Mas, agora, sob a administração de Donald Trump, as velhas hipocrisias da "política da boa vizinhança" foram substituídas pela violência direta e explícita da doutrina "Trumroe". Sob esse prisma, os trumpistas em conluio com os capitalistas, declaram sem nenhum cinismo os seus objetivos neocoloniais e imperialistas.

Contudo, isso ocorre num momento de forte decadência econômica dos E.U.A. e de sua hegemonia global. A presença poderosa da China no comércio internacional e a criação dos Brics aprofundaram ainda mais o afã militarista e imperialista do governo estadunidense em relação à América Latina, vista como seu quintal. Tal preocupação com seu vetusto "quintal" será fortalecida com o protagonismo internacional e regional de países como Brasil, Venezuela, Colômbia e México.

Tal cenário de disputas e reordenamentos da geopolítica global fez com que Trump e seus agentes imediatamente buscassem submeter uma série de pessoas à Lei Magnisty, tarifaços e intervenções. Alguns países foram mais gravemente atingidos pelos ecos dessa nova trama global, a exemplo da Venezuela que foi invadida e teve seu presidente capturado e aprisionado a mando de Donald Trump. Desde então, o país do bolivarismo passou a ser uma espécie de quase colônia dos E.U.A. Enquanto o México, o Brasil e a Colômbia sofreram altas taxações e, em alguns casos, até ameaças explícitas de invasão militar, outros como a Argentina, Paraguai e Equador preferiram comportarem-se como

meros ventríloquos e vassalos do império, inclusive o governo do Paraguai se dispôs a ceder seu território para a instalação de uma base militar dos E.U.A.

Sem dúvida tais protagonismos, tensões e conflitos mobilizam as sensibilidades e os compromissos éticos, políticos e acadêmicos de professores e pesquisadores a fim de compreender tanto os aspectos e dilemas mais contemporâneos como aqueles decorrentes de uma longa ou média duração presentes na formação histórica dos países latino-americanos. De algum modo muitas dessas questões foram contempladas pelas discussões e produções textuais desenvolvidas por especialistas, professores e estudantes de graduação e pós-graduação, através de palestras, mesas-redondas, simpósios temáticos, comunicações orais, minicursos e nos cadernos de anais do XXI Encontro Estadual da Anpuh-PB, que aconteceu nos *campi* da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em agosto de 2024.

As reflexões e debates tiveram como eixo norteador o tema "Entre ondas progressistas e reações conservadoras", o qual buscava problematizar as complexas relações estruturais, conjunturais e acontecimentais entre as esferas do global, regional e local. Sobretudo, apreender como tais articulações atravessam e moldam as práticas sociais, econômicas, políticas e imagéticas dos indivíduos, grupos e classes sociais destas paisagens sócio-históricas.

O referido evento teve uma excelente acolhida e participação da comunidade acadêmica ao longo de uma semana, instigando os organizadores do encontro e coordenadores de simpósios temáticos a produzirem duas importantes coletâneas: **América Latina e Brasil: Pluralidades, permanências e rupturas** (impresso) e **Olhares locais &**

Contextos globais: Leituras sobre a América Latina hoje, no formato e-book.

Há, como podemos perceber no livro *Olhares locais e Contextos globais: Leituras da América Latina hoje*, objeto desse prefácio, uma preocupação significativa em articular e apreender, simultaneamente, as singularidades e os universais inscritos nos processos e eventos dessa região, que infelizmente ainda continua com suas "veias abertas" à colonialidade e à dependência aos E.U.A.

Nesta coletânea, organizada pelos professores e historiadores Noemia Dayana de Oliveira, Danilo Alves da Silva e José dos Santos Costa Júnior, depara-nos com um conjunto de artigos voltados a analisar aspectos sociais e culturais do Brasil no império e na república. Temas caros a nossa historicidade como a ditadura militar, o protagonismo do clero católico progressista, a violência dos esquadrões da morte e a luta de classes demonstram que, a despeito da sua escala geográfica, as histórias locais têm suas dinâmicas articuladas e plasmadas por processos e contextos distantes e aparentemente estranhos aos *ethos* das formações sócio-históricas locais. Na verdade, tais textos mostram dialeticamente como o global também é afetado pelas relações e implicações com as dinâmicas históricas das cidades médias como Campina Grande, na Paraíba.

Todavia, a maior parte do livro direciona-se a refletir sobre algumas questões envolvendo aspectos conceituais, ideológicos relativos tanto à historiografia quanto ao ensino de história em tempos e espaços diferentes. Somos, pois, instigados a olhar com mais atenção e interesse para o que concerne às instâncias teóricas, metodológicas, documentais e seus usos e impactos na produção do conhecimento histórico e das lutas sociais.

Cabe-nos dizer, portanto, que essa coletânea constitui mais uma das importantes contribuições produzidas por historiadores brasileiros à compreensão de uma realidade na qual as contradições e as ambiguidades são profundas e determinantes para o devir social. Contudo, elas também ajudam a forjar esperanças, lutas e utopias, como demonstraram certos autores/as. E isso amplia as qualidades do livro e nos provoca a lê-lo com mais gosto.

Caruaru/Campina Grande, março de 2026.

1
HISTORIOGRAFIA FORMATANDO MEMÓRIAS SOBRE O ENSINO (DE HISTÓRIA)

Caio Rodrigo Carvalho Lima
Matheus Oliveira da Silva

Introdução

O objetivo principal deste texto é oferecer um balanço geral dos trabalhos apresentados no Simpósio Temático (ST) coordenado por Caio Rodrigo Carvalho Lima e Matheus Oliveira da Silva no "XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB: América Latina e Brasil. Entre ondas progressistas e reações conservadoras" realizado entre os dias 19 e 23 de agosto de 2024 em Campina Grande/PB. A ideia que nos levou a propor tal ST adveio da necessidade que observamos de reunir trabalhos cujos temas refletissem acerca da memória histórica estabelecida para o ensino, bem como para o ensino de história, principalmente em sua relação com a historiografia. O título do ST, portanto, ressoava nossa preocupação: a historiografia continua formatando memórias sobre o ensino (de história)?

Dessa forma, o presente texto se divide em três eixos. No primeiro deles, apresentaremos a narrativa historiográfica estabelecida para a história do ensino de história no Brasil e realizaremos uma crítica desta com base no trabalho de Freitas e Oliveira (2022). O segundo eixo deste texto tratará da relação entre tal narrativa historiográfica e os trabalhos apresentados no ST que coordenamos, isto é, se ainda é possível observá-la nestes, até que ponto, e por quê. Além disso, realizaremos uma crítica dessa aproximação, quando viável. Por fim, no terceiro eixo deste texto, apresentaremos algumas pesquisas (em

desenvolvimento e concluídas) do Grupo de Pesquisa do qual fazemos parte, "Espaços, Poder e Práticas Sociais"[1], a fim de demonstrar que é possível ir de encontro à referida narrativa e partir da crítica elaborada por Freitas e Oliveira (2022) para repensar a história do ensino de história.

Esperamos, com isso, fomentar pesquisas no campo do ensino de história que repensem a memória histórica criada para ele e, de certa forma, ainda repetida contemporaneamente. Esperamos, também, estimular a crítica e a circulação de ideias inovadoras, que sejam capazes não apenas de se opor às narrativas estabelecidas, mas também de propor caminhos outros para a construção do campo do ensino de história, de sua historiografia, e das práticas que formam professoras e professores de história Brasil afora.

A historiografia como problema para a história do ensino de história

Contar a história do ensino de história, como contar qualquer história, é selecionar fatos, estabelecer marcos temporais e espaciais, e criar interligações de sentido entre o passado e o presente, bem como projetar o futuro a partir disso (Rüsen, 2015). Sendo assim, ao pensarmos nosso ST, fomos mobilizados pela preocupação identificada por Freitas e Oliveira (2022) quanto à história do ensino de história. Para os autores,

> Um primeiro ponto problemático da história do Ensino de História no Brasil é a cronologia. Ela foi criada pelos que escreveram na década de 80 do século XX. Eles afirmam que no Brasil todo o ensino experimentado durante a ditadura militar de 1964 a 1985 tem a marca dos Estudos Sociais e da retirada

[1] O Grupo de Pesquisa "Espaços, Poder e Práticas Sociais" localiza-se na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e é coordenado pela Professora Doutora Margarida Maria Dias de Oliveira e pelo Professor Doutor Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (CNPq, 2021).

> de Filosofia, Sociologia e a introdução da Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira e da invenção dos Estudos dos Problemas Brasileiros no ensino superior (Freitas & Oliveira, 2022, p. 8)

Ou seja, há um marco temporal muito bem-estabelecido para o início dos trabalhos das historiadoras e dos historiadores que trataram da história do ensino de história, qual seja, o da década de 1980. Ademais, Freitas e Oliveira (2022) identificaram os temas contra os quais esses historiadores lutaram: as imposições dos militares sobre a educação, mais especificamente, sobre o ensino de história em todos os níveis de ensino, e suas consequências para a prática desse ensino, que se observam, sobretudo, nos livros didáticos. Eles também notaram que a maioria dos trabalhos sobre esse tema adveio do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Minas Gerais, havendo algumas historiadoras como majoritárias na formatação da memória histórica acerca da história do ensino de história no Brasil: Elza Nadai, Maria de Lourdes Janotti e Thais Nívea Fonseca.

Com base nos trabalhos dessas historiadoras, Freitas e Oliveira (2022) elaboraram um resumo de como a história do ensino de história é costumeiramente narrada. Em primeiro lugar, conta-se essa história como tendo sido iniciada com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por instituir o que se acostumou a chamar de ensino de história tradicional. Em tese, tais narrativas se apoiam no texto célebre de Manoel Salgado Guimarães (1988). No entanto, segundo Freitas e Oliveira (2022), o texto em questão não abona a tese de que o ensino de história foi orientado pelas diretrizes do IHGB, muito menos que essas diretrizes teriam definido a maneira de se ensinar história em todo o território nacional.

O segundo marco temporal dessa narrativa, ainda segundo os autores, segue da criação do IHGB, em 1838, até 1930. Nesse período, o

ensino de história tradicional e homogêneo teria sido mantido, marcado, então, pelas orientações do Colégio Pedro II. Este, por sua vez, contava com professores que eram membros do IHGB, de modo que a passagem da maneira com que se pensava o ensino de história nessa instituição para aquela teria sido algo inevitável e natural. O terceiro marco temporal segue da década de 1930 à de 1950, nas quais as reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, bem como os movimentos pela democratização da escola, dos quais Anísio Teixeira, dentre outros educadores, fez parte, são mencionados, mas o ensino de história teria se mantido igual a como era anteriormente: tradicional e homogêneo.

O quarto marco temporal dessa narrativa defende que a década de 1960, semelhantemente às anteriores, teria sido palco de movimentos e ativismos pela educação, mas, igualmente, mais uma vez, às anteriores, isso não teria surtido efeito no ensino de história (Freitas & Oliveira, 2022). O estabelecimento desses quatro marcos temporais, segundo os autores, serve para justificar o quinto, e último: dos trabalhos produzidos na década de 1980 teriam surgido tudo o que haveria de novo no ensino de história (Freitas & Oliveira, 2022).

Percebe-se, nesse sentido, a construção de uma memória histórica sobre a história do ensino de história que se mantém na, e por meio da, historiografia. Isso se torna ainda mais notável quando se observam os trabalhos de autoras como Fonseca (2004), citada por Freitas e Oliveira (2022), mas também os de Circe Bittencourt (2008) e Maria Auxiliadora Schmidt (2012). As três autoras partem do marco cronológico dos anos de 1980 para estabelecer o início das pesquisas no campo do ensino de história, bem como entendem-no como sendo o período no qual ocorreu a renovação nas práticas de ensino e o próprio surgimento do campo em questão.

Narrativas como essas servem para estabelecer a ideia de um campo de pesquisa, mas também conformam uma memória histórica e historiográfica acerca dele. Em outras palavras, elas ignoram a existência de experiências diferenciadas de ensino de história anteriormente à década de 1980, experiências que já foram destacadas por Oliveira, Stamatto e Freitas (2014) especificamente quanto aos Estudos Sociais, mas que também podem ser observadas em experiências de ensino como a dos Ginásios Vocacionais (GVs) de São Paulo, que existiram entre 1961 e 1969 (Neves, 2010; Mascellani, 2010).

Com esses pressupostos em mente, propusemos o ST a fim de averiguar até que ponto tal narrativa permanece presente nas pesquisas em ensino de história. Notamos, conforme demonstraremos a seguir, que elas não apenas permanecem, como continuam não sendo criticadas, de modo que a história do ensino de história aparenta continuar sendo formatada pela memória histórica constituída na década de 1980.

Uma história que se repete

Espaços como os de STs em eventos acadêmicos são valiosos para estabelecer o intercâmbio entre pesquisadoras e pesquisadores, da mesma forma que o são para promover a troca de referências, estudos e críticas intercaladas por profissionais e profissionais em formação de diferentes instituições de ensino e pesquisa. Sendo assim, pudemos realizar essas tarefas uma vez que obtivemos um número consideravelmente alto de inscritos, 11, dentre os quais figuravam graduandas e graduandos, pós-graduandas e pós-graduandos, e professoras e professores de história tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior.

Os trabalhos inscritos no ST que propusemos trataram de diversos temas, desde livros didáticos, problematização de narrativas históricas, manuais didáticos para a graduação em História, metodologias aplicadas à prática docente, até uma leitura acerca da própria história do ensino de história. Desses, alguns se destacam no sentido da crítica que fazemos neste texto: o trabalho "A evolução do ensino de história no Brasil: da tradição colonial à necessidade decolonial (XVI-XXI)"; "Entre saberes produzidos: o que se destaca sobre a história da América Latina na BNCC e livros didáticos?", e "Vocabulário político da Antiguidade – Super Trunfo: formas de governo".

Analisando-se no sentido contrário, tem-se que o proponente do trabalho "Vocabulário [...]" apresentou o resultado de um jogo aplicado a turmas da Educação Básica no qual se previa o aprendizado de temas relativos às formas de governo existentes na Antiguidade. Em se tratando do material apresentado, malgrado seu valor metodológico e sua importância para auxiliar na memorização desses temas, observamos a manutenção de um dos lugares-comuns advindos da referida memória histórica que criticamos neste texto: a ideia de que renovar o ensino de história é associá-lo a técnicas que facilitem o aprendizado dos conteúdos por parte das alunas e dos alunos. Tendo sido esse trabalho apresentado por um graduando, seu valor é inegável no sentido do aprendizado que ele teve ao elaborá-lo e apresentá-lo. Porém, é preocupante o fato de, ainda hoje, manter-se a crença de que "melhorar" o ensino de história significa inserir técnicas que auxiliem na memorização.

Problema semelhante foi observado no trabalho "Entre saberes [...]". Neste, sua propositora apontou para a falta de conteúdos específicos acerca da América Latina tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto nos livros didáticos. Se, por um lado, faz parte dos lugares-comuns estabelecidos por essa memória histórica sobre o ensino de

história a crença de que se melhora o ensino inserindo-se nele técnicas que facilitem a memorização, por outro, também o faz a ideia de que o livro didático é um dos principais responsáveis pela "má qualidade" do ensino de história praticado nas escolas. Uma leitura sobre isso já foi apresentada por Oliveira (2011), que classificou trabalhos como esse como fazendo parte de um tipo de historiografia a qual a autora nomeou "historiografia da falta". Isto é, estudam-se os livros didáticos como objeto de pesquisa no ensino de história a fim de apontar o que falta neles e, dessa forma, sempre faltaria algo, haja vista o livro didático, objeto complexo do espaço escolar, jamais poder conter tudo aquilo que historiadoras e historiadores gostariam que nele existisse.

O trabalho "A evolução [...]" se encaixou perfeitamente em nosso objetivo ao propor o ST, posto que seu autor apresentou uma história do ensino de história na qual não apenas constavam todos os tópicos elencados e criticados por Freitas e Oliveira (2022), como também se utilizou de Circe Bittencourt para fundamentar sua narrativa. De acordo com o propositor, a história do ensino de história demonstraria uma "evolução" desde os tempos coloniais, de um ensino tradicional, para um ensino renovador baseado, contemporaneamente, na decolonialidade. O problema de narrativas como essa, conforme defendemos neste texto, é o de promover a leitura de que haveria apenas uma história possível para o ensino de história. Essa história, não por acaso, aloca no passado as práticas mais criticáveis e tradicionais, embora não definam o que significa tradicionalismo, no livro didático a "culpa" por mantê-las, e nos anos mais recentes a habilidade de tê-las superado devido aos trabalhos de historiadoras e historiadores que elaboraram suas narrativas a partir da década de 1980.

O trabalho de Bittencourt figurar entre as referências da apresentação desse propositor, portanto, é sintomático no sentido de

demonstrar o quanto a narrativa sobre o ensino de história ainda continua marcada por sentidos constituídos décadas atrás, os quais não funcionam mais para explicar o ensino de história, e nem sua história, na atualidade. Dessa forma, tanto o trabalho de Bittencourt (2008) quanto o de Fonseca (2004) e Schmidt (2012) inserem-se no rol de narrativas históricas que mantêm viva a memória histórica sobre o ensino de história cunhada na década de 1980 e, conforme observamos no ST, continuam formando profissionais de história.

Ainda, é relevante destacar que essas narrativas apareceram, em grande medida, nos trabalhos apresentados por graduandas e graduandos, de modo que isso aponta para o quanto a formação de novas e novos profissionais de história continua marcada por discursos que já se encontram superados por pesquisas mais recentes no campo do ensino de história. Isso demonstra, além da fragilidade da formação de profissionais na contemporaneidade, algo que Freitas e Dias (2021) observaram quanto ao campo do ensino de história em si: este, costumeiramente, não é reconhecido como campo de pesquisa pela comunidade historiadora nacional. Consequências disso são os problemas que observamos e destacamos neste texto. Em outras palavras, é como se, para formar professoras e professores de história, não se fosse necessário buscar o que há de mais recente na historiografia do campo, basta referenciar os "clássicos". Postura semelhante, por exemplo, não é tomada em nenhum outro campo de pesquisa histórica.

Embora seja igualmente relevante destacar a importância de graduandas e graduandos participarem de eventos acadêmicos e testarem suas habilidades de comunicação em espaços como os de um ST, é, no mínimo, preocupante perceber que narrativas cunhadas tanto tempo no passado continuem formando futuros profissionais. Uma renovação é urgente, e essa necessidade não foi descoberta por nós

durante o ST, mas, como apresentamos até aqui, já vem sendo assinalada por pesquisadoras e pesquisadores do campo do ensino de história há décadas. Sendo assim, o que se pode fazer? Que caminhos seguir para promover a renovação de que o campo necessita?

Uma tentativa de mudança

A crítica aqui exposta foi tomada como um consenso dentro do grupo de pesquisa ao qual pertencemos e que foi mencionado no início do texto. Sendo assim uma postura não só teórica, ou seja, de como compreendemos o campo, ela tem se convertido em posicionamentos práticos, através de pesquisas que têm se preocupado em demonstrar outros olhares sobre a história do ensino de História.

Colocando-nos agora em terceira pessoa, se fizeram presentes como membros do grupo os próprios proponentes do ST: Caio Rodrigo de Carvalho Lima, com o trabalho "Por uma história dos ginásios vocacionais de São Paulo (1961-1969) que reconheça a perda: um ensaio de enlutamento histórico"; e Matheus Oliveira da Silva, com a comunicação "Manuais para o ensino superior: o caso de introdução ao estudo da história (IEH) e João Wilson Mendes Melo". Além desses, Danilo Alves da Silva e Margarida Maria Dias de Oliveira, com os respectivos trabalhos "Ensino universitário de história e historiografia instrumental: práticas interdisciplinares de pesquisa no NDIHR/UFPB (1976-1980)" e "Por uma história plural: experiências de formações de professores".

A apresentação de Caio Lima tratou da experiência dos ginásios vocacionais (GV), em São Paulo, entre 1961 e 1969. Os GVs foram escolas experimentais marcadas por concepções de ensino consideradas à frente daquilo que se fazia naquela época em termos de ensino. Com sua extinção pelo regime empresarial-militar, houve um processo de

ressignificação daquele passado. Por um lado, se instituiu uma memória pautada exatamente nesse caráter inovador, mas que como tal, parece ter apagado de nossas mentes a ideia de que escolas que atendem a demandas reais da sociedade seriam possíveis, apesar do trágico fim imposto pelos militares aos GVs. Por outro, a historiografia sobre a história do ensino de história, ao colocar os anos 1980 como um momento inovador, acabou por não apenas negar o direito à reflexão sobre experiências que foram diferenciadas em décadas anteriores, mas também nos levou a pensar muito pouco sobre o que não deu certo e por quais razões.

Diante disso o autor propôs uma relação entre os GVs e a teoria de Jörn Rüsen, desenvolvendo assim a categoria de *enlutamente histórico* como uma forma de se pensar sobre o que se perdeu com o fim dos ginásios vocacionais.

O autor também nos chamou atenção para um movimento que não pode ser perdido de vista pelos historiadores: ainda que a teoria da história tenha se constituído como um campo, ela ainda deve servir para que leiamos/construamos a realidade, as experiências históricas e elaboremos sentidos para a vida, e a vida real, a vida em sociedade.

Partindo para o ensino superior, Margarida Dias discorreu sobre o reitorado Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque na UFPB, entre 1976 e 1980, e que trouxe significativas mudanças para a instituição, tais como o aumento do número de vagas e a chegada de professores de fora do estado. Com isso, a autora quis evidenciar que, ao contrário do que propôs determinada historiografia, havia antes dos anos 1980, em diferentes âmbitos (educação básica, ensino superior, práticas docentes, políticas institucionais), uma complexidade que escaparia ao binômio atraso x renovação, deslocando nosso olhar dos anos 1980 como a fonte de tudo que seria novo.

Sob essa mesma perspectiva, Danilo Alves compartilhou os resultados de sua pesquisa, que tem como foco as práticas históricas desenvolvidas entre 1976 e 1980 no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Este núcleo, fundado durante o regime militar, tinha seus projetos coordenados sob os auspícios da História, ainda que versassem sobre as mais distintas temáticas, como educação, pesca e arqueologia, por exemplo, e contassem com o trabalho de pesquisadores de diferentes campos. Foi em virtude de tais características que o autor desenvolveu a categoria de *historiografia instrumental*, como uma forma de não apenas resgatar a potencialidade daquelas inovadoras práticas históricas, mas também como uma maneira de demonstrar os usos do conhecimento histórico em espaços de atuação plurais.

Por fim, Silva Matheus Oliveira abordou um manual produzido pelo ex-professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DEHIS/UFRN), João Wilson Mendes Melo (1921-2020), intitulado "Introdução ao estudo da História", publicado pela primeira vez em 1984. A obra, destinada principalmente a alunos de graduação, foi um compilado das lições ministradas por ele ao longo de sua carreira[2] e abordam temas como "Evolução do conceito de história", "Periodização" e "Filosofia da história", por exemplo.

A tomada do manual como objeto de estudo nasceu do questionamento de uma memória que havia em torno da fundação do curso de História da UFRN[3], a qual permaneceu intocada por muito tempo, a nosso ver, em função, dentre outras coisas[4], da incorporação

[2] João Wilson Mendes Melo atuou como docente da cadeira/disciplina de Introdução ao estudo da História entre 1963 e 1988, tendo iniciado suas atividades no curso, porém, em 1957, como catedrático de História Antiga e Medieval.

[3] Sobre isso, ver: Silva (2023).

[4] Aqui nos referimos ao fato de que boa parte daquilo que é produzido no âmbito de um curso superior não é visto, pelos próprios historiadores, como possíveis objetos de estudo. Assim, os currículos, as

por parte dos historiadores de outra memória, qual seja, a de que o ensino superior de História no Brasil nasceu em São Paulo e no Rio de Janeiro e, assim, as tantas outras experiências espalhadas pelo país foram naturalizadas como produtos de um evento iniciado em outro momento e em outro local.

Além disso, o autor salientou a origem do artefato em questão, a saber, a constituição de uma orientação para os alunos de graduação. Com isso, se quis demonstrar que os manuais, objetos tão caros a diferentes campos, como os da teoria da história e da historiografia, não estão e nem devem estar isolados das situações que os originam: em sua grande maioria, a dimensão do ensino.

Considerações finais

Com o presente texto se tentou apresentar a narrativa historiográfica estabelecida em torno do ensino de história e, consequentemente, da história do ensino de história; a relação entre tal historiografia e os trabalhos apresentados durante o simpósio temático realizado durante o "XXI Encontro estadual de História – América Latina e Brasil: entre ondas progressistas e reações conservadoras"; e, por fim, expressar um posicionamento de determinadas pesquisas do grupo de pesquisa espaços, poder e práticas sociais em face das concepções anteriormente expostas.

Em síntese, uma das grandes questões que perpassa o ensino de história é o estabelecimento de alguns mitos fundadores, como a incorporação da tese de que tudo que haveria de novo e inovador teria

ementas, entre outros, são normalmente descartados ou, quando não, guardados sob condições inadequadas para a pesquisa histórica. Quando se tem algo resguardado, sobressaem as condições dos arquivos universitários, também ainda pouco convidativas à pesquisa. Além disso, vale pontuar a diminuta bibliografia sobre os cursos superiores e, em particular, sobre a UFRN.

surgido nos anos 1980 e, ao mesmo tempo, que tal inovação se expressaria majoritariamente pelo uso de métodos e técnicas de ensino.

Para o caso do ensino superior, a ideia de que uma história desse nível de ensino precisa começar a ser feita pelas instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro, pois teriam sido as primeiras do país, também encontra eco entre a comunidade de historiadores.

Por fim, outra marca da historiografia para o ensino superior é a de uma compreensão de que parecemos só termos alcançado a maturidade profissional e intelectual com as pós-graduações, sendo desta maneira pouco estimulada a olhar com o mesmo grau de seriedade (ou de peso para compreender a nossa profissionalização) as práticas e produções que não estariam vinculadas à pós-graduação, tais como a elaboração de manuais de ensino.

Pensemos que a ampliação desta categoria para as práticas do ensino superior, ainda que resulte em outras vertentes historiográficas, como a história do ensino superior de história, nos lembra que os ensinos ao longo do tempo guardaram uma intrínseca relação com nossa profissionalização. Assim, fazer uma história da historiografia, da teoria da história, da institucionalização e profissionalização da história requer um diálogo, e até mesmo um ponto de partida, no ensino de História e na historicização das práticas e do campo.

Não se quis aqui construir um lugar para estes que pautam a crítica expressa de baluarte do avanço, mas, ao contrário, oferecer da forma mais clara possível um diagnóstico, ainda que resumido, e uma proposição para pensarmos os ensinos de história para além de memórias que vão sendo formatadas pela historiografia.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil**: Espaços, Poder e Práticas Sociais. Brasília: CNPq, 2021. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0575316430961750. Acesso em: 28 out. 2024.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. História do ensino de história: memória e possibilidades de construção de um domínio. *In:* FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **PROFHISTÓRIA:** o dito e o feito. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 8-21.

FREITAS, Itamar; DIAS, Margarida. Ensino de História na Revista Brasileira de História. *In*: OHARA, João Rodolfo Munhoz; SANTOS, Wagner Geminiano dos (Orgs.). **40 Anos da Revista Brasileira de História**: a historiografia em revista. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2021, p. 223-256.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador**: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados. São Paulo: IIEP, 2010.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo**: renovação educacional como desafio político (1961-1970). 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira; FREITAS, Itamar. Políticas e práticas da história escolar no ensino médio do Brasil: a interdisciplinaridade em debate. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 429-451, maio/ago. 2014.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado**: uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora UFS, 2011.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, mai./ago. 2012.

SILVA, Matheus Oliveira da. **Saberes da disciplina, saberes da profissionalização**: uma leitura sobre a institucionalização da História por meio de Introdução ao Estudo da História na Faculdade de Filosofia de Natal (1963-1968). 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

2

RECONTANDO A HISTÓRIA: DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DO REVISIONISMO HISTÓRICO NO SÉCULO XXI

Jonathan de França Pereira [1]
Osvaldo Santos Falcão [2]

Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.
Eric Hobsbawn, *Sobre História* (2013)

Introdução

A disciplina história não está imune a um frequente fenômeno da sociedade contemporânea: o negacionismo científico. Nas salas de aula o espectro do negacionismo vem se manifestando a partir do *revisionismo histórico*, que em sua conotação negativa, implica em uma "viragem ético-política" em nosso modo de olhar o passado, adquirindo dimensões apologéticas (Traverso, 2017). Deve ser colocado antes que nem todo revisionismo é negativo, porém uma de suas versões, o *"revisionismo ideológico"*, constitui uma forma de negacionismo científico (Napolitano, 2021). O revisionismo ideológico no Brasil vem distorcendo a historiografia para atender a propósitos particulares (Melo, 2014).

Para nossos fins, focaremos nos conteúdos da produtora Brasil Paralelo como material de análise e os efeitos do seu discurso em sala de aula localmente (Paraíba, Brasil), pois a produtora tem sido o principal meio difusor do revisionismo ideológico (Santos, 2021), em um quadro de disputa de hegemonia pelos setores conservadores no país. Finalizaremos com relatos de caso das experiências em sala, pois a

[1] Professor da Doutorando em História pela Universidade Federal da Paraíba.
[2] Doutorando em Antropologia Social Pela Universidade de Tempere, Finlândia.

nosso ver a sala de aula de história é um bom termômetro para refletir sobre seu aumento e seus efeitos.

Negacionismo na Cultura Histórica

Balizamo-nos pelo conceito de Cultura Histórica como ferramenta para mapear revisionismos ideológicos, uma vez que este abrange desde a produção acadêmica até os "sensos comuns" em relação ao passado. Colocando de forma melhor, noção de cultura histórica envolve a produção de múltiplas narrativas, que influenciam a consciência histórica das sociedades (Rusen, 2015) – inclusive as distorcidas. Muito embora, historiografia precise reafirmar seu rigor, este conceito permite reconhecer melhor essa pluralidade de representações. Assim, apesar dos revisionismos, de questionarem dados científicos e favorecerem teorias conspiratórias (Björnberg et al., 2018), entendemos que são parte e são produtores da uma cultura sobre o passado, moldando orientações políticas.

Os discursos de negacionismo distorcem ou inventam fatos, uma noção cara para os historiadores, que entendem o “acontecimento verdadeiro” como algo central. Moraes (2008, p.4), em diálogo com Pierre Vidal-Naquet, questiona se a identificação do 'falso' não conduziria a história de volta ao positivismo. No entanto, para ele, as regras do ofício historiográfico delimitam o que pode ser dito sobre o processo histórico, destacando a necessidade de diferenciar a historiografia de outros discursos sobre o passado. Essa distinção reforça as particularidades do conhecimento histórico, evitando simplificações excessivas.

No entanto, há uma concorrência de narrativas, que a internet, com pouca mediação institucional, amplifica alguns enunciados sobre a

história que ganham mais visibilidade que outros (Pereira, 2019). Dessa forma tem servido como veículo para a negação fatos e processos históricos. Um estudo recente constatou a baixa audiência de canais institucionais, como TV Brasil e Univesp, no YouTube. Ainda assim, documentários dessas instituições, quando exibidos por canais privados, atingem milhões de visualizações, evidenciando tanto a força do mercado privado quanto a falta de iniciativas públicas eficazes nesses espaços online (Fontoura, 2020, p. 55).

Isso ocorre, em grande medida, em decorrência de uma instrumentalização por algoritmos, fenômeno que alguns estudos das humanidades digitais designam como "colonialismo digital" (Faustino; Lippold, 2023). O meio informacional, cria, assim, uma "intricada engenharia de produção de sentidos e signos que pressiona o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas" (Meneses, 2013, p. 11), onde o conhecimento é facilmente confundido com a reprodução mercadológica de conteúdos digitais. Textos, imagens, vídeos e áudios são criados e compartilhados em uma rede que entrelaça informação, educação e consumo.

Essa estrutura de informação e desinformação ocorre em nível mundial (Di Empoli, 2012), convergindo com o avanço de novas formas de exploração neoliberal, pelas quais a extrema direita encontra seu aparato legitimador. Entre outras estratégias, isso se dá por meio da monetização de conteúdos históricos distorcidos e da mercantilização da verdade. Essas práticas minimizam massacres e violências históricas. Embora a historiografia tenha começado a analisar esse fenômeno, o campo de estudos ainda está em estágio embrionário.

Um breve apanhado da negação

O negacionismo histórico ganhou maior destaque a partir da década de 2010, com a ascensão de uma nova direita no Brasil, que se empenhou em conquistar espaço não apenas no âmbito institucional, mas também no campo cultural (Rocha, 2021). Nesse contexto, nosso esforço para combatê-lo também se intensificou, especialmente com a negação mais veemente de eventos como a escravidão e a ditadura militar (Falcão, 2019). No entanto, o esforço da historiografia para enfrentar o negacionismo não é recente.

Um exemplo significativo do esforço historiográfico contra o negacionismo é o trabalho de Henry Rousso. Em *Síndrome de Vichy* (1987), o historiador procurou demonstrar a colaboração dos franceses durante a ocupação nazista, evidenciando a participação, inclusive de cidadãos destacados, nos procedimentos ligados ao Holocausto. Dessa forma, ele combateu o negacionismo oriundo do esquecimento histórico.

Rousso (2020) destaca que o negacionismo não se limita ao Holocausto, abrangendo outros momentos traumáticos da história. Ele o define como uma prática discursiva que manipula o passado para desresponsabilizar o presente. Enzo Traverso (2017.p35) complementa, apontando que os negacionistas subvertem o termo "revisionismo", distorcendo a linguagem e a memória coletiva, e assim enfraquecem a responsabilidade histórica compartilhada.

Não obstante, há diferentes formas de negacionismo histórico, e por isso é importante nos debruçarmos sobre suas implicações sociais e pedagógicas, especialmente no contexto da sala de aula, que continua sendo um espaço fundamental para a formação da consciência histórica de uma sociedade (Rüsen, 2021). A terminologia de Stanley Cohen (2001) nos auxilia a descrever essas formas, dividindo-as em três categorias:

A) "negação literal," a B) "negação interpretativa", e a C) "negação implicatória". Conforme a definição citamos alguns exemplos conforme nosso entendimento:

A) A" negação literal", esta forma rejeita fenômenos amplamente documentados, como por exemplo, a negação do holocausto, do genocídio armênio[3]ou do apartheid e massacre palestino.

B) A "negação interpretativa" é aquela busca modificar a interpretação convencional dos eventos históricos por meio de eufemismos. No contexto brasileiro, um exemplo disso é a reclassificação da Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no uso dos termos "revolução", "golpe" ou "movimento militar", como foi designado pelo ministro Dias Toffoli durante o Seminário de Comemoração da Constituição de 1988[4].

C) A "negação implicatória" refere-se à recusa em lidar com as implicações morais e éticas do conhecimento histórico. Segundo Cohen (2001, p. 9), envolve questões sobre "fazer ou não a coisa certa" com esse conhecimento. Quem pratica esse tipo de negação argumenta que os erros do passado não interferem no presente, minimizando a necessidade de políticas de reconhecimento e reparação.

É nas questões éticas que o revisionismo ideológico atual mais se apoia, como se observa na postura dos opositores às políticas afirmativas de cotas no Brasil (Rocha, 2020). Neste sentido, é inegável as implicações sociais e pedagógicas desse fenômeno, cujos impactos na sala de aula são evidentes.

Não obstante, no âmbito acadêmico a então dualidade entre objetividade/subjetividade, marca de um antigo acirramento teórico a

[3] Genocídio Armênio (1915-1917): o governo da Turquia e alguns historiadores negam que os massacres e deportações de armênios pelo Império Otomano constituíram genocídio, apesar de ser amplamente reconhecido como tal por muitos estudiosos e países.

[4] Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de 'movimento de 1964'. *Folha de S. Paulo*, 1 out. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/foli-diz-que-hoje-prefere-chamar-golpe-militar-de-movimento-de-1964.shtml. Acesso em: 03 de agost. de 2024

balança vem pendendo para a subjetividade (Nora1983, p.20), principalmente no que diz respeito à construção narrativa. Desvirtuando isso o negacionismo passa a se utilizar de crença em premissas incomuns ou ilógicas, e explora preconceitos preexistentes do público-alvo (Dunker, 2017, p. 38). Atendendo às inclinações ideológicas de quem produz e consome essas narrativas, resulta em uma versão da história que é adaptada aos gostos pessoais, uma "história à *la carte*".

No Brasil, o revisionismo contemporâneo no qual a nova direita se alicerça, se proliferou de forma subterrânea com a fundação do "Mídia sem Máscara" por Olavo de Carvalho no ano 2002. Este projeto tinha como objetivo reunir vozes anticomunistas (Pastischik, 2012). Este movimento passou a legitimar preconceitos contra comunistas, negros, mulheres, gays e indígenas, retratando-os como autoritários e impositores de suas "doutrinas". Recentemente, essa retórica tem ganhado força especialmente entre homens e evangélicos, ampliando o radicalismo da direita com conotações religiosas (Solano & Rocha, 2019).

Para Olavo de Carvalho a modernidade tardia é caracterizada pelo desembocar em um niilismo distorcido e pelo surgimento de um mundo de identidades fragmentadas, vista como colapso civilizatório (Mariutti, 2020). Sua retórica contribuiu para a revitalização da tradição anticomunista no Brasil, e de um suposto "Marxismo Cultural" (Castro Rocha, 2021). Como se sabe, sua retórica o transformou na referência intelectual da direita brasileira (Puglia 2020, p. 160) e defensor de uma noção autóctone de "guerras culturais"[5].

[5] O conceito de "guerra cultural" foi formulado por neoconservadores como Hunter (1991) e Hartman (2015) para descrever os conflitos morais intensificados nos anos 1960, a partir da reação a temas como aborto, papel da mulher, sexualidade, direitos LGBTQI+, e outros aspectos sociais e culturais. Hoje, em âmbito global, o embate se concretiza pelas reações ao movimento *Black Lives Matter* nos anos 2020. Murray, em sua obra, hoje amplamente citada por polemistas conservadores, entende qualquer

Indo ao encontro com o movimento de reação ao progressismo, em 2009, é lançada a coleção de livros de "Guias Politicamente Incorretos da História" (Narloch, 2009) que se tornou um best-seller, vendendo mais de cem mil cópias em poucas semanas (Assis, 2020). Os produtores de conteúdo nas redes perceberam o filão em abordar temas históricos, e, hoje, influenciadores frequentemente se colocam como especialistas em história para apresentar “uma verdade escondida”.

Consideramos essa tendência como parte de um processo de mais amplo ataque ao ensino formal, uma resposta do conservadorismo ao pluralismo de tendência liberal-progressista que, ao promover valores como tolerância e inclusão, acabou expondo suas próprias fragilidades em não se dispor a desenvolver uma efetiva redistribuição material (Fraser, 2021).

No Brasil, a reação se sobrepõe ao movimento que pode ser demarcado a partir da mobilização popular pró redemocratização, cujo programa se consubstanciou na Constituição de 1988, que buscou consolidar um campo semântico em torno de direitos sociais e de inclusão (Burity, 2018, apud Silva, Mick e Jacque, 2021, p. 14). Assim se estabeleceu um relativo consenso no debate público – ainda que breve e às vezes puramente formal –, em relação aos direitos humanos, justiça social para grupos minoritários, e de combate contra desigualdade extrema do país.

Assim, a ascensão de narrativas neoliberais de cunho reacionário, muitas vezes sob a forma de ataque ao "politicamente incorreto" reconfigurou o debate, buscando minar os avanços progressistas e

movimento progressista como uma "Guerra contra o Ocidente". Um foco particular das críticas midiáticas conservadoras na atualidade é a chamada "Cultura Woke", termo originado do movimento antiescravidão nos EUA e que hoje é apropriado pela direita para se referir à incorporação de narrativas minimamente progressistas em vários meios.

busca retomar o controle ideológico sobre o discurso histórico e educacional (Santos, 2021; Kalil, 2017). Habermas identifica essa contraofensiva, no mundo ocidental, uma crise cultural, marcada pela incapacidade de integração simbólica em sociedades e grupos com heranças fragilizadas, fator explorado pelo neoconservadorismo de maneira incessante. Para o filósofo, esse movimento surge a partir "crise das utopias" nos anos 1970, acentuada com o avanço neoliberal na década seguinte, que rejeita a modernidade cultural de valores iluministas em favor da técnica (Habermas, p. 17), criando um terreno fértil para o revisionismo ideológico.

As manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 representam o auge da consolidação da nova direita no Brasil (Rocha, 2018, p. 172), inseridos, como já dissemos acima numa dinâmica mundial que, como em outros países, se caracteriza pelo ataque às instituições republicanas e a favor do livre mercado (Scott, 1985). Nesse contexto, surgiram movimentos como o "Escola sem Partido" (PL 7180/2014) e o "Instituto Mises do Brasil", ambos com o objetivo declarado de combater supostas doutrinações nas escolas (Rocha, 2018, p. 136). Sua influência ainda é forte no legislativo, resultando em restrições à liberdade de cátedra e limitando a autonomia dos professores na abordagem de temas relevantes e controversos.

A educação formal, especialmente o ensino de história, tem sido alvo de ataques que buscam deslegitimar a historiografia profissional, considerada doutrinária por setores radicalizados da sociedade (Frigotto, Penna e Queiroz, 2018). Embora a análise crítica de diferentes perspectivas seja essencial à disciplina (Reis, 2000), a censura velada compromete o processo de aprendizagem, restringindo temas e favorecendo versões revisionistas, o que prejudica a formação de uma consciência histórica crítica entre os estudantes.

No contexto descrito, em 2006 surgiu a Brasil Paralelo, a produtora mais estruturada e perigosa no campo da cultura, política e história dos “tristes trópicos”. Ideologicamente alinhada à extrema direita mundial e orientada por Olavo de Carvalho, a produtora instrumentalizou de forma massiva o revisionismo ideológico.

O negacionismo histórico do Brasil Paralelo

O Brasil Paralelo é uma empresa de produção audiovisual que se apresenta como uma "alternativa à hegemonia ideológica da mídia tradicional". Fundada em 2016, a empresa se especializa na criação de documentários, filmes e séries com enfoque em temas políticos, históricos e culturais, geralmente associados a uma perspectiva conservadora. Durante o governo Bolsonaro (2018-2022), a produtora expandiu seu alcance, vendendo produtos educacionais ao governo federal, colaborando com materiais didáticos escolares, e oferecendo uma graduação em História (O Globo, 2024). A estratégia de crescimento digital incluiu pesados investimentos em anúncios nas plataformas Meta e Google, gerando um tráfego estimado de R$ 45 milhões em novembro de 2021 (Núcleo Jornalismo, 2021).

Com quase 4 milhões de inscritos no YouTube, seus documentários mais populares incluem: *"1964: O Brasil entre Armas e Livros"*, com 11 milhões de visualizações, que defende a ditadura militar; *"Brasil: A Última Cruzada"*, que faz uma defesa do colonialismo no Brasil; e *"O Teatro das Tesouras"*, que analisa as eleições presidenciais desde a redemocratização até a eleição de Jair Bolsonaro. Esse sucesso consolidou a criação de um ecossistema revisionista no Brasil, impactando diretamente a sala de aula.

Embora a Brasil Paralelo afirme ser financeiramente independente, mantém laços com grupos empresariais e ultraliberais, como o Instituto Mises Brasil, que apoiam sua agenda política (Brasil de Fato, 2014). Além de suas produções exclusivas, a plataforma também oferece filmes clássicos, reforçando sua imagem como um pilar do entretenimento conservador. Isso reflete a estratégia da nova direita, que identifica a arena cultural como essencial para disputas políticas (Teitelbaum, 2019).

O documentário "1964: O Brasil sob armas e livros" da Brasil Paralelo distorceu a compreensão de Paulo Freire para parte da população, tendo sido um dos primeiros sucessos da produtora, servindo de referência para outras produções. Em 2023, outro documentário da série *Investigação Paralela* questionou o caso Maria da Penha, defendendo o condenado e sugerindo "nuances". O filme, com mais de 145 mil visualizações, provocou ataques e ameaças contra Maria da Penha, que foi incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

Levantando a bandeira de uma "regeneração cultural", os artigos e documentários da *Brasil Paralelo* combinam uma falsa erudição com anti-intelectualismo explícito, atacando a historiografia acadêmica e deslegitimando o trabalho de historiadores profissionais. A produtora frequentemente promove ideologias que criticam a modernidade e Iluminismo que "buscou destruir os valores da civilização ocidental"[6]. Para eles uma vez que os acadêmicos partem desse princípio enviesam suas leituras sobre o passado de forma anacrônica e com base nisso, negam a chagas do colonialismo, em relação à escravidão e genocídio

[6] BRASIL PARALELO. **O que significa revolução**. Brasil Paralelo, 2024. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-significa-revolucao. Acesso em: 23 set. 2024.

dos povos indígenas. Alegam os benefícios oriundos dos “valores cristãos”.

Não é nosso objetivo detalhar os inúmeros erros factuais e o revisionismo ideológico promovido pela Brasil Paralelo, pois já há trabalho de referência (Castro Rocha 2021). Nossa preocupação é com os efeitos devastadores na sala de aula. A educação básica é um espaço mais suscetível para discursos ideológicos (Pereira & Seffner, 2009, p. 12), e por isso os documentários e produtos da Brasil Paralelo têm sido bem-vistos dentro da comunidade escolar. O resultado é um terreno inundado de negações, que, quando somada à precarização crônica do ensino, representa um significativo obstáculo ao *ofício do historiador* na sala. Além disso, a sua disseminação prejudica a constituição de consensos no debate público (a mudança do palco público para o digital é uma reflexão importante) sobre o passado, sabotando o que Habermas definiu como uso público da história (Sena Junior, Bezerra de Melo, Grassi Calil, 2017 p.19).

A experiência do revisionismo ideológico em sala de aula e o ProfHistoria

Ao longo de nossa trajetória acadêmica e profissional na educação pública paraibana, anos de experiência e a formação do Mestrado Profissional em História nos possibilitou perceber com mais clareza uma mudança quanto à resistência à disciplina de história. Se antes essa rejeição era motivada pela memorização excessiva (Bittencourt, 2012), hoje para alguns dos estudantes está relacionada a temas considerados "polêmicos", alimentados por discursos ideológicos de negação.

Essa tendência se intensificou durante a pandemia, quando o governo federal adotou o negacionismo como estratégia, e a desigualdade afetou principalmente os alunos de escolas públicas e a vigilância via

câmeras se intensificou nas privadas. Nesse contexto, a Brasil Paralelo emergiu como uma referência na cultura histórica, com narrativas revisionistas e negacionistas ganhando força nas aulas virtuais.

Temas éticos, como direitos humanos e os efeitos do colonialismo sobre povos indígenas, tornaram-se cada vez mais difíceis de trabalhar em sala. O revisionismo propagado por esses meios romantiza a colonização e enaltece o cristianismo como força civilizadora[7], tem sido refletido em falas de estudantes, como a afirmação de que "indígenas ou africanos escravizaram uns aos outros", distribuindo as responsabilizações sem levar em conta as assimetrias. Não raro ao tentar matizar ou mesmo denunciar estas relações somos acusados de proselitismo.

Enunciados como estes enfatizam a belicosidade indígena não para reconhecer a historicidade dos povos originários, mas para insinuar que a chegada dos portugueses trouxe valores civilizatórios. Ao absolutizar a cultura como determinante dos fenômenos políticos, a plataforma e mesmo livros didáticos desconsideram fatores como interesses econômicos e escolhas individuais, suavizando a brutalidade da conquista colonial. Especialistas são utilizados para validar essa narrativa, como no caso do "professor de história Thomas Giulliano", que afirma que "nem indígenas nem portugueses seriam mais os mesmos" após o contato (Brasil Paralelo, 2021).

A justificativa para a expropriação de terras indígenas se apoia na ideia de que os povos originários "não tinham noção de propriedade privada", fala reproduzida principalmente no âmbito das “escolas particulares”. Esse revisionismo se alinha com as "history wars"[8]

[7] BRASIL PARALELO. *Como foi a colonização do Brasil*. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/como-foi-a-colonizacao-do-brasil. Acesso em: 23 set. 2024.

[8] HISTORICAL TODAY. *British genocide in Tasmania*. Disponível em: https://www.historytoday.com/archive/british-genocide-tasmania. Acesso em: 23 set. 2024.

observadas na Austrália e no ocidente anglo-saxão, onde o conservadorismo usa a rejeição ao anacronismo para contestar interpretações que denunciam genocídios. Críticos apontam que essa rejeição seletiva do anacronismo esvazia seu real significado, tornando-se uma estratégia ideológica, enquanto o debate sobre anacronismo exige uma reflexão ética e teórica mais profunda (Tolentino Garcia, 2017).

Abordar o nazismo como fenômeno de direita em sala de aula é um desafio crescente, especialmente diante de narrativas que reduzem a distinção entre esquerda e direita ao tamanho do Estado[9]. Essa simplificação grosseira ignora as profundas diferenças ideológicas, como o nacionalismo autoritário do nazismo, em completo contraste com os valores socialistas. Além disso, tanto o nazismo quanto o comunismo são confundidos com único fundamento de serem movimentos "anticristãos".

Nesse cenário, que transforma a memória crítica em uma suposta ofensiva contra o "Ocidente", vemos alunos reproduzindo distorções, como ocorreu em 2018, quando Jair Bolsonaro[10] culpou os africanos pelo tráfico negreiro, afirmando que "os próprios negros entregavam os escravos". Alinhando-se ao discurso de Olavo de Carvalho, que relativiza a escravidão europeia ao mencionar que negros muçulmanos escravizaram brancos antes da colonização africana (Carvalho, 2007)[11], visão é reforçada pela Brasil Paralelo, que retrata cristãos como vítimas nas Cruzadas (Brasil Paralelo, 2022)[12]. Nesse caldeirão revisionista,

[9] BRASIL PARALELO. *Principais características do nazismo*. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/principais-caracteristicas-do-nazismo. Acesso em: 23 set. 2024.

[10] BOLSONARO, Jair. Entrevista do candidato Jair Bolsonaro no Programa Roda Viva da TV Cultura. *YouTube*, 30 de julho de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0. Acesso em: 10 jan. 2020.

[11] Disponível em: https://olavodecarvalho.org/tag/ku-klux-klan/. Acesso em: 21 ago. 2024.

[12] Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-foram-as-cruzadas. Acesso em: 23 set. 2024.

antirracismo, islamismo, feminismo e marxismo são apresentados como parte de uma ofensiva contra a civilização.

Considerações finais

Como observado por Moraes (2008), o negacionismo histórico não revisita apenas fatos, mas manipula a memória coletiva, legitimando narrativas fabricadas. O revisionismo ideológico da Brasil Paralelo age de forma similar, descredibilizando a historiografia profissional e reivindicando a autoridade como "produtores do passado". Esse esforço é central para seu projeto político que, ao acusar a história de ser "ideológica", se revela como um veículo de desinformação e controle cultural (Kalil, 2022). A produtora prejudica a prática docente, corrompendo o trabalho de articulação entre fontes, teoria e método, normalizando um campo semântico perigoso. Pereira e Seffner (2009) destacam que a memória coletiva é mais suscetível à manipulação midiática do que aos discursos acadêmicos rigorosos.

A deslegitimação da historiografia profissional enfraquece o ensino, tornando o combate ao revisionismo ideológico na sala de aula uma necessidade urgente. Ricoeur (1990) aponta que a objetividade histórica exige a renúncia à simplicidade narrativa, demandando uma inteligência crítica que conecte passado e presente. Assim, incorporar questões éticas, como políticas de reparação, é essencial para enfrentar a distorção que tenta dominar a esfera pública. Quando apenas o método e a narrativa falham em garantir a verdade em sala de aula (Bona, 2010), é nosso dever restaurar essas questões éticas como antídoto ao revisionismo ideológico.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. **Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história**. Disponível em: https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia/. Acesso em: 21 set. 2024.

ATKINS, Stephen E. **Holocaust Denial as an International Movement**. London: Praeger, 2008.

BRASIL DE FATO. **Brasil Paralelo: quem financia a produtora que milita contra o direito ao aborto**. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/07/17/brasil-paralelo-quem-financia-a-produtora-que-milita-contra-o-direito-ao-aborto. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL DE FATO. **Documentário da Brasil Paralelo influenciou ataques da extrema direita contra Maria da Penha, agora sob proteção do estado**. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL PARALELO. **Investigação Paralela: O Caso Maria da Penha**. YouTube, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=61zL0vWTkzE. Acesso em: 22 set. 2024.

DUNKER, Christian; ALMEIDA, Vladimir Safatle; SINGER, André. **Ética e pós-verdade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

EMPOLI, Giuliano da. **Les ingénieurs du chaos**. Paris: JC Lattès, 2019.

EXAME. **A filiação de Jair Bolsonaro ao PL foi uma movimentação estratégica visando a candidatura à reeleição em 2022**. Exame, 2022. Disponível em: https://exame.com. Acesso em: 21 set. 2024.

EXAME. Jair Bolsonaro se filia ao PL em evento em Brasília. Exame, São Paulo, 30 nov. 2021. Disponível em: https://exame.com. Acesso em: 17 set. 2024. **FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter.** Colonialismo digital [recurso eletrônico]: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 45-63, jan./abr. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100004.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea**. Conferência proferida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, 19 mar. 2001.

HENRIQUE DE MATTOS E SILVA, Ivan; MICK, Jacque; DI CARLO, Josnei. Nova direita no Brasil. **Em Tese**, v. 18, p. 10-20, 2021.

KALIL, I. Do "cidadão de bem" ao "patriota": eleições, desinformação e extremismo. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** 1. ed. São Paulo: ANPOCS / Hucitec, 2022, v. 1, p. 237-251.

MENESES, Sônia. Internet, História e Esquecimento: sobre pensar o passado escrito no universo virtual. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, v. 01, p. 10-26, 2013.

MORAES, L. E. S. O Negacionismo e as Disputas de Memória: intelectuais de extrema-direita e a Invenção de um Passado sem o Holocausto. In: **XIII Encontro Regional de História** - RJ, 2008, Seropédica. Anais do XIII Encontro Regional de História, 2008.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Ed. Leya, 2009.

NÚCLEO. **A máquina do Brasil Paralelo**. Disponível em: https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo/. Acesso em: 21 set. 2024.

O ANTAGONISTA. **Contrato da Brasil Paralelo com TV Escola é de três anos**. Disponível em: https://oantagonista.com.br/brasil/contrato-da-brasil-paralelo-com-tv-escola-e-de-tres-anos. Acesso em: 21 set. 2024.

O GLOBO. **Depois de aula com material do MBL, rede estadual de SP usa Brasil Paralelo como material pedagógico**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/05/06/depois-de-aula-com-material-do-mbl-rede-estadual-de-sp-usa-brasil-paralelo-como-material-pedagogico.ghtml. Acesso em: 21 set. 2024.

O POVO. **Bolsonaro oficializa filiação ao PL: "Nós tiramos o Brasil da esquerda"**. O Povo, Fortaleza, 30 nov. 2021. Disponível em: https://opovo.com.br. Acesso em: 17 set. 2024.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). 2012. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PENNA, Fernando; QUEIROZ, Caio; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação democrática**: antídoto ao Escola sem Partido. UERJ, LPP, 2018.

PEREIRA, Jonathan de França. **Povos indígenas e educação básica**: relações entre a história pensada e a história vivida. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistoria), UFRN, Natal, 2019.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90** (Online), Porto Alegre, v. 15, p. 113-128, 2009.

PUGLIA, L. S. **Reação conectada**: As direitas brasileiras em perspectiva histórica. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary; MARIANO, Serioja Rodrigues. (Org.). **Cultura histórica e ensino de história**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 11-38.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política) -. ROCHA, João Cezar de Castro**.** Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil Pós-Político. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, Solange. Racismo e direito à memória devem constar na agenda política. **Observatório da Imprensa**, 15 set. 2023. Disponível em: https://observatorio daimprensa.net/historiadora-solange-rocha-racismo-e-direito-a-memoria-devem -constar-na-agenda-politica/. Acesso em: 23 set. 2024.

ROUSSO, Henry. Les racines du négationnisme en France. In: **Face au passé**: essais sur la mémoire contemporaine. Paris: Belin, 2016. p. 165-192.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: W. A. Editores, 2015.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e "guerra cultural"**: "Brasil paralelo" e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). 2021. 147 f. Dissertação - UEOPR, Marechal Cândido Rondon,2021.

SANTOS, Maynara Andrielly Silva. **O capital entre aparência e essência**: mercantilização da "causa das mulheres" e expropriação da força de trabalho feminina. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.

SCOTT, Joan W. The New Right Attack on Higher Education. **Radical Teacher**, n. 26, p. 36-41, 1985. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1392792. Acesso em: 21 set. 2024.

SCHMIDT, M. A. M. S. Cultura histórica, ensino e aprendizagem da história: questões e possibilidades. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (Org.). **Cultura histórica e ensino de história**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014, v. 1, p. 39-64.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e Revisionismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. **Contribuição à crítica revisionista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 27-40.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos combates pela História** – desafios, ensino. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

V4 COMPANY. Como o Brasil **Paralelo chegou em 180 mil assinantes na sua plataforma – ROI Hunters #67**. Disponível em: https://v4company.com/blog/podcast-v4-company-marketing-digital/como-o-brasil-paralelo-chegou-em-180-mil-assinantes-na-sua-plataforma-roi-hunters-67. Acesso em: 21 set. 2024.

3

AS BASES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DO INDIGENISMO NO IMPÉRIO

Dárcya Jeanne Silva de Araújo [1]

A proclamação da Independência, em 1822, trouxe consigo a urgência da construção de um modelo de Estado-nação direcionado à sedimentação e legitimação do novo *status* político do Brasil. Nesse caminho, fazia-se urgente definir na arena de construção da Constituição quem seria considerado membro da nação e quem não estaria incluído nesse seleto círculo. No pacto político em elaboração no pós-Independência, a relação entre indígenas e a *cidadania* estava vinculada à classificação de *índios bravos/mansos*[2].

Os fatores caracterizando a noção de *índios civilizados* possibilitavam ao indígena nela enquadrados alcançar a condição de cidadão do Império. Foi nesse sentido que, apesar de a primeira Constituição não tratar do tema, desde que fossem considerados civilizados, a política indigenista do início do Império tendia a conceber os indígenas como cidadãos (MOREIRA, 2010). Esse reconhecimento tanto ocorreria mediante concessão do título pela autoridade imperial, quanto como resultado de reivindicações apresentadas pelos próprios indígenas para acesso a direitos civis e políticos previstos aos cidadãos[3].

---

[1] Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba. Email para contato: darcyajeanne@gmail.com.

[2] A categorização de *índios bravos* do século XIX contemplava os povos habitantes nos sertões, cuja imagem estava atrelada à ideia de animosidade e selvageria, contrapondo-se à noção de *índios mansos* que, mediante o contato com os *brancos* e a sujeição ao processo de sedentarização nos aldeamentos, haviam absorvido hábitos e práticas ocidentais, ou seja, estariam no caminho da suposta *civilização* (Cunha, 1992).

[3] Moreira (2010) relatou como D. Pedro I, em 1824, considerava cidadãos os indígenas da imperial fazenda de Santa Cruz, na Vila de Itaguahy, tornando obrigatório o pagamento do foro para

Os embates envolvendo a condição de cidadania dos indígenas alcançou capilaridade no início do Império ante a necessidade de unificação de uma nação até então fragmentada em poderes regionais[4], pois a classificação era capaz de excluir ou aglutinar sob uma mesma categoria diferentes grupos sociais nas distintas regiões no país. Era, portanto, imprescindível ao novo governo não apenas fixar as fronteiras territoriais de poder e unificar as regiões politicamente dispersas na colônia[5] como também determinar os limites simbólicos envolvendo a construção de uma ideia de nacionalidade.

Ora concebido como cidadão, ora excluído do pacto social, o indígena foi reivindicado como um símbolo identitário da nova nação, apelando-se a uma ancestralidade congregada na construção de uma imagem idílica e heróica do dito *bom selvagem*, a partir de personagens históricos como Antônio Felipe Camarão. A esse respeito, Oliveira (2016, p. 90) salientou:

> A construção de uma galeria de personagens indígenas (reais e ficcionais) descritos sempre positivamente, remetidos apenas ao passado, nunca à contemporaneidade, irá ter um correlato em processos sociais em curso especialmente durante o Segundo Reinado. Formava-se paralelamente uma nobreza brasileira, cujos títulos e nomes (familiares e individuais) não remontavam às casas dinásticas, linhagens e honrarias ancestrais

permanência na fazenda imperial. Pouco tempo depois, os indígenas reclamavam a condição de cidadãos, opondo-se aos abusos exercidos pelo ex-Capitão-mor, apropriando-se do direito conquistado para defender suas pautas.

[4] Apesar dos esforços para a promoção de uma unidade nacional por parte das elites acomodadas em torno do poder central, Miriam Dolhnikoff (2003) salientou que a viabilização de um projeto de construção do Estado nacional nas primeiras décadas do século XIX não ocorreu apenas por ação dessa elite dirigente, senão por uma série de articulações e negociações entre as elites centrais e as elites regionais.

[5] Ao tratar das relações entre indígenas e locais no final do período colonial, Sampaio (2009, p. 182) afirmou: "[...] não podemos ignorar o fato de que, neste momento, ainda não estamos a tratar de um "país" e sim de áreas coloniais diferenciadas que guardavam certo grau de autonomia com fluxos administrativos, por vezes, distintos. As distinções político-administrativas permitem chamar a atenção para o fato – ainda usualmente ignorado por certos setores historiográficos – de que a colônia "brasileira" não se constituía em uma unidade no século XVIII e nem nas primeiras décadas do XIX".

> outorgadas pelos monarcas europeus, mas as distinções concedidas pelo Imperador e que, frequentemente, recuperavam a toponímia do País, vem como palavras de nações indígenas.

As concessões de distinções citada acima, bem como a adoção de sobrenomes e títulos remetendo às expressões socioculturais indígenas, foi apontado por Sposito (2012) como sendo uma retórica *nativista* característica do raiar do Império, sendo sintomáticas da busca pela legitimação de uma identidade própria e ancestral, conferindo precedência à identidade nacional e um passado autêntico às elites imperiais brasileiras, deslocado do domínio português. Esse anseio ensejou ainda, entre as décadas de 1840 e 1850, na formação do Indianismo Romântico brasileiro, marcando a produção artística e literária no Império e contribuindo com o projeto de nacionalidade amparado na invenção mítica do indígena do passado[6].

Essa perspectiva de idealização contrastava, porém, com práticas e políticas reveladas no desprezo e violência com as quais os indígenas contemporâneos ao Império se deparavam. A limitação desses sujeitos dentre aqueles que, na nova ordem, gozavam de direitos políticos e civis, bem como o empreendimento das *guerras justas* contra indígenas considerados *bravos*, reinstituída pelas Cartas Régias de 1808[7], em nada se assemelhava à figura imaginária do indígena louvado nas representações das obras literárias.

---

[6] Obras como *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), do escritor José de Alencar (1829-1877), assim como *Juca-Pirama* (1851) e Os *Timbiras* (1857), do poeta Gonçalves Dias (1823-1864), e *A Confederação dos Tamoyos* (1857), de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), integram algumas das célebres produções representativas do indianismo romântico brasileiro com a valorização e idealização de um passado histórico indígena. Sobre as relações entre a produção literária e o indianismo brasileiro, ver: Treece (2008); Puntoni (2003).

[7] A despeito de as Cartas Régias terem sido revogadas em 1831, não significou o fim das práticas de aniquilação de indígenas. Na Tese de Livre Docência, John Manuel Monteiro (2001) abordou, a título de exemplo, os relatos de Teófilo Otoni (1807-1869) sobre as guerras de extermínio empreendidas contra indígenas chamados Botocudos nas décadas de 1830 e 1840, em Minas Gerais e Espírito Santo.

É importante salientar que essa imagem idílica foi construída especificamente a partir da figura colonial do indígena *Tupi*, constituindo, no imaginário imperial, o representante das origens da nacionalidade brasileira, cuja mestiçagem e aliança com os portugueses – e até mesmo o martírio, como explorado pelo indianismo literário, a exemplo do heroísmo trágico encontrado na obra *O Guarani*, de José de Alencar – teriam viabilizado o processo de colonização do Brasil. Em contrapartida, aos chamados *Tapuias* era relegada uma posição diametralmente oposta, sendo considerados símbolos da barbárie, frequentemente associados à prática da antropofagia, motivando a ideia do uso da violência contra essas populações indígenas.

Ou seja, se por um lado a figura do indígena era conclamada como a representação de uma nacionalidade brasileira pretendida e símbolo do ufanismo Imperial, naquela perspectiva contemporânea, seja no contexto político ou nas experiências locais, suas existências física e étnica eram indesejadas e consideradas destoantes do projeto de sociedade ambicionado. Cabia, portanto, às elites políticas e intelectuais, responsáveis pela construção de um projeto de nação no Império, tratar de conciliar o caráter mestiço invocado do passado com a expectativa também econômica de se tornar um país reconhecidamente *moderno* e *civilizado* segundo os padrões europeus.

O pensamento indigenista no Império e a herança da política colonial

Não obstante a questão indígena ter sido objeto de discussões realizadas no âmbito da Constituinte de 1823, o assunto não surgiu apenas nesse momento inicial do Império, mas foi herdado das mudanças e preocupações em voga no apagar das luzes do período colonial com o fim, em 1798, da política indigenista instituída pelo

Marquês de Pombal. A política do Diretório dos Índios tinha a finalidade de transformar os indígenas em súditos da Coroa Portuguesa através da atuação leiga na administração das populações nativas, como afirma Oliveira (2016, p. 83):

> O destino da população autóctone, tal como concebido pelo Marquês de Pombal, era fundir-se com os portugueses e dar origem ao povo que habitaria a Colônia. O fim do indígena era o abandono da sua condição e um pagão fiel, não uma morte, mas um renascimento, não importando o quanto outros fatos, julgados menores, pudessem turvar a cena.

Uma reorientação da política indigenista colonial ocorreu a partir do desmantelamento da estratégia adotada com sua instituição, em 1757 no Estado do Grão Pará e Maranhão, e sua expansão para todo o restante do território da colônia, em 1758 (Sampaio, 2009).

Apesar de aparentemente a revogação da política pombalina ter criado o que Manuela Carneiro da Cunha (1992) denominou *vácuo legal*[8], mantendo-se até a promulgação do Decreto nº 426, de 24/07/1845, instituindo o *Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilisação dos indios*, isso não significou que a questão indígena tenha sido ignorada ou até mesmo expurgada dos debates políticos e sociais na primeira metade do Império. Se uma normativa legal específica e abrangente para todo o território imperial – numa visão de tutela coletiva nos moldes do código pombalino – somente ocorreria com o

[8] Refutando a tese da existência de um vácuo legal, Sampaio (2009, p. 7) afirmou: "[...] a extinção do Diretório permite-nos observar a emergência de soluções alternativas (ou mais adequadas) às diferentes realidades locais. A Carta Régia de 12 de maio de 1798, mais do que abolir o Diretório, inaugurou um outro momento na legislação indigenista implantando novos modelos para regular as relações entre as populações nativas (aldeadas ou não) e o mundo colonial, sendo ela própria elaborada em estreita consonância com as questões locais". Ou seja, não obstante o modelo de tutela coletiva implantado com o Diretório fosse retomado apenas com o Regulamento das Missões, o intervalo entre o fim do primeiro e a promulgação do segundo não representou necessariamente a inexistência de uma legislação indigenista no período, haja vista que a Carta de 1798 buscou conferir diretrizes legais às relações entre indígenas e não indígenas, ainda que numa perspectiva individualizante e local.

Regulamento das Missões, o interstício entre a promulgação da Carta Régia de 12 de maio de 1798, culminando na extinção dos Diretórios dos Índios[9], e a instituição do Regulamento das Missões não significou a ausência de legislação tutelar.

Como discutiu Sampaio (2014), a carta de 1798 conferiu aos indígenas o status de vassalos, sujeitos às leis gerais e às Câmaras locais, e não mais a uma legislação colonial específica, promovendo, assim, a individuação legal dos índios anteriormente organizados coletivamente nos aldeamentos. A carta pressupunha a continuidade da liberdade tutelada dos indígenas, porém de forma individual, fossem como trabalhadores do Corpos de Milícias, compostos por homens válidos controlados por juízes e pelas Câmaras, fossem como trabalhadores tutelados pelos "Termos de Educação e Instrução"[10], conferindo a particulares o direito de usufruir do trabalho de indígenas não aldeados mediante compromisso de batizá-los e educá-los.

Apesar de o modelo de liberdade tutelada proposto na carta de 1798 ter sido recepcionado pelo Império, definindo no âmbito local as relações entre indígenas e não-indígenas, não é possível ignorar os debates propostos até a aprovação do Regulamento das Missões em 1845[11]. Daqueles integrantes da mudança política de 1822, o projeto com

[9] "A Carta retomou os princípios da garantia de ocupação territorial pela estabilidade dos povos e dos habitantes livres estabelecidos usufruindo as mesmas "justiças" e "privilégios". Este é seu ponto de abertura: a restituição dos direitos aos índios aldeados – em especial, a liberdade – para que ficassem sem diferença em relação aos outros vassalos governados pelas mesmas leis. Com este intuito é que se determinou a abolição do Diretório para que não só os índios que já viviam em sociedade pudessem gozar das liberdades de vassalo, mas também aqueles que ainda estavam "embrenhados no interior da Capitania"" (Sampaio, 2014, p. 43).

[10] "[...] os Termos de Educação e Instrução eram a formalização legal dos descimentos realizados pelos moradores e utilizados para registrar os índios contactados no sertão e trazidos para as vilas; as Câmaras apreciavam os casos e arbitravam o tempo de serviço que estes índios deveriam prestar aos moradores. (Sampaio, 2007, p. 44).

[11] No ano anterior à Independência, cinco projetos abordando a questão indígena chegaram à Corte, tendo como proponentes os deputados Francisco Ricardo Zany, José Caetano Ribeiro da Cunha, Domingos Borges de Barros, Francisco Muniz de Tavares e José Bonifácio de Andrada e Silva. (Sampaio, 2009).

maior notoriedade, tanto à época de sua propositura quanto pela historiografia foi aquele apresentado pelo reformista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), nominado *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*.

Apresentado na reunião das Cortes Gerais sediada em Lisboa, em 1821, quando o Brasil ainda era colônia portuguesa, o projeto de José Bonifácio foi novamente proposto em 1823 à Assembleia Constituinte da qual participava, sendo considerado um assunto de especial preocupação por parte do estadista. O projeto para transformar a América em um país europeu, como almejava Bonifácio, necessariamente discutia o lugar do indígena na nova ordem de sociedade *civilizada e moderna* pensada para o Brasil no pós-Independência. Para tanto, na ótica do estadista, seria necessária a adoção de reformas eliminando os empecilhos ao projeto civilizatório idealizado: "a heterogeneidade racial e cultural, a escravidão, a equivocada política indigenista e a profunda ignorância que grassava entre brancos e negros, ricos e pobres" (Dolhnikoff, 1998, p. 21).

Nesse sentido, a despeito de considerá-los indivíduos preguiçosos e vagabundos, despidos das "vaidades sociais, que são as molas poderosas que põe em atividade o homem civilizado" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 92.), características consideradas naturais de sua índole indígena, Bonifácio acreditava ser possível *domesticar* os indígenas, ou seja, civilizá-los segundo o padrão cristão-ocidental de *civilidade*. Para tanto, tomava como exemplo a ação dos Jesuítas que "com o evangelho em uma mão, e com presentes, paciência, e bom modo na outra tudo deles conseguiram" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 96). Assim, três caminhos seriam fundamentais para lograr tal êxito: o exemplo, a educação e os benefícios.

Nessa perspectiva, Bonifácio apontou para alguns *meios* defendidos como fundamentais à civilização dos indígenas, tais como o uso da brandura e amabilidade no trato com as populações nativas; a miscigenação entre índios e brancos, e também mulatos, por meio do casamento; a introdução, como caciques de etnias não aldeadas, de "brasileiros de bons juízos e comportamento, que saibam corresponder aos fins políticos desta escolha, e nomeação" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 104); a instituição de presídios militares para coibir "tumultos e desordens"; a atração dos índios à religião cristã; entre outros apontamentos de ordem administrativa e social.

Sobre a educação dos indígenas, o reformista relacionava essa questão à ação catequética dos missionários, sendo eles os responsáveis tanto por cristianizá-los, sobretudo os mais jovens, quanto por ensiná-los "na língua portuguesa, em ler, escrever, e contar, vestindo-os e sustentando-os, quando seus pais forem negligentes ou mesquinhos" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 107). Ademais, Bonifácio concebia o exemplo e a convivência com não-indígenas como método eficaz à civilização dos nativos, prevendo assim a criação de escolas de ofícios não apenas voltada aos indígenas, mas também à formação de brancos e mestiços em povoações próximas aos aldeamentos.

A preocupação com a assimilação de práticas de saúde e hábitos ocidentais também integrava o processo de educação dos indígenas, instruindo-se "que os missionários tenham todo desvelo em os ir acostumando pouco a pouco a sustento mais sadio e nutritivo que o seu, procurando ao mesmo tempo introduzir maior asseio e luxo de vestido e ornato de suas casas" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 110). Não obstante ver os indígenas como selvagens indolentes, Bonifácio não se eximia de apontar também as "muitas injustiças, e crueldades" (Andrada e Silva, 1998[1823], p. 97) relacionadas às ações impetradas contra as populações

nativas, atribuindo, em certa medida, a hostilidade dos indígenas a essas posturas violentas.

Numa perspectiva ampla, foi possível observar nos escritos do estadista sobre a civilização dos índios[12] que entre as principais inquietações estavam a formação moral, cívica, religiosa e laboral daqueles indivíduos. Acreditava Bonifácio que por meio da ação civilizadora do Estado, em atuação conjunta com os missionários, os nativos integrariam a sociedade, não mais diferenciados nas etnicidades, porém, homogeneizados, seriam alçados à condição de cidadãos. A proposta de incorporação dos indígenas à sociedade estava amparada no imaginário de que as populações nativas estavam no estado de infância da humanidade, ou seja, tratava-se de fósseis vivos de uma era primitiva já superada pela sociedade ocidental, cabendo a esta a incumbência de conduzi-los no processo evolutivo rumo à *civilidade*.

Apesar de a repercussão alcançada pelos apontamentos de José Bonifácio tê-lo tornado o projeto mais conhecido e igualmente abordado pela historiografia, a defesa da civilização dos indígenas também encontrava eco em outras figuras proeminentes do século XIX, como o advogado, militar e político José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834), em cujo Artigo *Memorias sobre as aldêas da Província de S. Paulo, segundo as observaçôes feitas no anno de 1798*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1942), edição de 1842, expressou ideias bastante alinhadas às defendidas por Bonifácio:

[12] Em *Projetos para o Brasil* (1998), a historiadora Miriam Dolhnikoff compilou e organizou os escritos de José Bonifácio separando-os por temáticas. Sob o título "Índios" a autora reuniu *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*; *Civilização dos índios e coisas do Brasil*; *Os índios devem gozar dos privilégios da raça branca*; *Banir a ignorância e antiga barbárie de costumes; Os índios são preguiçosos e voluptosos; A maior infelicidade que suportou a massa geral dos homens foi a conquista do Novo Mundo; Nas Aldeia, cada família deve ter a terra precisa para se sustentar; Os índios são muito imaginativos; Avulsos*.

> 1º Convêm extinguir o barbaro costume de atacar os Indios como inimigos , excepto em defesa; elles nos temem, e desejam a nossa amizade : 2º Convêm em toda a ocasião tratal-os bem, a fim de que pelo seu proprio interesse procurem o nosso auxilio, ou seja contra as suas precisões, ou quando se vêem atacados por outras hordas mais poderosas: 3º Convêm aldeal-os um pouco perto das nossas povoações, obrigando-os por boas maneiras a cultivar a terra e a criar animaes domésticos: 4º Convêm separar-lhes os filhos, ou parte d'elles, sem os escandalizar, logo que se achar conveniente, entregando a boas famílias, que os saibam educar, e que em premio lucrem os seus serviços té certa idade, marcada pela lei regulamentar. Por este modo quando das aldêas se não colham fructos, como de facto poucos se poderão colher, elles pelo menos servirão como de viveiros para tirar-lhes alguns filhos, que irão ser cidadãos mais uteis que seus paes" (IHGB, 1842, p. 317).

O Regulamento das Missões: entre projetos de civilização e extermínio

Se a proposta de civilização dos indígenas não logrou êxito na Assembleia Constituinte de 1823, como também não refletiu na Carta Magna outorgada em 1824, décadas mais tarde a promulgação do Regulamento das Missões foi aprovado como um evidente indicativo do caminho seguido pelo debate sobre a questão indígena na esfera política nas primeiras décadas do Império. A matéria geral tratada no Regulamento se concentrava muito mais em questões de ordem administrativa, dispondo sobre os cargos oficiais dos aldeamentos e suas relativas competências.

Longe de ser um instrumento político capaz de proporcionar uma resolução definitiva à questão indígena no período, o conteúdo do novo regulamento apresentava forte influência das ideias de cunho civilizadoras de José Bonifácio e de outros liberais, e em certa medida do Diretório pombalino, ao normatizar legalmente uma política tutelar civilizatória, associando a ação do Estado, por meio de representantes civis e militares, à atuação religiosa, representada na figura dos missionários.

Diretrizes como o incentivo à mestiçagem através de casamentos entre indígenas e não-indígenas, a atração por meios não violentos, a possibilidade da presença de força militar para manter a ordem, além da educação dos índios e controle de atividades laborais e uso da mão de obra indígena, são algumas das instruções previstas no Regulamento das Missões, espelhando o pensamento liberal. A nova legislação indigenista representava, pelo menos numa perspectiva legal, as vozes que advogavam em favor da civilização dos indígenas, perpetuando a compreensão da incapacidade deles de se autogovernarem ao prever uma organização tutelar – os aldeamentos – ausente de qualquer representação administrativa indígena.

Além da administração dos aldeamentos, o governo imperial mantinha para si a prerrogativa de deliberar, dentre outros assuntos, sobre as questões envolvendo os territórios dos índios[13], atendendo aos interesses das elites latifundiárias que nos espaços locais de poder amparavam o discurso de esbulho e extermínio dessas populações, como apontou David Treece (2008, p. 197):

> A nova política indigenista oficial do Segundo Reinado era uma expressão típica dessa atmosfera política, em que uma linguagem liberal de tolerância e pluralismo sustentava incorporar e reconciliar interesses antagônicos, enquanto na realidade falava pela manutenção de um *status quo*

[13] As disputas e confrontos pela ocupação de territórios indígenas, observados no período colonial, permaneceram como um problema a ser resolvido também no Império. As remoções das populações nativas de suas terras e sua concentração em aldeamentos estabelecidos pelo poder imperial – reunindo, inclusive, diferentes etnias num mesmo espaço, o que resultava em conflitos entre os indígenas – atendia à liberação das terras para uso em atividades pastoris e agrícolas. Nesse sentido, Cunha (1992, p. 144) afirmou: "[...] os aldeamentos serviam de infraestrutura, fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra. Eventualmente, além de interesses regionais ou nacionais, os interesses puramente locais de moradores eram atendidos". O Regulamento das Missões, assim como a Lei nº 601, de 18/09/1850, a nominada Lei de Terras, e o Decreto nº 1.318, de 30/01/1854, que a regulamentou, deu continuidade à política de espoliação das terras indígenas sob o discurso da necessidade de aldeá-los para o processo de civilização, além de prever o arrendamento de terras das Aldeias de acordo com o juízo dos Diretores dos aldeamentos.

> conservador, assegurando que qualquer contestação do poder e à autoridade dos latifundiários tradicionais fosse indefinidamente postergada.

O ideário civilizatório para as populações indígenas previsto no Regulamento das Missões não se constituía, porém, em voz uníssona no Império. A defesa do extermínio estava ancorada na ideia de que, considerados *primitivos*, os indígenas estavam fatidicamente destinados à extinção, congregando vozes políticas e intelectuais, a exemplo do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878).

A visão de uma iminente extinção dos indígenas, expressa por Varnhagen e outros intelectuais e políticos na época, se amparava na narrativa da degeneração dos indígenas que, considerados como "raças perdidas"[14], não seriam capazes de atingir o estágio de civilização, tornando-se um empecilho ao progresso da sociedade imperial. Para o historiador, os indígenas seriam úteis apenas como força de trabalho, e cuja submissão deveria ser operada pela força e não pela catequese e civilização como previsto no Regulamento das Missões, minando toda rebeldia indígena contra a Coroa[15]. Essa vertente de pensamento fatalista encontrou sustentáculo, na segunda metade do século XIX, nas teorias raciais, oriundas da Europa, sugerindo a condição insuperável de inferioridade física, moral e intelectual de certas "raças", dentre as quais, os indígenas[16].

---

[14] "No Reino animal, há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse tal desfecho. Há animais que só podem viver e produzir no meio das trevas; e se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte, entre as diversas raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização." (Varnhagen, 1867, p. 55-56 *in* Cunha, 1992, p. 135).

[15] "Precisamos civilizar o Império, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o Estado. Se necessitamos, pois seguir a conquista, que quer dizer ir-se consolar os rebelados levando-lhes presentes de facas e machados?" (Varnhagen (2016[1849-1850], p. 167).

[16] A despeito de as teorias raciais terem sido amplamente difundidas em meados do século XIX e início do século XX, Quijano (2005, p. 108) chamou a atenção para a noção de *raça* que foi utilizada pelos

Na leitura sistêmica das estruturas de poder em que Quijano (2005) discutiu a categoria *colonialidade do poder*, o autor afirmou que a colonialidade na América Latina sobrevive ao colonialismo europeu por meio da reformulação das táticas de controle do trabalho. Para o sociólogo, a classificação social da população baseada na ideia de *raça* se estabelece como um dos eixos basilares do padrão de poder moderno e eurocentrado, se constituindo um instrumento para justificar as relações de subordinação e distribuição desse poder na sociedade. A construção de uma classificação racial e, portanto, de uma hierarquia social de sujeição e controle, como apontou Quijano, também se prestava à legitimação dos anseios das elites interessadas nos territórios indígenas para expansão de suas atividades econômicas.

Reverberando essas pretensões, refletidas na política de terras vigente na segunda metade do século XIX, Varnhagen refutava a ideia defendida pelos indianistas, a quem chamava "filotapuias" (Varnhagen, 2016[1849], p. 166), de que os indígenas eram os verdadeiros donos da terra. Segundo o historiador, o direito à terra estava vinculado a sua conquista e, portanto, os portugueses e, por herança, os brasileiros o teriam adquirido, como expressou no *Memorial orgânico*:

> O Brasil pertence-nos pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassalos que o tomaram dos mouros. O primeiro direito de todas as nações conhecidas foi

colonizadores como argumento para legitimar a dominação sobre determinados grupos sociais, a partir da constituição de distinções raciais inferiores/superiores: "Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.[...] os povos conquistados e dominados foram Postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais."

> o da conquista. Nós proclamamos para o Império (compreendendo o território de que eles [os indígenas] estão senhores) o nosso Chefe e a nossa lei. Todo o que não obedece a uma e ao outro rebela-se e é criminoso. [...] as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão, até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte: e não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera que eles queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização (2016[1849-1850], p. 167-168).

Observando as duas vertentes de projetos em vigor no Império – extermínio e civilização dos indígenas –, apesar das dissonâncias, percebe-se uma convergência de ambas à concepção de que mais cedo ou mais tarde os indígenas deixariam de existir. Isso ocorreria numa perspectiva física, de sujeição pela violência, sobretudo contra os denominados *índios bravos*, ou, ainda, numa perspectiva identitária, através do processo de assimilação a partir de sua conversão nativa a um modelo de cidadão único, não possibilitando as múltiplas existências étnicas.

Considerações Finais

A perspectiva de transitoriedade da identidade indígena para a de cidadão, idealizada no projeto de Bonifácio, continuou com a mudança de regime político ocorrida no final do século XIX. A política de aldeamentos proposta no Regulamento das Missões estava longe de ser uma proposta resolutiva à questão do lugar do indígena no processo de formação de uma suposta identidade nacional, nem tampouco foi possível fazê-lo nas últimas décadas do Império. Pelo contrário, a República herdaria do regime antecessor tanto as preocupações sobre o que fazer com os povos indígenas espalhados por todo o território nacional, quanto como tratar da questão das terras habitadas por essas populações.

Assim, o Estado republicano nasceu com a preocupação de equilibrar o processo de acomodação dos diversos grupos sociais, sob o *status* da cidadania, com políticas voltadas à homogeneização das populações identitariamente distintas. Imprimindo um *status* genérico, reflexo dos valores e princípios dos grupos dominantes, pretendia-se construir uma identidade coletiva única.

Não obstante a política indigenista republicana ter se constituído a partir de uma nova perspectiva, afastando da ação tutelar as missões religiosas a partir da noção de um Estado laico e responsável pela tutelagem dos indígenas, as bases do pensamento indigenista no século XX foram forjadas nos debates construídos no século anterior.

Referências

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. *In:* DOLHNIKOFF, Miriam (org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845**. Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilisação dos Indios**.** Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126. Acesso em: 06/10/2024.

Brasileira, v. 1, pp 175-206, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

DOLHNIKOFF, Miriam (org.). **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IHGB**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** IHGB: Rio de Janeiro, 1842.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis,* **Tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo**.** 2001. Tese (Livre-docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Topoi**, v. 11, p. 127-142, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. *In:* OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PUNTONI, Pedro. O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. *In*: JANCSÓ, István (org.). **Brasil:** formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Melo. A política indigenista no Brasil Imperial. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial (1808-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Fronteiras da liberdade. Tutela indígena no Diretório Pombalino e na Carta Régia de 1798. *In*: LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Tutela**: Formação de Estado e tradições de gestão no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin; EDUSP, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico**: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX). Brasília: FUNAG, 2016[1849-1850].

4

O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA E AS PESQUISAS EM HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA

Maria Tereza Dantas Soares Bezerra
Dmitri da Silva Bichara Sobreira

Nos dois últimos Encontros Estaduais de História da ANPUH-Paraíba, coordenamos Simpósios Temáticos voltados para a temática da História Política do Brasil republicano. Neles, acolhemos pesquisas que abordavam instituições, personagens, regimes políticos e outros elementos do período em questão, e algo que nos chamou a atenção foi que grande parte desses trabalhos faziam uso do conceito de cultura política para explicar seus objetos de estudo.

Muitos desses – jovens – pesquisadores por vezes se apropriava o conceito de forma vaga, desconectada com as concepções de cultura política formuladas pela literatura especializada, e generalizante. Para eles, qualquer característica da política nacional poderia ser enquadrada como cultura política. Longe de promover uma censura aos pesquisadores, fato é que o conceito de cultura política é algo complexo, tema de disputas sobre sua concepção, aplicabilidade em pesquisas acadêmica, e crítica de correntes contrárias à sua forma de interpretar os elementos da política[1].

Diante desse cenário, perguntamos: o que leva jovens pesquisadores a procurarem utilizar a cultura política como prisma analítico? Talvez o fato de o conceito estar presente no debate político de forma geral, utilizado por jornalistas e outros analistas. Ou ainda o fato de muitos programas de pós-graduação em História ter a cultura

[1] Um dos textos que melhor articula uma crítica ao conceito é o de Marcelo Badaró Mattos (2014).

política como elemento definidor de linhas de pesquisa[2]. Esses elementos podem levar pesquisadores a buscar enquadrar em suas pesquisas o conceito de cultura política.

Historicamente, na virada das décadas de 1980-1990, o paradigma culturalista era uma realidade na pesquisa acadêmica das universidades brasileiras. Fazendo um balanço sobre as pesquisas desenvolvidas no Brasil, na década de 1990, Pesavento (2003, p. 04) relata que 80% delas se apoiavam na cultura. E o conceito de cultura política se tornou ainda mais convidativo para pesquisadores da atualidade, que buscam na afinidade com os pares e respaldo para suas empreitadas acadêmicas. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 14): "como tudo tem sido explicado pela influência dos fatores culturais, a política não poderia ser exceção, daí o caráter sedutor da cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas do poder."

O que pretendemos com esse texto não é desencorajar o uso do conceito de cultura política. Longe disso! As linhas que seguem são escritas por pesquisadores que acreditam na cultura política uma forma de explicar seus objetos de estudo, que talvez também pecaram pelos mesmos erros na utilização do conceito, mas que, ao conhecer uma bibliografia mais ampla sobre ele, passou a ver uma forma mais precisa de aplicá-lo nas pesquisas em História Política do Brasil republicano. Traremos aqui uma revisão dessa bibliografia, tentando elucidar pontos importantes para pesquisadores afins ao tema.

[2] São exemplos: UFPB – História e Cultura Histórica; UFMG – História Social da Cultura, Ciência e Cultura na História e História e Culturas Políticas. Ambos frequentados pelos autores.

Trajetória e perspectivas de abordagem da cultura política

De acordo com Motta (2009) as primeiras interpretações da cultura política compreendiam o conceito com uma lógica que hierarquizava culturas de povos e nações. No século XIX, intelectuais alemães viam na "kultur", uma forma de compreender a diversidades de povos e nações, indicando haver determinadas nações politicamente e culturalmente superiores. Uma perspectiva que tem ressonância em obras como "Democracia na América", de Alexis de Tocqueville, a qual explica que a organização democrática dos Estados Unidos é derivada de seus hábitos e costumes políticos.

No século XX, a lógica hierarquizada do conceito persiste nas análises da Ciência Política norte-americana. Nas décadas de 1950-1960, auge da Guerra Fria, esses estudos levaram ao desenvolvimento de modelos que classificavam os regimes políticos ao redor do mundo. Sua principal funcionalidade era promover as democracias liberais em contrapartida aos regimes socialistas.

O modelo elaborado por Sidney Almond e Gabriel Verba, apresentado no livro "The Civic Culture", é a melhor amostra desse viés. Motta (2009, p. 17) descreve como eles criaram uma tipologia que classificava diferentes formas de cultura, que se resumia em três tipos: cultura política paroquial, de sujeição e participativa. Sendo esta última, a mais evoluída, referente à democracia liberal. Para Karina Kushnir e Leandro Carneiro (1999, p. 231), a tipologia de Almond e Verba pode ser apresentada como:

> A cultura política paroquial seria característica das sociedades simples, sem instituições estritamente políticas, sendo incompleta a diferenciação entre as estruturas religiosas e políticas. Estas sociedades seriam caracterizadas ainda por baixos níveis de participação política e associativa, na medida em que os agentes têm uma visão limitada das estruturas de incorporação e

> resposta às demandas individuais e coletivas. A cultura política de sujeição ocorreria naquelas sociedades onde os indivíduos dirigem suas percepções, sentimentos e avaliações prioritariamente para as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar respostas às demandas individuais e coletivas. Por fim, a cultura política da participação caracteriza-se os sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político são equilibradamente distribuídos entre as estruturas de input e output; ao criar o modelo de análise a partir do conceito de cultura política, o objetivo dos autores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não a partir das características de suas instituições nem das condições sociais prevalecentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes sistemas políticos democráticos. Esta agenda de pesquisa, como veremos, retoma sua força, sobretudo no âmbito da ciência política, a partir do final da década de 80.

No modelo de Almond e Verba havia os casos em que poderia haver situações híbridas, sociedade em que houvesse dois ou mais tipos de cultura política coexistindo. Para essas situações, os autores definiram o conceito de sub-cultura política, o que acentuava uma característica hierarquizante do conceito.

Na década de 1980, com a ascensão do paradigma culturalista e o advento da Nova História Política, os historiadores interessados em estudar as relações de poder não mais sob um viés estritamente social e econômico, tampouco por uma perspectiva metódica ou positivista, mas destacando o papel de características culturais nessas relações. A ideia de cultura política servia a esse propósito, mas não numa lógica alinhada a vieses hierarquizantes do conceito, era necessário formular uma nova percepção.

O diálogo com novas disciplinas ajudou a dar uma roupagem menos determinista à cultura política. Segundo Kushnir e Carneiro (1999, p. 237), os trabalhos atrelados à Antropologia Política, que dissociavam o entendimento da política à presença de instituições baseadas em modelos da sociedade ocidental, promoveu uma perspectiva pluralista

da cultura política. Entre eles, destacam-se os direcionados a compreender a atuação da política para além das fronteiras do Estado Moderno[3].

Entre os historiadores, Serge Berstein e Jean-François Sorinelli[4] deram sua contribuição para a operacionalização da cultura política. Suas interpretações do conceito, apesar de se influenciar pelo modelo elaborado por Almond e Verba, rejeitam as perspectivas hierarquizantes, primando por um olhar pluralista da cultura política. Na lógica elaborada por Berstein (1998, p. 359-360), a análise das culturas políticas valoriza as grandes famílias políticas: comunismo, socialismo, conservadorismo, liberalismo. Ideologias que habitam o mesmo espaço, disputando o protagonismo/hegemonia, promovendo disputas ou relações cooperativas.

Assim, diante da concepção de que é preciso ter um olhar pluralista e não hierarquizante da cultura política, Berstein (1998, p. 362-363), indica que o estudo da cultura política:

> Permite, em primeiro lugar pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial. Mas, em segundo lugar, passando da dimensão individual à dimensão coletiva da

[3] Nesse sentido, os autores destacam pesquisas voltadas para as sociedades africanas, que além de tentar compreender aspectos culturais nas relações de poder não só para sociedades não organizadas na perspectiva do Estado Moderno, mas para seu combate ao Estado Colonial. Pesquisas que mostram o papel das relações de parentescos, étnicas e religiosas na política, que valorizam o papel de indivíduos singulares na política e nas relações culturais (KUSHNIR, CARNEIRO, 1999, p. 238-239).

[4] Pertencentes a um grupo paralelo aos *Annales* na França (Instituto de Estudos Políticos de Paris). Eles participaram da coleção que foi um dos definidores do retorno, ou renovação, da História Política: "Por uma História Política", organizada por René Rémond. Apesar de não haver um capítulo específico sobre a cultura política, o conceito não está ausente no trabalho (mas aparece apenas de forma pontual).

> cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.

Para o autor, ela serve para entender o porquê um indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, adota determinado comportamento político. Levando em conta as suas experiências vividas, projetando suas ações futuras. Para o autor, a cultura política revela um dos interesses mais importantes de uma sociedade, que é compreender as motivações, das atitudes do homem um determinado momento de sua história, a partir de gestos, valores e outros aspectos que podem ser reconhecidos (BERSTEIN, 1998, p.362-363).

Definições do conceito

Nessa trajetória de construção do conceito, vários são os autores que buscaram uma definição para a cultura política. Eliane Dutra (2002) aponta para um "caleidoscópio" de interpretações e definições, produzidas pelas diversas disciplinas. Na definição de Almond e Verba, cultura política seria: "[...] [uma] expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população" (ALMOND e VERBA, *apud* KUSHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227-228).

Entre os cientistas políticos, Christian Lynch (2015, p. 1) define cultura política como: "[...] o conjunto de discursos ou práticas simbólicas por que tais demandas são estruturadas, conferindo identidades aos indivíduos e grupos, identificando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais podem

demandar." José Álvaro Moises (2008, p. 16) a classifica como: "[...] uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse pela política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta a vida pública". Sob uma perspectiva da Antropologia, Kushnir e Carneiro (1999, p. 227), definem o conceito de cultura política, no qual este: "[...] refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado ao processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento político dos atores."

Numa perspectiva histórica, Sirinelli (apud BERSTEIN, 1998, p. 350) indica que uma cultura política se compreende como: "Uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio do partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política". Ainda entre os historiadores, Ângela de Castro Gomes (2005, p. 31), baseada nas interpretações formuladas pela Ciência Política e Antropologia, define cultura política como:

> [...] "um sistema de representações complexo e heterogêneo", mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma realidade social em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionar o acontecimento político para além da curta duração.

Por fim, indicamos a definição de Motta (2009, p. 21), segundo o qual, a cultura política seria um: "[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro." Atente-se para a importância do conceito de representações nas definições elaboradas pelos historiadores, alinhando-se assim a

utilização do conceito a ascensão do paradigma *culturalista*, o qual, ao mesmo tempo, postula a longa duração no tempo e a influência na aceitação dos cidadãos ao regime democrático.

Aplicabilidades do conceito nas pesquisas sobre História do Brasil República

Como visto acima, diversos são os autores no Brasil que buscaram compreender o conceito de cultura política. Esse interesse vem na esteira da renovação da História Política, a qual ganhou espaço no Brasil no mesmo período do processo de redemocratização pós-ditadura, entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo Gomes (2005a, p. 22), a busca da História Política Renovada por novos atores como objeto de estudo, coincide com o fato de a redemocratização ter sido a década da anistia, e da volta dos movimentos sociais junto às manifestações populares como as Diretas Já!

Era preciso novas formas de compreender atores mais amplos dentro da esfera do político, e os historiadores brasileiros da política – em um movimento similar ao promovido na Europa – passaram a dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política, Antropologia, daí o que Gomes (1996, p. 60), considera a "dupla formação" que os historiadores devem desempenhar.

Para os pesquisadores, tais escolhas retomavam grandes temas da questão social, trocando seu enfoque socioeconômico estruturalista, passando a privilegiar variantes políticas e culturais. Há o abandono ou redução do impacto de categorias como classe social e ideologia, e introdução de outras de eficaz valor explicativo, como etnia, gênero, pacto, negociação e a cultura política (GOMES, 2005, p. 23-26).

E como seria a aplicação da cultura política na realidade brasileira? Uma das principais dificuldades em aplicar o conceito de cultura

política no Brasil – dentro de uma perspectiva pluralista e atualizada – seria as vicissitudes sofridas pelas grandes famílias políticas destacadas por Berstein no contexto histórico brasileiro. Essa proposta de utilização teria uma aplicabilidade relativa em países fora da Europa, sobretudo naqueles que sofreram por processos de colonização.

Pensando a aplicabilidade do conceito de cultura política no caso de países como Brasil, Motta (2009) relata que não há razões para opor ou distinguir as duas perspectivas do conceito: a existência de uma cultura política nacional (singular) e a existência de culturas políticas disputando espaços nacionais (plural). O autor relata que o próprio Berstein, na conclusão de seu livro "Cultures Politiques em France", pondera uma definição menos rígida em relação ao conceito, sobretudo na perspectiva nacional. De acordo com Motta (2009, p. 21) "[...] ao falar num processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e ao chamá-las de sub-culturas, implicitamente está sendo admitida a existência e uma cultura política nacional." Nesse caso é possível falar em uma cultura política brasileira, que atravessa diversas outras culturas políticas presentes no país, mais alinhadas às grandes famílias ideológicas.

Segundo Motta (2013a), a cultura política brasileira pode ser entendida como uma orientação geral, uma rede que articula práticas, tradições e representações políticas compartilhadas entre os brasileiros. Obviamente seria desalinhado com uma perspectiva pluralista afirmar que todos os cidadãos brasileiros compartilham dessa cultura política. O que se pretende ao propor uma cultura política brasileira é estabelecer uma linha mestra do comportamento político brasileiro ao longo da história, que estabelece diálogo, influenciando ou sendo influenciada por outras culturas políticas e ideologias políticas que permeiam o debate político nacional.

Pensando, por exemplo, na relação da cultura política com as instituições representativas, acreditamos que essa cultura política é partilhada, sobretudo entre aqueles que controlam ou almejam controlar o poder através do Estado, que exercem influência sobre ele, tais como partidos políticos e sindicatos. A definição de suas características acompanha o processo de formação do Estado nacional brasileiro desde antes de sua independência. Ao mesmo tempo em que tais características não seriam exclusivas da experiência histórica brasileira, mas podem estar presentes em outros espaços nacionais, sejam países ditos "cêntricos" (antigas metrópoles colonizadoras) ou "periféricos" (Estados oriundos de ex-colônias).

Um dos que melhor configurou a ideia de uma cultura política brasileira foi Motta (2013a; 2014), quando buscou explicar a ditadura de 1964 enquanto fenômeno autoritário na longa duração, fruto de fatores estruturais e culturais. Mostrando como os comportamentos compartilhados por determinados grupos políticos influenciaram nesse processo e entender suas particularidades em relação às experiências semelhantes vividas pela América Latina.

São características da cultura política brasileira para Motta, primeiramente a existência de um imaginário político nacional, um conjunto de representações capaz de instruir projetos e identificar politicamente uma comunidade. Entre eles estão grandes heróis e vilões nacionais, eventos marcantes, lugares ou demais representações que perdurem na memória coletiva[5]. Junto a esse imaginário estão ainda uma série de comportamentos e valores políticos típicos das relações de poder no Brasil, sendo o mais comum o patrimonialismo, caracterizado

[5] Esses geralmente são utilizados para legitimar historicamente projetos políticos. Entre os mais comuns podemos elencar Pedro I e a Independência do país; Pedro II, Vargas e JK como figuras modernizadoras; Tiradentes como mártir da liberdade.

de maneira geral como a tendência à confusão do público com o privado (MOTTA, 2013a, p. 15-16)[6].

Tais condutas influenciam na forma como os brasileiros avaliam as instituições democráticas liberais. O que deriva uma nova caraterística, que é a ambivalência em relação a essas. Para Moisés (2008, p. 30) há na cultura política brasileira um desapreço por instituições como Congresso e partidos políticos, que influencia na concepção de democracia do brasileiro. Esse descrédito dado às instituições liberais é resultado da própria conduta patrimonialista. Outra característica da cultura política brasileira é a limitada identificação e participação da população com os partidos políticos e sua baixa interação nos espaços de poder. As constantes intervenções no sistema partidário brasileiro podem ser encaradas como fator que pesa nesses aspectos[7].

Apresenta-se ainda como uma característica da cultura política nacional é a tendência a negar e escamotear conflitos. Essa tendência é implementada para reduzir tensões sociais, manter controlada as classes subalternas, mantendo o poder político nas mãos de camadas privilegiadas da sociedade. Obviamente não se trada de uma norma. Ao longo da história diversos foram os conflitos contestatórios de uma estrutura social promovidos pelos mais diversos grupos de pessoas (MOTTA, 2013a, p. 17-19)[8]

---

[6] Dessa tendência se derivam o personalismo, o clientelismo, a patronagem, o mandonismo, entre outras.

[7] Do período imperial até o golpe de 1964, ocorreram quatro mudanças, sendo outras duas realizadas durante a ditadura militar, não havendo condições até então de haver identificação partidária mais profunda no Brasil. Vale destacar Antônio Lavareda (1991), que aponta uma alta identificação com os partidos políticos na democracia de 1945-1964. Fenômeno semelhante ocorrera na democracia pós-1985. Não obstante, o próprio sistema político, marcado por rupturas no desenvolvimento democrático, na perspectiva do autor, impõe dificuldades para a participação das camadas subalternas na política institucional. Ao mesmo tempo em que as condutas patrimonialistas limitam a representação política às altas classes sociais.

[8] A conduta conciliatória, para Motta (2013a, p. 17-18), é de longa vigência no país, sobretudo em momentos de ruptura e transição entre governos e regimes políticos – sendo exemplos: 1822, 1853,

É interessante destacar neste texto como a cultura política brasileira através de suas características influencia na concepção das grandes famílias/ideologias políticas no país: liberalismo, conservadorismo, socialismo, republicanismo[9]. Historiadores e cientistas políticos discutem a cultura política brasileira, apontando diferentes características, porém, Motta é quem, ao nosso entender, melhor caracteriza o conceito[10].

Agora fica uma última questão: o que não seria uma cultura política no Brasil? Várias instituições, tradições, imaginários entre outros aspectos da política brasileiros por vezes são confundidos com cultura política. Os partidos, por exemplo. Excetuando-se as organizações comunistas, é difícil apreender a existência de uma cultura política derivada de um partido. Por exemplo, afirmar a existência de uma cultura política *petista* é superficial para tudo que o conceito representa[11].

1889, 1961, 1979, 1985. No Brasil há um histórico de arranjos políticos, conciliações que levam a uma saída satisfatória para os lados envolvidos, evitando conflitos mais graves. No entanto, essa tendência prevalece nas disputas entre elites, quando as classes subalternas estão envolvidas, o usual é o emprego de violência contra os desfavorecidos economicamente.

[9] Um exemplo são as experiências comunistas/socialistas no Brasil, como aponta Motta (2013b), com sua tendência à negociação de conflitos, expressa nos acordos feitos com partidos de ideologias distintas, e o personalismo, ilustrado nas figuras de líderes carismáticos predominante e que se sobressaem dentro das organizações partidárias. Ao mesmo tempo em que o liberalismo no Brasil se aventurou sobre uma ordem patrimonialista, como apontou Faoro (2007), descrevendo um liberalismo com caráter dual entre o pensamento e a prática: liberais que conviviam com a escravidão e com um poder Moderador no Império, ou de liberais que pactuam com uma República inviabilizadora da ampla participação popular nas instituições públicas.

[10] Lynch (2015) aponta a tendência modernizadora como outro aspecto de nossa cultura política. Quando se fala em modernizar significa a necessidade de reduzir o atraso do Brasil (país "periférico") dos chamados países "cêntricos". Diante de uma leitura do passado colonial e escravista, de uma República pouco republicana, de um diagnóstico de precariedade das instituições públicas promovidas pelas próprias elites políticas que comandam o país, essas elaboram e implementam projetos modernizadores para a nação. Para o autor, a necessidade de modernização, em diversos momentos, se sobrepõe à estabilidade da democracia brasileira, bem como a perspectiva modernizadora ela varia no tempo.

[11] Outro exemplo é o cientista político Marcos Nobre (2013), que em seu livro "Imobilismo em movimento" classifica o *emedebismo* – lógica política surgida na República pós-1985 cuja principal característica é a formação de blocos partidários que viabilize ou inviabilize pautas governistas no Congresso Nacional, tendo como principal expoente o PMDB – como cultura política. Acreditamos ser

Partidos se enquadram naquilo que Féderic Sawiki (2001, p. 210) denomina como "empresas culturais", sendo vetores de características de uma cultura política, tal qual aponta Berstein (1998, p. 357).

Outro elemento dos debates políticos brasileiros que comumente é classificado como uma cultura política é o trabalhismo. Historicamente vinculado ao PTB de Brizola, *Jango* e Vargas (seu principal expoente), o trabalhismo apesar de ter uma certa longevidade no tempo, formado nas primeiras décadas do século XX, sobreviveu até o início do século XXI, mesmo de maneira efêmera, presente na atuação política de Brizola. Contudo, enquanto fenômeno político inventado, o trabalhismo melhor se classifica enquanto tradição ou ideologia política, pois, para Gomes (2005b, p. 38) esse seria "[...] um conjunto de ideias, valores, vocabulário e também práticas festivas (com o certo tipo de comemoração do dia do trabalho), o trabalhismo como ideologia, foi um produto do Estado Novo em seu segundo movimento."

Outro elemento presente nos debates políticos nacionais comumente confundido com uma cultura política é o populismo. Esse se enquadraria na categoria de mitos políticos que povoaria o imaginário político nacional – juntamente com outros, como o "país bonito por natureza" e a democracia racial. Gomes (2005, p. 34) utiliza Raoul Girardet para definir mitos políticos, sendo uma: "[...] narrativa que explica as origens e, por isso, as características de um grupo social; como uma ideia-força capaz de mobilizar e estimular os membros de um grupo para a ação; é como uma mistificação, uma ilusão produzida para lidar com a realidade, sem subordinação a um raciocínio de tipo lógico."

---

o *emedebismo*, em um sentido histórico, uma renovação de condutas políticas presentes no Legislativo nacional em períodos em que o presidencialismo democrático esteve em vigor no país.

Outros aspectos da cultura política brasileira por vezes confundidos eles próprios com culturas políticas são o coronelismo, o mandonismo e o clientelismo. O primeiro tem como principal intérprete Victor Nunes Leal (2012), o qual indica que esse foi um sistema político baseada no poder municipal dos *coronéis* e das oligarquias rurais, que ditou o ritmo dos ritos institucionais de poder no Brasil republicano pré-1930. Apesar de muitas de suas características perdurarem ao longo dos anos no país, temporalmente o coronelismo está fixado no período chamado de República Velha.

O mandonismo, por sua vez, na perspectiva de José Murilo de Carvalho (1996) é um conceito que se aproxima do caciquismo da literatura hispano-americana. Esse conceito diz respeito à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Sendo o mandão, o chefe político local que controla algum recurso estratégico (não necessariamente rural). Diferente do coronelismo, o mandonismo não se enquadra como um sistema, é uma característica da política tradicional brasileira (assim como o patrimonialismo) – existente desde a colonização, mas que tende a desaparecer com o aperfeiçoamento e desenvolvimento da democracia. Para o autor:

> Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder a força e têm de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele, sempre existiu. É uma característica do coronelismo, assim como o é o clientelismo. Ao referir-se ao trabalho de Eul-Soo Pang, que define coronelismo como exercício do poder absoluto, insiste: "Não é, evidentemente, ao meu coronelismo que se refere", e continua: "não há uma palavra no meu libro pela qual se pudesse atribuir o status de senhor absoluto do coronel, ou às expressões pessoais de mando do sistema coronelista." Mais ainda: "Em nenhum momento, repito, chamei o coronel de senhor absoluto." (CARVALHO, 1996, p. 133)

Por último, o clientelismo se confunde com o coronelismo, sendo mais usado por estrangeiros ao interpretarem o Brasil – os *brasilianistas*. Para Carvalho (1996, p. 134): "[O Clientelismo] [...] é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. Ambos os fenômenos, mandonismo e clientelismo, perpassa toda a trajetória do país. No entanto, a trajetória do clientelismo é diferente do mandonismo. O clientelismo é um fenômeno mais maleável, podendo aumentar ou diminuir sua dimensão; ao invés de restringir sua trajetória sistematicamente como feita com o mandonismo. Por sua vez, os autores que veem o coronelismo em relações urbanas estão falando de clientelismo, pois as relações clientelistas dispensam a figura do coronel. Políticos, empresários, clérigos, todos podem estabelecer relações clientelistas de um modo geral.

Considerações finais

Como apresentado ao longo do texto, a ideia de uma cultura política é muito mais complexa do que comumente se concebe. Ela tem sido fruto de estudos em diversas áreas do conhecimento, o que promove diversas interpretações e definições, que são influenciadas pelo tempo e as conjunturas nas quais são formuladas. É preciso ainda que nós, historiadores, compreendamos que a cultura política, enquanto fenômeno cultural, deve ser vista na longa duração, pois a formulação de uma cultura, mesmo que direcionada à política, só pode ser contemplada nesse espaço de tempo.

Além disso, muitas das formulações de cultura política têm como referência as experiências europeias ou norte-americanas. É preciso

adaptar ou mesmo repensar algumas concepções para a dinâmica brasileira e suas particularidades. A ideia de conceber a existência de uma cultura política brasileira fomenta o pesquisador interessado em temas da política, ao mesmo tempo em que o orienta a pensar fenômenos de natureza política em outras chaves interpretativas.

Referências

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. In. CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 130-155.

DUTRA, Eliane. História e culturas políticas: Definições, usos e genealogias. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, nº 28, 2002, p. 13-28.

FAORO, Raymundo. **A República inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos** – Historiografia. Rio de Janeiro: v.9, nº 17,1996, p. 59-84.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyrill. Cultura política brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**. Porto Alegre, nº 36, 2017, p. 05-19.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In MELLO, Demian. **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013a, p. 9-33.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In. NAPOLITANO, M; CZAJKA, R; MOTTA, R. P. S. **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013b, p. 15-39.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. Online: vol. 23, nº 66, 2008, p. 11-43.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. São Paulo: Autêntica, 2003.

SAWICKI, Fréderic. Os partidos políticos como empresas culturais. In: CEFÄI, Daniel (dir). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 191-211.

5
A HISTÓRIA DOS CONCEITOS NUMA ÉPOCA DE POLARIZAÇÕES POLÍTICAS

Lucas Soares Chnaiderman [1]

O título do congresso que inspirou este livro foi "América Latina e o Brasil: entre ondas progressistas e reações conservadoras". Como não poderia deixar de ser num evento que também lembrava os sessenta anos do golpe militar, houve muitas mesas sobre as Ditaduras no Cone Sul, em tópico que é facilmente enquadrado na temática geral.

O objetivo desse texto é compreender como a metodologia e a reflexão teórica da História dos Conceitos, de evidente inspiração em Koselleck e a *Begriffsgeschichte*, pode auxiliar o historiador a entender melhor o seu próprio tempo e igualmente a posicionar-se diante dos dilemas que a presente situação tem trazido.

Como o congresso fez questão de colocar em seu título a contraposição entre "ondas progressistas" e "reações conservadoras", o tema da "polarização política" pareceu ser um dos principais. O conceito saiu da ciência política dos Estados Unidos para o discurso midiático no século XXI, adentrando com força a arena pública brasileira (Ortellado, Ribeiro & Zeine, 2022). Nesse sentido, polarização seria a distância cada vez maior entre partidos e partidários acerca de temas relevantes e na forma de expressar-se. Normalmente, fala-se de polarização afetiva e ideológica, em tendência, em termos globais, de enfraquecimento dos partidos políticos tradicionais (Fucks e Marques, 2022). Ao mesmo tempo em que foi um conceito ampliado para o globo, suas origens nos

[1] Professor do IFRN – campus Pau dos Ferros e doutor em história social pela USP.

Estados Unidos são evidentes ao pensar em dois polos de atração, típicos da estrutura partidária daquele país.

A repetição acerca da polarização política brasileira tornou o conceito um *topos*, utilizado em propagandas do governo, em pesquisas midiáticas e até mesmo pelo presidente nacional da ANPUH em entrevista concedida a um popular blog de divulgação científica (2021). Ali, Valdei Araújo afirmava ser uma das funções do historiador proteger a sociedade das polarizações, vistas como evidente perigo político e ameaça ao fazer científico e acadêmico. O objetivo deste artigo é responder, com as devidas ressalvas, ao mesmo questionamento.

Como historiador dos conceitos, é inevitável dedicar algumas páginas ao título do próprio congresso e dessa forma elucidar como essa metodologia permite um maior criticismo no ofício do historiador. É curiosa a escolha dos termos progressista e conservador, em evidente substituição a esquerda e direita. É preciso uma breve elucidação sobre os primeiros termos.

É complexo, quando não impossível – para concordar com Pocock (1987) – escrever uma história do conservadorismo. Em primeiro lugar, porque não é evidente se o termo se refere a uma atitude (a aversão à mudança brusca) ou a um conjunto de princípios. Em segundo lugar, porque, como todas as correntes políticas, apenas um esforço enorme de abstração da realidade seria capaz de ver coerência e uniformidade na história das ideologias modernas.

Richard Bourke (2018), em tentativa de fazer uma reflexão geral sobre o conservadorismo, acredita que é impossível uma história geral do conceito, pois a maneira que o entendemos hoje deriva, essencialmente, do famoso ensaio de Mannheim, em 1927, "o pensamento conservador". Nessa obra, o sociólogo alemão consolidará a versão do conservadorismo como uma reação à Revolução Francesa,

tendo o inglês Burke como o mais importante dos seus ideólogos iniciais. A fim de rebater a tese, Bourke contextualiza a política europeia do final do século XVIII, principalmente a inglesa. Sua conclusão geral, dificilmente contestável, é que a definição de conservador para Burke é mais do que um anacronismo, sendo veementemente falsa.

Apesar dessa contestação ao "mito das origens" (Bloch, 2002), é um fato que o termo conservador passou aos conceitos políticos e sociais no começo do século XIX. Em 1830, um partido no Reino Unido se autoproclamava conservador (Charmley, 2008). Se é difícil compactar em um todo único a pluralidade de concepções e atitudes políticas que se enquadram sob este termo desde então, é visível, por outra parte, que costumavam se arrogar a oposição ao que era visto como revolucionário, perigoso e inconsequente.

A mesma impossibilidade de definição, assim como a ênfase no que "não se é" ao invés do que "efetivamente se é", continua a caracterizar os autoproclamados conservadores. Um exemplo banal brasileiro recente pode exemplificar melhor. Em texto propositadamente polêmico e de baixo nível intelectual, Pondé, articulista da Folha de São Paulo, reivindica-se um intelectual conservador. Para fazê-lo, prefere atacar o que identifica como seus antagonistas: "Rousseau era um canalha, Marx pegava dinheiro dos outros e era ingrato" (2024).

No Brasil, sob influência de Pondés e Olavos, a discussão sobre o conservadorismo pouco se assentou nos meios acadêmicos, tendo em vista que teve dificuldades de ir além dos insultos baixos que caracterizam a ambos. É mais na comparação com a Europa e os Estados Unidos que o tema costuma ser abordado. Lowy (2015) assim o faz, por exemplo. E especificamente na política estadunidense que o tema do conservadorismo mais tem sido discutido, não apenas pela força tradicional do termo no norte da América (Fawcett, 2020), mas

principalmente pela vitória e pelo governo de Trump em 2016. Isso significou não apenas um "revival" do conservadorismo, porém novas abordagens sobre o mesmo. Tratava-se de uma reinterpretação histórica do próprio conservadorismo (Bauer, 2020).

Portanto, ao enfatizar "reações conservadoras" ao invés de "Direita" em seu título, o congresso procura se situar dentro das novas discussões internacionais, por vezes mais do que nas tradições historiográficas e políticas brasileiras. Ainda mais curiosa é a escolha por "ondas progressistas" ao invés de "avanços da esquerda".

O conceito de progresso é fundamental ao próprio conceito de história, tal como o conhecemos hoje, já distante da *historia magistra vitae* que foi dominante por muito tempo (Koselleck, 2006, pp. 41-60). Para Koselleck, o progresso foi a primeira categoria efetivamente histórica, ao dissociar-se dos ciclos naturais e ser unicamente humana: "O substrato natural desapareceu, e o progresso foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história." (Idem, p. 54). Tal a mudança que a incorporação do conceito de progresso à história ocasionou que resultará em outro nome e outro sentido ao termo (Geschichte/Historie em alemão; Koselleck, 2013): "podemos até mesmo dizer que a história só pôde ser exposta como um modo de ser do homem quando passou a ser interpretada como progressiva e acelerada". (Koselleck, 2014, p. 160)

A ideia mais importante contida no conceito de progresso é a possibilidade de distanciar completamente futuro do passado. Quanto maior essa distância e essa expectativa, mais forte é o conceito de progresso. O surgimento deste no século XVIII foi fundamental ao fim do próprio estado absolutista, conforme Koselleck analisa em sua tese de doutorado (1999) e ao qual volta em muitos outros escritos:

> Foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade. À sombra da política absolutista constitui-se, em princípio veladamente, depois abertamente, uma consciência de tempo e de futuro que se nutre de uma ousada combinação de política e profecia. Imiscuiu-se na filosofia do progresso uma mistura entre prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionista, própria do século XVIII (Koselleck, 2006, p. 36).

O conceito de progresso, portanto, é formativo da modernidade. O estudo da história passou a ser essencial àqueles que visavam transformar o mundo, com o objetivo de possibilitar uma filosofia da história que desse conta do presente em direção a um futuro almejado. Para os revolucionários do final do século XVIII e começo do XIX, estudar história era estudar o progresso (Fernández Sebastián, 2008). Seria justamente na Espanha, país que criou o termo liberal como um agrupamento político, que o progresso passou a ser identificado cada vez mais com um "partido político" (com as devidas vênias para a ideia de partido, ainda em construção, conforme Fernández Sarasola, 2009).

No começo do século XIX, a ideia de progresso se tornou patrimônio daqueles que lutavam contra o que se identificava como "Antigo Regime":

> Al identificar el liberalismo con el progreso y la marcha ascendente de la humanidad, los intelectuales liberales estaban marcando un sentido para su época y el mundo venidero, estaban dando una dirección a los tiempos. Mientras que los adeptos al liberalismo se movían en la dirección correcta – hacia el futuro –, quienes se les oponían eran unos retrógrados que pretendían hacer retroceder a la sociedad hacia épocas pasadas (Fernández Sebastián, 2008, p. 186).

Não é surpreendente, portanto, que em 1838 já existia formalmente um partido progressista na Espanha, associado com as ideias antes denominadas por exaltadas (Cuenca, 2003). Algumas décadas depois, no

Brasil também haverá uma liga progressista, surgida justamente contra o sucesso do partido conservador no império (Carvalho, 2003; Matos, 1986). Logo, a oposição entre conservadores e progressistas remete, ao menos no mundo atlântico, a uma disputa típica de meados do século XIX. Tal a força dos termos que alcançaram o posto de nome dos partidos políticos tanto no mundo hispânico, lusófono e anglófono.

No entanto, já no século XX passou a ser raro encontrar no Brasil a ideia de progressista associado com o desejo de mudança ou, politicamente, com a esquerda. Quando a Ditadura acabou, por exemplo, um dos partidos que surgiu da ARENA foi o Partido Progressista, de explícito viés direitista. Não cabe aqui especular as razões para tal apagamento, porém é provável que o avanço global dos socialismos e do movimento comunista tenha relação direta com isso. Para afirmar a irrelevância política do conceito no século XX, um dos raros livros com progressista no título era uma história da revolta constitucionalista de 1932 em São Paulo. Tratava-se, então, de um conceito em oblívio.

Curiosamente, apenas depois dos anos 90 apareceram reflexões sobre o progressismo no Brasil. No começo do século XXI, com as vitórias de partidos de esquerda em vários países da América Latina, passou-se a falar, no mundo hispânico, em "onda progressista". Tal o sucesso dessa definição, que recentemente discute-se uma "segunda onda progressista" (Arellano, 2022). Sem poder afirmar com certeza, mas é muito provável que foi este caminho "lationamericanizado" que o termo progressista encontrou para reentrar no Brasil após quase um século.

Tudo isso leva mais uma vez a questionar as razões para a escolha do termo "ondas progressistas" ao invés de vitórias da esquerda no título do congresso. Caracterizar os movimentos anteriores, do século XX por exemplo, como progressistas, pode ser considerado um

anacronismo, tendo em vista que os mesmos nunca o fariam? Para além do preciosismo conceitual, o principal objetivo desse questionamento é constatar a retirada dos termos esquerda e direita de um congresso local de história.

A ausência de destaque aos conceitos políticos de esquerda e direita provavelmente remete ao esvaziamento destes termos, constantemente evocado em discursos políticos, seja por aqueles que comemoram a "morte da esquerda" ou pelos que lamentam "uma esquerda com vergonha de dizer seu nome" (Safatle, 2012). A substituição do conceito fundamental de esquerda ao longo dos séculos XIX e XX (Bobbio, 2012) pelo de progressista não foi apenas no Brasil, porém na América Latina e até mesmo nos Estados Unidos (DeWitt, 2013). Significa, portanto, uma tendência global e, concomitantemente, uma forma de reinvenção das antigas esquerdas feridas pelo fim da URSS.

Mais curioso é que o abandono da autodefinição como esquerda não foi acompanhado pela recíproca exclusão do conceito de direita. Pelo contrário, o que se observa tanto no Brasil quanto em nível global é autodefinição contemporânea orgulhosa de ser de direita (Pereira, 2023). Sendo assim, é um tema profícuo de debate o quão foi exitosa a tentativa de substituir o conceito de esquerda por progressista.

Toda essa discussão remete a categoria de estratos do tempo de Koselleck, assim como à metodologia de história conceitual. É preciso antes definir melhor o que diferencia as palavras e os conceitos. Se "não há experiências sem conceitos e não há conceitos sem experiências" (Koselleck, 2012, p. 29), isso não significa uma relação determinista entre a realidade e as palavras, tampouco o defendido pelo *linguistic turn* (Rorty, 1992), de que a realidade existe apenas a partir do texto. Conceitos e realidade têm histórias distintas, que se influenciam e modificam-se:

> O significado das palavras e seu uso nunca têm uma relação idêntica com o que chamamos de realidade. Ambos, conceitos e realidades, possuem sua própria história e embora é certo que um remete ao outro, modificam-se de forma distinta. Deve-se insistir que os conceitos e a realidade mudam em velocidades distintas, às vezes é a conceituação da realidade que vai adiante e outras vezes é a realidade que vai à frente da conceitualização (Koselleck, 2012, p. 36).

Portanto, a investigação da história dos conceitos dialoga com a história social, porém não se confunde com ela, e tampouco pode se isolar dela, arriscando-se a cair numa concepção idealista hegeliana. A primeira característica de um conceito, e que define sua importância, é o seu caráter polêmico, a disputa política que o envolve: 'Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos." (Koselleck, 2006, p. 108) Seria difícil pensar em conceitos que se encaixem melhor nessa definição do que Esquerda e Direita ao longo do século XX.

Se a polissemia é uma exigência básica de um conceito, é preciso entender que isso vai além das múltiplas possibilidades de significado de uma palavra. O "conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido" (Idem, p. 109), ou seja, há uma totalidade de circunstâncias político-sociais que se agregam ao conceito, tornando-o objeto de disputa em todas as situações, ao mesmo tempo que possibilitam que seja utilizado como uma "arma", ou seja, um fator que influencia a realidade, e que não apenas a capta.

Além da polissemia e da constante disputa político-social, os conceitos fundamentais contêm em si diferentes camadas temporais, o que se acentua na modernidade, com o distanciamento entre expectativas e experiências. Dessa forma, há um sentido de movimento histórico nos conceitos:

> Todo conceito fundamental contém elementos de significados passados em estratos situados em diferentes profundidades e expectativas de futuro de distinta importância. Assim, estes conceitos geram, de certa forma em um processo imanente à linguagem, um potencial de movimento e de modificação temporal independente do que contém de realidade (Koselleck, 2012, p. 37).

Justamente devido à sobreposição de camadas temporais que o abandono de um conceito não é decisão simples ou individual. A constante discussão sobre a morte da esquerda, repetida no Brasil a cada eleição malsucedida não é sinal de seu apagamento, porém da contínua relevância do conceito, ao qual vem se somar novos sentidos e disputas no mundo contemporâneo. Parece esvair-se sua perspectiva de futuro e ressalta-se um passado e presente de fracassos. Nessa aparente inversão, apenas confirma-se a modernidade e a relevância do conceito e da interpretação de Koselleck acerca da temporalização dos conceitos.

Trata-se de um caráter fundamental da modernidade. Foi justamente na *Sattelzeit*, grosso modo entre 1750 e 1850, embora possa se estender por mais tempo, que houve uma enorme transformação dos conceitos políticos e sociais, articulando-se a partir de então um "novo tempo" (Koselleck, 2006, p. 283). Alguns destes termos acumularam novas perspectivas temporais, em que o horizonte de expectativa se distanciou do campo de experiências. Ou seja, o passado e o futuro se apartavam para aqueles homens, mergulhados, como estavam, na aceleração revolucionária do tempo. No mundo mais desesperançoso em que se vive atualmente, a relação é invertida, mas a distância se mantém.

Ainda para Koselleck, os conceitos durante a *Sattelzeit* passaram por quatro grandes alterações: temporalização, ideologização, democratização e politização. Temporalização consiste na inserção dos conceitos em uma filosofia da história que, na modernidade, afasta cada vez mais experiências e expectativas. Ideologização, a prática de

encaixar conceitos em ideologias que se pretendem universais; este universalismo se reflete na linguagem através da singularização de termos antes plurais (liberdades em Liberdade) e na invenção dos *ismos* (nacionalismo, imperialismo). A democratização se refere ao alcance mais vasto que os conceitos passam a ter na modernidade, saindo das esferas exclusivamente elitistas, o que é consequência de um processo político e tecnológico inovador. Por fim, a politização é a capacidade aglutinadora e mobilizadora que os conceitos passam a ganhar neste novo tempo, ou seja, é a transformação da palavra em arma, típica da nova esfera pública.

A tentativa anódina de substituir os conceitos de esquerda e direita por progressista e conservador apenas retoma, como já foi visto, a antiga oposição do século XIX. Diante da sensação do fracasso dos projetos esquerdistas do século XX, a ideia parece ser redirecionar o debate para outra esfera. É através da abordagem da história conceitual que essa autocrítica é possível, em esforço hermenêutico não apenas de compreender o passado, porém inclusive a nós mesmos, em síntese exemplar do ofício do historiador.

Por conta da consciência da linguagem e dos seus usos, a história dos conceitos é uma ferramenta primordial numa época de polarizações, em que, mais do que nunca, as palavras são utilizadas como armas na esfera pública. Todo historiador, mesmo aqueles que não se dedicam à história política, intelectual ou social, pode usufruir de um estudo bem fundamentado acerca da historicidade dos conceitos.

No entanto, essa autoconsciência também deve se voltar à própria história dos conceitos no modelo de Koselleck. Aqui, a análise dura de Oncina (2003) é muito útil. Para o autor espanhol, o historiador alemão combina desde o primeiro de seus livros, em Crítica e Crise (1999), uma "devoção pelo embrião da modernidade e o medo às patologias que

produziu" (Oncina, 2003, p. 20). A tese de Koselleck, de forma resumida, era que a crítica ilustrada, a princípio restrita ao âmbito privado ou escondida no segredo, resultou na crise, a qual previa que viria, embora sem arrogar-se a responsabilidade pela mesma. No entanto, a previsão da crise escondia a violência que seria gerada, pois a Ilustração já continha em si o Terror jacobino, justamente na dissociação entre passado e futuro, entre profecia e responsabilidade.

Sendo assim, para além de uma proposta inovadora metodológica, ao combinar múltiplas análises linguísticas com a diacronia e a sincronia, ademais de incorporar a história social, a história dos conceitos carregaria em sua formação uma proposta de "moderar" a modernidade, ao menos ao diagnosticar a aceleração como patogênica:

> A voragem de nossa era faz com que nos sintamos ofuscados e obsoletos, anacronismos viventes (segundo o seu [de Koselleck] mestre, Gadamer), ante um futuro avassalador. Nessa idade veloz somos já seres póstumos ansiosos de forma fáustica de uma nova vida plena, para a qual também chegaremos tarde assim que comece. Koselleck quer se contrapor às exigências do progresso, neutralizar o poder de fascinação da utopia negativa, recuperando a história como *magistra vitae*, avançando sobre o solo firme e sem a pressa de pisar o acelerador para penetrar no outro mundo virtual *ignoto* (Oncina, 2003, p. 23).

Resulta, portanto, que a história dos conceitos se enquadraria dentro de uma perspectiva mais "conservadora" – no sentido de atitude e não de princípios políticos –, ainda que não explicitamente. A trajetória política de alguns dos organizadores do famoso dicionário de conceitos alemão, como Otto Brunner, de conhecido passado nazista, parecem confirmar a análise ácida de Oncina. Mesmo o trabalho posterior à guerra do importante historiador da Idade Média repercute essa crítica à modernidade (Chignola, 2015).

Em análise muito menos dura, Rodrigues (2021) acredita que o ponto mais importante para entender a filosofia do tempo de Koselleck e sua própria abordagem histórica foram as reflexões acerca da Segunda Guerra Mundial e do Nazismo, pois havia participado desses acontecimentos enquanto jovem:

> Sua filosofia do tempo é um gesto crítico sobre as dimensões pessimistas, utópicas e nostálgicas de seus professores, próprias ao pensamento alemão e ocidental que parecia insistir na neutralização de tantas outras histórias possíveis e na possibilidade de redenção da violência que o constituiu. Sua filosofia do tempo nasceu de uma reação à presentificação da guerra, sem dúvida, mas nasceu também de uma preocupação em mostrar que a história humana não está circunstanciada a determinados caminhos que tornaram possível esta ou aquela realidade efetiva (Rodrigues, 2021).

Através da reconstituição da sua história intelectual, Rodrigues identifica as rupturas e continuidades do pensamento de Koselleck em relação aos seus mestres. Em todo momento aparece certo pessimismo acompanhado da defesa da importância da reflexão histórica. Aqui também o historiador alemão é não apenas um estudioso da modernidade, porém um crítico.

Por fim, as reflexões sobre as preocupações da história dos conceitos e dos dilemas enfrentados no mundo contemporâneo pelos historiadores preocupados com seu próprio mundo têm o objetivo de reivindicar essa prática metodológica e suas reflexões teóricas, sem esquecer da sempre necessária autocrítica. Numa época de profundas polarizações e em que parece haver a necessidade perene de posicionar-se, a história dos conceitos não pode recair na tentação oposta e quase neopostivista. Ao mesmo tempo, há o desafio perene de uma metodologia que pode facilmente desaguar em certa aversão à revolução e no elitismo de uma história inegavelmente mais preocupada

com a documentação escrita e por vezes excessivamente focada em grandes autores (Blumenberg, 1983).

No entanto, apesar desses riscos, em boa parte inerentes a qualquer historiografia acadêmica, a história dos conceitos, e seu recente crescimento em terras brasileiras, é uma metodologia essencial à prática do historiador, pois lhe obriga a uma atenção redobrada àquela que é sua ferramenta inescapável: a linguagem. Como adendo essencial, ela o faz atenta às falsas armadilhas do pós-modernismo e a separação estrita entre linguagem e mundo, ou mesmo o apagamento deste último.

Diante de "ondas progressistas e reações conservadoras", apenas a crítica atenta da linguagem e da história social será capaz de compreender o mundo e, portanto, de imaginar novos mundos possíveis, tão necessários num momento de desesperança e distopia.

Referências

ARELLANO, Ángel. ¿Una nueva "ola progresista" en América Latina? Aproximaciones conceptuales y coyunturales. **Astrolábio**, nº 25, 2022, pp. 73-90.

BAUER, Andrew. The Alternative Historiography of the Alt-Right: Conservative Historical Subjectivity from the Tea Party to Trump. In: VALENCIA-GARCÍA, Louie (org.). **Far-right revisionismo and the end of history**. Londres: Routledge, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BLUMENBERG, Hans. **The legitimacy of the modern age**. Cambridge: MIT press, 1983.

BOURKE, Richard. What is conservatism? History, ideology and party. **European jornal of political theory**, nº 17, 2018, pp. 449-475.

Café historia, 25/10/2021: "Precisamos melhorar nossa comunicação". Disponível em https://www.cafehistoria.com.br/precisamos-melhorar-nossa-comunicacao/ Último acesso em 30/10/2024.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CHARMLEY, John. A **history of conservative politics since 1830**. Londres: Palmgrave, 2008.

CHIGNOLA, Sandro. Diferencia y repetición. Otto Brunner, Reinhart Koselleck, la historia conceptual. **Conceptos históricos**, nº 1, 2015, pp. 18-38.

CUENCA, José Manuel. En los orígenes de la España contemporánea: 1836-1839. El nacimiento de los partidos políticos y de la idea de progreso. **Revista de estúdios políticos (Nueva Época)**, nº 122, 2003, pp. 7-33.

DE WITT, Benjamin. **The progressive movement. A non-partisan comprehensive discussion of current tendencies in American politics**. Nova York: Routledge, 2013.

FAWCETT, Edmund. **Conservatism: the fight for a tradition**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

FERNÁNDEZ SARASOLA, Ignacio**. Los partidos políticos en el pensamiento español. De la Ilustración a nuestros días**. Madri: Marcial Pons, 2009.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Liberalismos nacientes en el Atlántico iberoamericano: "liberal" como concepto y como identidade política, 1750-1850. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, nº 45, 2008, pp. 159-195.

FUCKS, Mario & MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião pública**, nº 28, 2022, pp. 560-593.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Historias de conceptos - estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social**. Madri: Trotta, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história**. São Paulo: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

MATOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1986.

ONCINA, Faustino. La modernidade velociferina y el conjuro de la secularización. In: KOSELLEC, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización**. Valencia: Pre-textos, 2003.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio & ZEINE, Leonardo. "Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião pública**, nº 28, 2022, pp. 62-91.

POCOCK, John. Introduction. In: BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Londres: Hackett, 1987.

RODRIGUES, Thamara. Reinhart Koselleck: uma latente filosofia do tempo. In: KOSELLECK, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

RORTY, Richard. **The linguistic turn: essays in philosophical method**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: três estrelas, 2012.

6

PROJETO 1930 A CAMINHO DO CENTENÁRIO: CONVERGÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DIGITAIS (BR - 1930)

Jivago Correia Barbosa [1]
Ana Andréa Vieira de Castro [2]
Claudialyne da Silva Araújo [3]

Introdução

Neste ano de 2024, dois dos mais importantes e emblemáticos episódios da historiografia brasileira estarão sendo relembrados: os 70 anos do suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954 e os 94 anos da chamada Revolução de 1930, instaurada no dia 05 de outubro de 1930. A Revolução foi um movimento que consistiu-se em um golpe armado que depôs o presidente Washington Luís e elevou Vargas à presidência da República, tomando posse em 03 de novembro de 1930, e, no dia 11 de novembro, ele assinou o Decreto nº 19.398, que instaurou, definitivamente, o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (1930-1934).

Essa recapitulação se faz necessária, ao passo que é nela que fundamentamos a escolha do tema deste projeto de pesquisa: "**1930 a caminho do centenário:** convergências bibliográficas e fontes digitais

[1] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Docente efetivo do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, e pesquisador da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/2368150617722699 - E-mail: jivago.barbosa@ifpb.edu.br

[2] Mestre em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e pesquisadora da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Lattes:http://lattes.cnpq.br/5723687710647566 - E-mail: anacastro4@gmail.com

[3] Doutora em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente efetiva do Departamento de Ciências da Informação (DCI/UFPB) e pesquisadora da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Lattes: http://lattes.cnpq.br/8492671426340662 - E-mail: claudialynearaujo@gmail.com

em plataformas digitais (BR 1930)", que possui como objetivo central realizar o levantamento em fontes primárias e secundárias sobre a Revolução de 1930, além da digitalização e disponibilização destes acervos documentais impressos e digitais, a partir da criação de plataformas digitais (biblioteca digital e aplicativo).

O referido artigo é parte integrante do projeto de pesquisa "Preservação da memória e difusão educativa, cultural e científica do acervo da Fundação Casa de José Américo", produto da parceria da Fundação Casa de José Américo (FCJA) com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (SECTIES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB).

Dessa forma, desde abril deste ano, iniciamos o levantamento, a digitalização e disponibilização dos acervos documentais impressos e digitais existentes – e que ainda serão escritos ao longo do período de desenvolvimento da pesquisa – sobre a Revolução de 1930, disponibilizando este acervo documental a partir da futura criação de plataformas digitais que irão reunir essa gama de documentos, tornando-se uma ação efetivamente necessária e importante, pois irá facilitar as pesquisas sobre o assunto, ampliando o acesso de alunos, alunas, educadores e educadoras das diversas modalidades de ensino (médio e superior) da rede pública e privada, além dos pesquisadores e pesquisadoras, possibilitando novas integrações/parcerias dos profissionais de diversas instituições de ensino dos diversos estados do país e do mundo.

Desse modo, o projeto "**1930 a caminho do centenário:** convergência bibliográfica e fontes digitais em plataformas digitais (BR 1930)", pensa a prática educativa através do atual paradigma tecnológico, refletindo acerca das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

que surgiram para dinamizar o processo contínuo do ato de aprender ao longo da vida.

Por fim, a partir das informações coletadas durante a pesquisa, pretendemos desenvolver uma biblioteca digital, hospedada no *site* da Fundação Casa de José Américo, além da criação de um aplicativo que ajude a contribuir para o acesso destas informações de forma rápida, através de computadores, smartphones, notebooks, etc.

A "revolução" de 1930 e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Momentos de crise sempre se caracterizam por períodos de insatisfação, de revoltas, de tomadas de consciência e de ruptura da ordem vigente. A década de 1920 e o início dos anos de 1930 ficaram marcados por profundas transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil e no mundo. Tempos de prosperidade e de crise responsáveis por uma série de mudanças, de revoluções e de rupturas epistemológicas. No Brasil, os acontecimentos históricos da década de 20 serão os responsáveis pelo declínio da economia cafeeira, que passou a enfrentar uma crise de superprodução. Esta crise foi agravada efetivamente pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, desembocando no fim da hegemonia da classe burguesa agroexportadora, sobretudo, a elite cafeeira paulista que se vê obrigada a migrar para outros setores da economia, e no início de um processo político-econômico-social que desaguaria na chamada "Revolução" de 1930, fazendo emergir uma burguesia industrial e financeira.

Mas porque ocorreu essa ruptura política em 1930? No final de 1929, ocorria o início da campanha presidencial, e o Brasil enfrentava sérias dificuldades em sua economia por conta da dependência em relação à produção de café, que sofria com a retração do consumo por conta do

colapso da economia dos Estados Unidos – o maior comprador de café brasileiro, levando os produtores à ruína. Nesse momento, caberia à elite mineira indicar o sucessor do presidente, a partir do acordo firmado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais, chamado por alguns historiadores de "café com leite". Entretanto, Washington Luís defendeu a candidatura do presidente de São Paulo, Júlio Prestes, causando revolta não apenas dos políticos mineiros como também das elites dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul. Descontentes com a indicação, os políticos desses três estados formaram a chamada Aliança Liberal (AL) e lançaram Vargas como candidato à presidência, tendo como vice, o presidente da Paraíba, João Pessoa.

Em março de 1930, Júlio Prestes e o seu vice, Vital Soares, vencem as eleições; entretanto, o resultado foi contestado pela Aliança Liberal e parte dos seus integrantes passou a reivindicar uma revolução que buscasse a restauração da moralidade republicana. Nesse ínterim, em 26 de julho de 1930, o presidente da Paraíba, João Pessoa, foi assassinado por João Dantas e o episódio foi utilizado como pretexto para a revolta armada. No dia 5 de outubro, ocorreu a Revolução[4] e Getúlio Vargas – com o apoio dos tenentes civis e militares, além de outros setores da classe média – foi conduzido ao poder, instaurando o chamado Governo Provisório, que deveria permanecer até a realização de novas eleições.

Esse foi o princípio de um governo discricionário, intervencionista e centralizador, marcado por inúmeras ações autoritárias, a exemplo da dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas

[4] Para muitos historiadores, cabe perfeitamente a utilização do termo Revolução para designar os acontecimentos que levaram Getúlio Vargas e os aliancistas ao poder, a exemplo do livro "A Revolução de 1930: historiografia e história", de Boris Fausto (1970). Para outros, esse momento da história política nacional não passou de uma transição de poder das mãos de uma elite/oligarquia – principalmente do estado de São Paulo – para outra elite, composta pelos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Mais informações, ver SKIDMORE (1982), CARVALHO (2001), GURJÃO (1994).

Estaduais e das Câmaras Municipais. Além disso, foi adotado o Sistema de Interventorias, em que todos os governadores dos estados foram depostos, sendo substituídos por interventores federais nomeados e subordinados diretamente a Vargas. Os integrantes do movimento tenentista, principalmente os militares, se tornaram a principal base de apoio para as interventorias estaduais[5].

Figura 1: A "Revolução" na Paraíba e a nomeação de José Américo como primeiro interventor do Estado



A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

DIRECTOR INTERINO: DR. OSIAS GOMES

ANNO XXXIX | JOÃO PESSÔA — Domingo, 5 de outubro de 1930 | NUMERO 230

GERENTE: MARIOBERO NACRE

Triumphante a revolução na Parahyba

Pormenores do grande movimento -- Uma carta do coronel Juarez Tavora ao dr. José Americo de Almeida -- O novo chefe do Govêrno Revolucionario -- A solennidade da posse -- A nomeação do dr. Irenêo Joffily para secretario da Segurança Publica

O enthusiasmo do povo — Outras notas

Fonte: Jornal A União (05/10/1930)

O Governo Provisório foi alicerçado sobre bases corporativistas, burocráticas e racionalizadas, mas também estabeleceu uma espécie de reestruturação-modernização de alguns setores organizacionais e institucionais estratégicos, a exemplo da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupado inicialmente por Francisco Luís da Silva Campos, da ampliação do raio de atuação do

[5] Sobre o movimento tenentista, a ideia de uma educação pública e obrigatória foi uma das principais propostas-concepções de Estado ventiladas pelos tenentes que compuseram a chamada Aliança Liberal (AL). Esse grupo defendia uma série de reformas sociais, a exemplo do sufrágio secreto, a reforma agrária, a implantação da educação pública obrigatória, a nacionalização dos recursos naturais (minérios, petróleo, etc.), além do combate ao liberalismo econômico. Para mais informações, ver: BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos "Brasis":** José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934). João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

Ministério da Viação e Obras Públicas – ocupado pelo paraibano José Américo de Almeida – e de outros setores e serviços vitais para o projeto nacional-desenvolvimentista pensado por Getúlio Vargas e seus ministros.

De agora em diante, constituiu-se no Brasil um novo "modelo" de Estado que passou a centralizar o poder político e o econômico nas mãos do chefe do Executivo nacional, quebrando, até certo ponto, as autonomias dos estados da federação, enfraquecendo – ou rearticulando – o poder das oligarquias estaduais com a criação de diversos mecanismos de centralização do poder, pois embora o Estado continuasse federativo, em sua forma, as decisões políticas e econômicas passariam a ser gestadas e implementadas pelo Palácio do Catete.

Segundo Sônia Draibe (2004, p.54):

> Esta é ainda uma etapa de construção das bases do Estado Nacional, enquanto poder centralizado, unificado, que a si subordina soberanamente as forças centrífugas, por meio de codificações, leis, aparelhos administrativos e coercitivo-repressivos. É esse o sentido em que avançará o longo processo de formação do Estado no Brasil, no período inaugurado em 1930. Apoiando-se em novos códigos e legislação, e estruturando seus aparelhos centrais, os conteúdos da soberania serão redefinidos e atualizados, assim como se processará a extensão e ampliação da autoridade pública sobre os recursos estratégicos, sobre as instituições de conformação ideológica da nacionalidade, no controle da informação, no reforço das bases fiscais e centralização dos recursos, na estruturação mais densa do Poder Judiciário e das organizações Policial-Militares.

Mas como podemos realizar um levantamento sobre a fortuna crítica existente relacionada à Revolução de 1930, quase cem anos depois? Compreendemos que é impossível reconstruir o passado em sua totalidade, pois os historiadores se debruçam sobre determinados recortes temporais escolhidos por eles a partir de questões/indagações.

Contudo, sabemos que é papel do historiador reconstituir determinados acontecimentos, ou vários acontecimentos, com base em suas fontes, por isso devemos considerar que essa é uma objetividade de tipo próprio, pois cabe a este profissional e a história explicar e compreender os homens, pois o passado "distante" é o passado humano (RICOEUR, 1968, p.31). O papel do historiador não é o de fazer reviver o passado, e sim, de recompor, constituir um encadeamento retrospectivo, e só existe história porque certos fenômenos humanos continuam ao longo do tempo (pandemias, guerras, revoluções, golpes, etc).

Para responder a essa pergunta, se faz necessária a utilização de diversas fontes primárias e secundárias, além da utilização da tecnologia digital que já é utilizada nos ambientes de ensino e aprendizagem, a partir da chamada "cultura tecnológica", desenvolvida por pesquisadores, docentes e discentes – a exemplo da Educação a Distância (EAD), algo que tornou-se corriqueiro em diversas instituições educacionais por todo país: escolas, institutos, universidades, fundações, museus, dentre. Aos poucos, se forjou um "novo" conceito de sociedade ("sociedade da informação") que trouxe uma ampliação significativa da circulação de informações através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente com a inserção dos recursos digitais (*internet*, *sites*, *blog*, *Google, Twitter, Facebook, Instagram,* dentre outros).

A partir dessas transformações, surgiram novas possibilidades de veiculação de informações, como também a necessidade de se criarem espaços eletrônicos de divulgação de pesquisas (ciberespaço) sobre temas ligados às diferentes áreas do saber. Dessa forma, as bibliotecas e os arquivos também necessitaram passar por uma transformação na divulgação de seus acervos, ampliando os serviços disponibilizados a partir do emprego dos meios digitais.

A relação entre Tecnologias da Informação e Comunicação, Governança Arquivística e Repositórios Digitais

Por se tratar de um projeto de pesquisa cujo tema diz respeito diretamente ao levantamento, tratamento, organização, preservação e acesso às informações e documentos, onde a sua base está apoiada na utilização da tecnologia digital, é notória a sua relação com a governança arquivística, não apenas na microarquivologia, pensando aqui nas funções arquivísticas, mas também, na macroarquivologia, uma vez que o referido projeto está assentado numa instituição que custodia diversos Arquivos e, como tal, preza pela produção, organização e difusão do conhecimento arquivístico. Outro elemento importante é a sua transversalidade, agregando diversas áreas do conhecimento – como a História, a Biblioteconomia, a Museologia, a Tecnologia da Informação e Comunicação, dentre outras – e o uso de dispositivos legais da área de arquivo e informação. Nessa direção, Jardim (2018) assevera que:

> Governança arquivística, portanto, tem uma marca fundamental: compreende necessariamente ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores diversos da sociedade (JARDIM, 2018, p.40).

Destarte, a utilização dos computadores possibilitou a ampliação e otimização dos processos de recuperação, armazenamento e indexação dos dados coletados através da *internet* tornando o acesso às informações cada vez mais rápido e eficiente. Os meios digitais romperam com a antiga noção de que as bibliotecas necessitavam de um prédio, ou estrutura fixa, para onde as pessoas (pesquisadores ou não) precisavam se deslocar para ter acesso a esses acervos. A partir de então, as bibliotecas – núcleos de documentação e demais serviços de

informação – passaram a utilizar os chamados recursos informacionais, compondo um sistema de conexão amplo e variado.

Mas qual a relação que podemos estabelecer entre este evento histórico e as TIC? Ao realizarmos diversas pesquisas acadêmicas sobre o chamado período Vargas, os seus desdobramentos e as relações político-administrativas de Getúlio junto à trajetória pública e política de José Américo de Almeida – dissertação de mestrado[6] e tese de doutorado[7] – e de outros personagens históricos que participaram diretamente deste período, percebemos que não existe um repositório, ou um acervo documental compilando dissertações, teses, livros, revistas, mapas, jornais, entrevistas (na forma oral e escrita), dentre outras fontes primárias e secundárias que abarquem este importante período histórico.

Não podemos esquecer que Getúlio Vargas foi o presidente que passou o maior tempo à frente do Executivo federal brasileiro, quase dezenove anos. Primeiro, assumiu como presidente provisório entre 1930-1934; segundo, como presidente constitucional, eleito pelo Congresso (1934-1937); terceiro, entre 1937-1945, deu um golpe de estado e instaurou o Estado Novo; e quarto, em 1950, foi eleito democraticamente, através do voto popular, governando entre os anos de 1951-1954.

[6] BARBOSA, Jivago Correia. **POLÍTICA E ASSISTENCIALISMO NA PARAÍBA:** o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Mestrado em História - PPGH/UFPB. João Pessoa: UFPB/BC, 2012.

[7] BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos "Brasis"**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930- 1934). Universidade Federal de Campina Grande. Doutorado em Ciências Sociais. 2019.

Figura 2: José Américo (de óculos) e os ministros que atuaram durante o Governo Provisório.



Fonte: Acervo Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA).

Por outro lado, é preciso lembrar que estamos vivendo em um período de grandes mudanças que podem ser percebidas por três aspectos importantes: as facilidades de se adquirir informação, a multiplicação e a diversificação das formas de saber/conhecer e a demanda por uma educação contínua e eficiente, características que exigem da atual sociedade a necessidade de que a informação se torne cada vez mais dependente do conhecimento.

Sabemos que existem diversas vantagens atribuídas as plataformas digitais, sobretudo as bibliotecas digitais, e uma delas está diretamente relacionada a facilidade de disponibilizar a qualquer discente, pesquisador ou navegante da rede, um documento que seria de difícil acesso em outras condições. Importante ressaltar que a utilização dessas plataformas expande os horizontes do ensino e da pesquisa, tornando praticamente ilimitada a liberdade dos/as educadores/as para indicar material bibliográfico, como também dos/as educandos/as em adquirir mais autonomia ao buscar mais informações

através de temáticas do seu interesse, bem como a possibilidade de obtenção de um conhecimento mais sistematizado e até mesmo melhor direcionado.

Dessa forma, o projeto "**1930 a caminho do centenário:** convergência bibliográfica e fontes digitais em plataformas digitais (BR 1930)" iniciou a organização de um espaço virtual constituído a partir da memória histórica e política desse período, construindo o seu acervo a partir da digitalização, catalogação e indexação dos documentos pesquisados, possibilitando que mais pesquisadores, estudiosos, educadores e educandos tenham acesso a essa gama de informações e conhecimentos referentes aos atores sociais envolvidos no processo revolucionário e suas consequências.

Nesse contexto, os repositórios digitais desempenham um papel crucial, pois oferecem uma infraestrutura tecnológica essencial para a preservação, acesso e gerenciamento de documentos digitais. Um repositório bem implementado permite o armazenamento seguro e organizado de informações, facilita a recuperação rápida de dados e garante a integridade e autenticidade dos documentos ao longo do tempo. Além disso, suportam a conformidade com regulamentações e normas de preservação digital, assegurando que os documentos digitais sejam gerenciados de maneira eficiente e sustentável.

Procedimentos metodológicos e resultados esperados da pesquisa

Esta pesquisa teve início em abril deste ano e, logo após a constituição da equipe multidisciplinar que envolveu o coordenador, pesquisadores/as e bolsistas da área de Ciências Humanas e Sociais (História, Arquivologia e Biblioteconomia), iniciamos estudos e pesquisas (estado da arte) a partir de leituras e debates focando as fontes primárias e secundárias existentes sobre a "Revolução" de 1930 e

os seus desdobramentos, um processo de imersão de extrema importância já que alguns dos membros da equipe não conheciam as especificidades históricas relacionadas a esse período. Assim, consolidado esse momento de familiarização com o contexto histórico da documentação a ser trabalhada, deu-se início a duas frentes de pesquisas concomitantes. A primeira, no Arquivo de José Américo de Almeida (sediado na Fundação que leva o seu nome e casa do referido Projeto de Pesquisa), onde estão sendo realizadas a identificação e análise das fontes primárias (cartas, telegramas, matérias jornalísticas) acerca da referida temática. Até o momento da escritura deste artigo foram digitalizados 484 documentos inéditos e analisados conjuntamente entre os pesquisadores e pesquisadoras das áreas de História e Arquivologia, culminando na produção de uma tabela preliminar (Figura 3), com informações tanto de natureza histórica quanto de caráter arquivístico, que servirão de base na elaboração dos metadados utilizados nos repositórios digitais pretendidos.

Figura 3: Tabela de identificação de fontes primárias do acervo da FCJA.

Organização Documentos Revolução 30							
Documento	Data	Espécie Documental	Pasta	Capilha	Qtd. De Docs	Cargo	Observações
591	01/11/1930	Telegrama	1	1	3	Interventor Estadual	
592	01/11/1930	Telegrama	1	1	3	Interventor Estadual	
586	24/10/1930	Telegrama	1	1	3	Interventor Estadual	
593	01/11/1930	Telegrama	1	2	2	Interventor Estadual	
679	03/11/1930	Telegrama	1	2	2	Interventor Estadual	
80	01/10/1930	Carta	1	3	4	Interventor Estadual	
594	01/11/1930	Carta	1	3	4	Interventor Estadual	
595	01/11/1930	Telegrama	1	3	4	Interventor Estadual	
596	01/11/1930	Telegrama	1	3	4	Interventor Estadual	
597	01/11/1930	Telegrama	1	4	4	Interventor Estadual	
598	01/11/1930	Telegrama	1	4	4	Interventor Estadual	
599	01/11/1930	Telegrama	1	4	4	Interventor Estadual	
600	01/11/1930	Telegrama	1	4	4	Interventor Estadual	
601	01/11/1930	Telegrama	1	5	5	Interventor Estadual	
602	01/11/1930	Telegrama	1	5	5	Interventor Estadual	
603	01/11/1930	Telegrama	1	5	5	Interventor Estadual	
604	01/11/1930	Telegrama	1	5	5	Interventor Estadual	
605	01/11/1930	Telegrama	1	5	5	Interventor Estadual	
606	01/11/1930	Telegrama	1	6	4	Interventor Estadual	
607	01/11/1930	Telegrama	1	6	4	Interventor Estadual	
608	01/11/1930	Telegrama	1	6	4	Interventor Estadual	
609	01/11/1930	Telegrama	1	6	4	Interventor Estadual	
610	01/11/1930	Telegrama	1	7	5	Interventor Estadual	
611	01/11/1930	Telegrama	1	7	5	Interventor Estadual	
612	01/11/1930	Telegrama	1	7	5	Interventor Estadual	
613	01/11/1930	Telegrama	1	7	5	Interventor Estadual	
614	01/11/1930	Telegrama	1	7	5	Interventor Estadual	
580	17/10/1930	Telegrama	1	8	5	Interventor Estadual	
581	17/10/1930	Telegrama	1	8	5	Interventor Estadual	
615	01/11/1930	Telegrama	1	8	5	Interventor Estadual	
616	01/11/1930	Telegrama	1	8	5	Interventor Estadual	
617	01/11/1930	Telegrama	1	8	5	Interventor Estadual	
618	01/11/1930	Telegrama	1	9	4	Interventor Estadual	
619	01/11/1930	Telegrama	1	9	4	Interventor Estadual	
620	01/11/1930	Telegrama	1	9	4	Interventor Estadual	
621	01/11/1930	Telegrama	1	9	4	Interventor Estadual	

Fonte: autores do artigo.

Ainda sobre das fontes primárias, a pesquisa se estenderá ao Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) e outros arquivos privados. A perspectiva é coletar o máximo de documentos e informações sobre a Revolução de 1930 e seus desdobramentos.

A segunda frente de pesquisa está voltada para as fontes secundárias, até o presente momento, foram catalogadas 46 teses de doutorado e 35 dissertações de mestrado, do qual se encontravam em ambientes digitais, como Domínio Público, Plataforma Sucupira, repositórios de universidades brasileiras, entre outras, bem como foram analisadas, respectivamente, pelos mesmos pesquisadores e bolsistas das áreas supracitadas, respeitando, certamente, os princípios

teórico-metodológicos relativos a cada área do conhecimento com o intuito máximo de obter uma integração eficaz e coerente entre estas ciências distintas, porém, certamente complementares.

Figura 4: Tabela de identificação e descrição de fontes secundárias.

Projeto BR 1930 **2024**

Teses

Autor	Título	Local	Ano	Link	Descritores
BALOCCO, Felipe Duarte	O PENSAMENTO DE GÓES MONTEIRO E SUA INSERÇÃO NA ERA VARGAS (1930 – 1945)	Rio de Janeiro	2018	http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13175	Oswaldo aranha, goés monteiro, política externa brasileira, forças armadas, governo vargas
BARBOSA, Jivago Correia	A INTEGRAÇÃO DOS "BRASIS": JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E O MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)	Campina Grande	2019	http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28183	Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo, Governo Provisório, Getúlio Vargas, integração nacional.
BARBOSA, Pedro Paulo Lima	LINDOLFO COLLOR E A QUESTÃO SOCIAL E TRABALHISTA NO BRASIL NO IMEDIATO PÓS-1930	Assis	2016	https://repositorio.unesp.br/items/b0c050b5-8232-4a97-afd0-bda5a85b37dc	Lindolfo Collor. Legislação Social e Trabalhista. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sindicatos. Era Vargas.
BATISTA, Eliana Evangelista	A BAHIA PARA OS BAIANOS: ACOMODAÇÃO E REAÇÃO POLÍTICA AO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1937)	Salvador	2018	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7052374	Brasil Republicano. Política. Revolução de 1930. Autonomismo. Bahia. Getúlio Vargas
CARDOSO, Adriana Gustavo	A EDUCAÇÃO PRESENTE NAS MENSAGENS DO PRESIDENTE GETÚLIO	Maringá	2021	http://old.ppe.uem.br/teses/2021/2021%20-%20A	Educação. Getúlio Vargas. Governo Provisório. Mensagens

Fonte: autores do artigo.

São objetivos específicos do referido projeto: 1º) Participação de todos os membros – coordenador, pesquisadoras e bolsistas graduandos – em eventos acadêmicos (virtuais e presenciais), debates, seminários e palestras expondo o material produzido durante a pesquisa e coletando novas informações acerca do assunto. Além deste evento, também participamos do Simpósio Temático "Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos", coordenado pelo Prof. Dr. Jivago Barbosa (coordenador do projeto) durante o XXI Encontro Estadual de História (ANPUH-PB), que ocorreu na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na cidade de Campina Grande, entre os dias 19 a 23 de agosto. 2º). No final deste ano de 2024, a equipe também deverá se engajar na

organização, realização e exposição de eventos virtuais dentro e fora da Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Como resultado final do projeto, serão construídas duas plataformas digitais (biblioteca digital e aplicativo) que possibilitarão a disseminação dos conhecimentos sobre a "Revolução" de 1930, além de outros produtos científicos, a exemplo deste artigo, resultantes das reflexões sobre a experiência desenvolvida.

Considerações finais

Pensando no centenário da "Revolução" de 1930, nós que compomos a equipe do projeto de pesquisa "**1930 a caminho do centenário:** convergência bibliográfica e fontes digitais em plataformas digitais (BR 1930)" já iniciamos um amplo levantamento em fontes primárias e secundárias que abordam a Revolução de 1930, como também, principiamos o processo de digitalização dos acervos documentais e bibliográficos impressos existentes na Fundação Casa de José Américo. Posteriormente, toda essa gama de documentos será disponibilizada a partir da criação de plataformas digitais, facilitando o desenvolvimento de futuras pesquisas a partir da ampliação do acesso de alunos, alunas, educadores e educadoras das diversas modalidades de ensino (médio e superior) da rede pública e privada, além dos pesquisadores e pesquisadoras, possibilitando novas integrações/parcerias dos profissionais de diversas instituições de ensino dos diversos estados do país e do mundo.

Compreendemos que o desenvolvimento dessa pesquisa atende aos pré-requisitos necessários para a realização de dois tipos de desenvolvimento científico: 1. A ciência aplicada, pois como o próprio nome já diz, ela "[...] utiliza as descobertas científicas para atender as demandas da sociedade"; e a 2. Ciência da tecnologia que "[..] são ações

conexas de geração, difusão e aplicação de conhecimentos na produção de produtos e processos em todos os campos do saber" (MEDEIROS, 2012, p.355), a partir da construção futura de uma biblioteca digital e um aplicativo que possibilite o rápido e fácil acesso de estudantes, professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras não apenas da Paraíba, mas do Brasil e do mundo.

Desse modo, a governança arquivística desempenha um papel fundamental nesse processo, garantindo a gestão eficaz e responsável dos documentos e informações digitais. Através de práticas de governança arquivística bem estruturadas, asseguraremos a autenticidade, integridade e acessibilidade contínua dos acervos digitalizados, fortalecendo a confiabilidade das fontes e promovendo uma cultura de preservação e uso ético da informação. Isso não só enriquecerá o conhecimento sobre a Revolução de 1930, como também contribuirá para a consolidação de uma memória coletiva mais robusta e acessível a todos.

Referências

A União. Ano de 1930.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na Paraíba:** o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Mestrado em História - PPGH/UFPB. João Pessoa: UFPB/BC, 2012.

BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos "Brasis":** José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930- 1934). Universidade Federal de Campina Grande. Doutorado em Ciências Sociais. 2019.

BELLOTTO, H. L. (2004). **Arquivo: Teoria e Prática**. 3ª ed. São Paulo: Editora Polis.

BRASIL. Decreto nº 19.398 encontra-se, na íntegra, no sítio: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html - Acesso em: 05 fev. 2024

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DRAIBE, Sônia. **RUMOS E METAMORFOSES:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. Editora Brasiliense: São Paulo, 1970.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994, p.109-112.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 31-45, set.dez. 2018. Disponível em:

https://cip.brapci.inf.br//download/107067. Acesso em: 20 jul. 2024.

MEDEIROS, José Washington de Morais. Cap. 10. METODOLOGIA DA PESQUISA**.** In:PRESTES, Emília da Trindade; ROSSI, Sílvio José (Orgs.). **Comunidades de aprendizagem e educação ao longo da vida**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. pp.335-394.

RICOEUR, Paul. Objetividade e Subjetividade em História. In: **História e Verdade.** Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense, 1968, pp.23-44.

SILVA, NATÁLIA RODRIGUES. **Bibliotecas digitais ou plataformas digitais colaborativas?** Por uma compreensão do funcionamento das bilbiotecas digitais (não) autorizadas no espaço digital. Curitiba: Apris, 2020.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Luciana. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **EAD Syndell-Inovação e Tecnologia nas Bibliotecas-ITB**, v. 1, n. 1, p. 78-90, 2023.

7

UM TOQUE DE CONSUÇÃO: HISTORIOGRAFIA DA TUBERCULOSE NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL[1]

Rafael Nóbrega Araújo [2]
Edna Maria Nóbrega Araújo [3]

> En la América Latina, las patologías proprocionaron a las elites políticas la posibilidad de cumplir el sueño de redimir a la humanidade sufriente a raiz de la eliminación de pestes y contagios, y a la vez, de sujetar sus partes menos obedientes a las prácticas higiénicas, assegurando así otras formas de deber social. [...] La enfermedad permite la producción de la nácion y hasta su transformación. (Hochman, Palmer & Di Lascia, 2012, p. 25)

A nova História da Saúde e das Doenças[4] é um campo da História Social e Cultural que apresentou um notável desenvolvimento em diversos países da América Latina, especialmente no Brasil, nas últimas décadas, configurando-se numa "fronteira em expansão" (Silveira & Nascimento, 2004; Castro Santos, 2010; Teixeira, Pimenta & Hochman 2018). Tal crescimento se deu a partir da renovação historiográfica que começou a se materializar em meados da década de 1970 com a emergência de novos objetos (Revel & Peter, 1988 [1974]) e a entrada definitiva das doenças na História (Le Goff, 1985).

Especialmente na década de 1990, se observou uma intensa profissionalização da História e dos historiadores. Esses e outros

---

[1] O presente capítulo é parte do debate historiográfico travado no capítulo introdutório da tese de doutorado em andamento de Rafael Nóbrega Araújo intitulada *A Megera Esquelética: uma história da tuberculose em João Pessoa (1909-1946)*, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Miranda.

[2] Bolsista CNPq de Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rafael.nobreg.araujo@gmail.com

[3] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada IV do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Centro de Humanidades, Campus III, Guarabira. E-mail: ednanobrega06@gmail.com

[4] Por "nova" entendemos a emergência desse tema como objeto de reflexões dos historiadores profissionais em oposição a narrativa de caráter evolucionista e laudatório escrita por médicos.

cientistas sociais, voltaram as agendas de pesquisas para a temas da história da saúde, da doença, da medicina e das artes de curar, revigorando campos consolidados, mas também reivindicando cada vez mais uma natureza multidisciplinar. A partir desse momento, se destacou uma produção historiográfica profissional que, em parte, tomava forma em teses e dissertações defendidas em universidades públicas (Pimenta & Mota, 2022).

De acordo com Gilberto Hochman e Diego Armus (2004), que traçaram um balanço historiográfico sobre essa produção na América Latina e Caribe, há três linhas básicas de investigação que configuram esse campo de pesquisas históricas identificadas, quais sejam: "história da medicina", "história da saúde pública" e "história sociocultural das doenças". Tem sido sobretudo essa última tendência a mais frequentada pela produção universitária, cujas pesquisas investigam, entre outras coisas "[...] as dimensões cultuais e sociais da doença em sentido amplo, suas representações e metáforas sociais, as condições de vida e seus efeitos na morbidade e mortalidade, as respostas estatais e sociais às epidemias" (Hochman & Armus, 2004, p. 15).

No marco da renovação historiográfica supramencionada, o historiador argentino Adrián Carbonetti (2012) afirma que houve uma enfermidade que chamou mais atenção de historiadores e cientistas sociais latino-americanos: a tuberculose. E isto porque, como explicou Diego Armus em seu livro *La ciudad impura: salud, tuberculosis y cultura em Buenos Aires, 1870-1950*, no contexto do final do século XIX e início do século XX, os desafios associados ao problema da urbanização, industrialização, modernização e modernidade, dos quais se ocupou o discurso higienista de degeneração, de regeneração e reforma social se ocupou persistentemente da tuberculose, doença vista não apenas como "[...] una plaga social, una evidencia acabada de la degeneración, una

enfermedad de la decadencia material y espiritual de los individuos y de la sociedad, sino también una oportunidad para imaginar escenarios alternativos." (Armus, 2007, p. 31).

Parafraseando o médico britânico Richard Morton (1637-1698) em sua obra *Phthsiologia*: *ou um Tratado sobre as Consunções* (1689), quando afirmou sombriamente que não poderia se admirar "[...] o suficiente que qualquer um, pelo menos depois se chega à Flor da Juventude, possa morrer sem um Toque de Consunção", seria impossível pensar a modernidade, brasileira ou latino-americana, e os processos de construção dos Estados nacionais sem considerar a tísica, isto é, sem um toque de consunção.[5]

Diante do exposto, nosso objetivo no presente capítulo é realizar um breve balanço historiográfico sobre a tuberculose na América Latina e no Brasil, no intuito de apreciar o atual estado da arte da literatura histórica, especialmente a brasileira, sobre o tema. Devido ao espaço do texto, privilegiaremos apenas aquelas produções que pensaram a tuberculose a partir da ciência histórica, entendendo como colocou Estevão Martins Rezende que a historiografia "designa aqueles trabalhos de corte científico que, mediante pesquisa empírica de fontes, propõem, em forma narrativa, uma explicação significativa para determinado conjunto de ações humanas, racionalmente fundadas, no passado." (2019, p. 25).

***

[5] Em sua forma pulmonar, a tuberculose a foi historicamente denominada como tísica, termo advindo do grego *phtisis*, que significa consunção, literalmente, definhar. A tuberculose recebeu inúmeras denominações ao longo da história até sua designação definitiva, que advém da formulação estabelecida por Richard Morton que considerou como que "[...] a tísica pulmonar, qualquer que seja sua forma, é sempre caracterizada, em momento de sua evolução, pela presença de tubérculos nos pulmões", derivando daí o nome da doença – *tuberculose* – cunhado por Johann Schöenlein (1793-1864), em 1839.

A tuberculose é uma doença infecto-contagiosa de evolução crônica, provocada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* e transmitida por via aérea a partir da inalação de gotículas carregadas de bacilos expelidas quando uma pessoa acometida pela doença tosse, fala, grita ou espirra. Uma vez aspiradas por outro indivíduo, caso não sejam retidas nas mucosas nasais e orais, as gotículas contendo os bacilos entram na corrente sanguínea e podem se alojar em diversas regiões do organismo, tendo, contudo, nos pulmões sua principal forma infectante (Rosemberg & Tarantino, 2002).

O quadro clínico apresentado pela tuberculose é bastante complexo, por isso, se considera que esta enfermidade seja "a mais caprichosa de todas as doenças", em decorrência da miríade de sintomas que podem confundir o diagnóstico clínico, revestindo historicamente a doença de um caráter misterioso e enigmático. De manifestações discretas e um início quase sempre silencioso, a infecção pode passar despercebida. A evolução do quadro mórbido geralmente produz febre, acompanhada de astenia, perda de peso, suores noturnos, tosse, expectoração, rouquidão, dores torácicas e, por fim, a morte. O escarro sanguíneo – a hemoptise – é o dramático sinal revelador do estado mórbido (Bertolli Filho, 2001).

Ao longo da história, a tuberculose foi representada como um flagelo social, especialmente associada à falta de higiene, má alimentação e péssimas condições de trabalho e moradia, sendo vista, por tanto, como uma enfermidade da falta/pobreza (Gonçalves, 2000). Conhecida historicamente como tísica, consunção, fimatose, escrófula, doença de peito, fraqueza do peito, doença romântica, febre héctica, sangue pela boca, peste branca, dama branca, praga fantasma, e, finalmente, sua designação definitiva – tuberculose, essa doença possui

uma rica, imbricada, instigante, mas terrível história. Conhecida desde os primórdios da humanidade, em sua milenar marcha funesta, a tuberculose ceifou a vida de centenas de milhões de pessoas. Pelo impacto que o flagelo causou nas populações humanas ao longo do tempo, a tuberculose produziu uma enorme influência cultural, decorrente das suas implicações históricas, sociais, econômicas, políticas e individuais, que revestiram a doença de diversos sentidos e significados.

Devido à relevância da experiência histórica de enfretamento à tuberculose para a compreensão do processo histórico nos últimos 150 anos, não poderia passar incólume à comunidade de historiadores que a reflexão histórica, por meio de procedimentos metodológicos e recursos teóricos da ciência histórica aplicados aos dados recolhidos da consciência histórica, resultasse num produto narrativo, isto é, num vigoroso trabalho historiográfico acerca dessa enfermidade.

A perspectiva de uma história sociocultural das doenças que focaliza as representações científicas ou leigas, as ações estatais/institucionais ou atitudes sociais diante das enfermidades, abriu espaço para uma crescente produção historiográfica que desde a década de 1990 experimentou uma expansão significativa, notadamente no começo dos anos 2000, na América Latina. Alguns trabalhos no Brasil e na Argentina são pioneiros e seminais tanto no campo historiográfico quanto mais especificamente em relação à história da tuberculose, cujos autores contribuíram para a própria conformação desse campo de estudo histórico.

O primeiro trabalho sobre a temática coube à médica e historiadora Dilene Raimundo do Nascimento que publicou sua dissertação *Tuberculose: de questão de saúde a questão de estado a Liga Brasileira contra a Tuberculose*, em 1992. Na obra, a autora narrou as dimensões do

combate à tuberculose como resultado da interação da tríade elites-Estado-opinião pública, indicando o alcance limitado das ações resultantes das práticas efetivas desses atores sociais e políticos. Em 1999, Nascimento defendeu a tese *Da indiferença do poder a uma vida diferente: tuberculose e AIDS no* Brasil, posteriormente publicada como livro, desenvolvendo "estudo comparativo das repercussões da tuberculose e da Aids, no corpo social brasileiro, e das estratégias científicas e institucionais para combatê-las" como ferramenta útil para reflexão sobre como a sociedade brasileira se relaciona com doenças de grande impacto, cuja principal característica são a transmissibilidade e a incurabilidade (Nascimento, 2002; 2005).

Em 1993, Cláudio Bertolli Filho discutiu em sua tese de doutorado *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*, posteriormente publicada como livro, os elementos norteadores da experiência social que aproximava os sadios dos tuberculosos, bem como as vertentes assumidas pelo processo de constituição do ideário tisiológico nacional, inseridos numa trama histórica marcada pelo "empenho redefinidor da economia brasileira e, por extensão, os comportamentos individuais e coletivos frente à infecção pulmonar." (Bertolli Filho, 2001, p. 14). Em 1994, Ângela Pôrto realizou um estudo sobre as repercussões da tuberculose na trajetória pessoal e profissional do poeta Manoel Bandeira, o tísico-modelo do modernismo. A autora apontou para uma lacuna nos estudos que privilegiam as fontes científicas sobre a tísica, mas são marcadas pela ausência da experiência individual e intransferível da condição de estar tuberculoso, do processo de constituição do sujeito doente (Pôrto, 2000).

Na Argentina, os trabalhos de Diego Armus e Adrián Carbonetti também são referências obrigatórias na discussão dessas temáticas. Na já citada *Ciudad impura* de Diego Armus, tese originalmente de

doutorado defendida em Berkeley, em 1996, o autor traçou uma história capaz de oferecer um enquadramento para compreender como a doença e a saúde foram parte da vida de Buenos Aires tanto no nível das metáforas e discursos quanto nas políticas efetivamente postas em ação e das experiências vividas pela população (Armus, 2007). Em *La ciudad de la peste blanca*, fruto de sua tese doutoral em demografia, Adrián Carbonetti trata da história da tuberculose em Córdoba, Argentina, entre 1895 e 1947, abordando a doença a partir de uma perspectiva epidemiológica, política e cultural (Carbonetti, 2011).

Em 2012, numa complicação de artigos organizada por Diego Armus e Adrián Carbonetti, foi publicado um dossiê no número especial da Revista de Estudios del Centro de Estudios Avanzados, editada pela Universidade Nacional de Cordóba, dedicado à *La historia de la tuberculosis em América Latina*. A iniciativa reuniu pesquisadores da Argentina, Brasil, Chile, Peru, Colômbia e México com abordagens que vão desde as polêmicas médicas em torno da doença, passando pelas representações sociais da enfermidade e do enfermo, até análises de caráter quantitativo sobre o impacto da tuberculose em relação à mortalidade geral (Carbonetti, 2012).

Especificamente no Brasil, na esteira da constituição e da expansão do campo da nova História da Saúde e das Doenças, a tuberculose tem sido tema recorrentemente visitado pela corporação dos historiadores profissionais. As teses e dissertações pioneiras defendidas em Programas de Pós-Graduação em História e em Saúde Coletiva na década de 1990 consolidaram a tuberculose como objeto de estudo da comunidade historiadora. Essa produção abriu caminho para que uma miríade de outros trabalhos tenham sido produzidos em outras regiões do país pelas duas décadas seguintes.

Cabe destacar que, de maneira geral, o conjunto de historiadores e historiadoras profissionais que escreveram sobre a tuberculose insere-se na linha investigativa de uma "história sociocultural da doença". Apesar disso, essa qualificação não é estática, pois a grande maioria desses trabalhos dialoga em alguma medida com as demais linhas investigativas no campo da nova História da Saúde e das Doenças. A historiografia brasileira sobre a tuberculose focaliza uma história sociocultural da enfermidade, investigando as dimensões sociais e culturais da tísica e as relações com o poder médico, suas representações e metáforas sociais, as condições de vida e seus impactos na morbidade e mortalidade, bem como as respostas estatais e sociais à tísica, as práticas e discursos higienistas, entre outros aspectos.

Para realizar um levantamento dessa produção no Brasil, recorremos aos bancos de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio da utilização da palavra-chave "Tuberculose" acrescida dos filtros "Ciências Humanas" e "História". O critério para seleção desses trabalhos deveu-se a dois fatores: 1) que tenham sido oriundos de Programas de Pós-Graduação em História e 2) que tenham tido como tema a tuberculose e sua história. No entanto, foram incluídas duas exceções em cada um desses critérios. No primeiro, dada a relevância historiográfica e a formação em história de suas autoras, optei por incluir na lista dois trabalhos defendidos no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Por esse motivo utilizamos a Plataforma Lattes para filtrar aqueles trabalhos produzidos por historiadores e historiadoras de formação (com graduação, mestrado ou doutorado na área), mesmo que tenham realizado algum nível de sua formação em outra área que não a História. Em relação ao segundo, embora as produções não

mencionem a tuberculose diretamente no título, se tratam de dois trabalhos nos quais o combate à doença é problematizado à luz da construção identitária de uma cidade e na trajetória de um médico sanitarista, além disso, ambos responderam aos filtros e a palavra-chave aplicada no levantamento.

TABELA 1

Levantamento da produção historiográfica sobre tuberculose no Brasil (1992-2023)

	Autoria	*Título*	*Tipo*	*Instituição*	*Ano*
1.	Dilene Raimundo do Nascimento	Tuberculose: de questão de saúde a questão de estado a Liga Brasileira contra a Tuberculose	Mestrado em Saúde Coletiva	UERJ	1992
2.	Claudio Bertolli Filho	História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950	Doutorado em História Social	USP	1993
3.	Ângela Pôrto	A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico	Doutorado em Saúde Coletiva	UERJ	1994
4.	Márcia Michelin Labossière	Imagens do Mal: a tuberculose em cinquenta anos de história de Belo Horizonte	Mestrado em História	UNICAMP	1998
5.	Dilene Raimundo do Nascimento	Da indiferença do poder a uma vida diferente: tuberculose e AIDS no Brasil	Doutorado em História	UFF	1999
6.	Mirtes de Moraes	Imagens e ações: representações e práticas médicas na luta contra a tuberculose	Mestrado em História	PUC-SP	2000
7.	Ana Enedi Prince Silva	A estruturação econômica da São José dos Campos como Estância Hidromineral e Climática (1935-1960)	Doutorado em História Econômica	USP	2001
8.	Lorena Almeida Gill	Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) (1890-1930)	Doutorado em História	PUC-RS	2004
9.	Geordana Natali Rosa Requeijo	A história da tuberculose em Belo Horizonte de 1897 a 1950: uma abordagem histórico-cultural	Mestrado em História	UFMG	2005
10.	Ana Margarida Furtado Arruda Rosemberg	Guerra à peste branca: Clemente Ferreira e a Liga Paulista contra a tuberculose 1899-1947	Mestrado em História	PUC-SP	2008
11.	Julio Néstor Núñez Espinoza	Ideias e práticas médicas: luta contra a tuberculose nas cidades de Lima e Rio de Janeiro, 1882-1919	Mestrado em História das Ciências	COC-FIOCRUZ	2008
12.	Valéria Zanetti de Almeida	Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares	Doutorado em História	USP	2008

13.	Maria Zilma Rios	Sanatório Getúlio Vargas: medicina e relações sociais no combate da tuberculose no Espírito Santo (1942-1967)	Mestrado em História	UFES	2009
14.	Maria Elisa Lemos Nunes da Silva	Do centro para o mundo: a trajetória do médico José Silveira na luta contra a tuberculose	Doutorado em História	UFPE	2009
15.	Marinice Sant'Ana de Oliveira	Em páginas impressas e nas ondas do rádio: ações educativas para combater a tuberculose	Mestrado em História	UFPR	2012
16.	Giovana Carla Mastromauro	As ações higienistas e a tuberculose em São Paulo (1890-1924)	Doutorado em História	UNICAMP	2013
17.	João Gabriel Toledo Medeiros	A tuberculose em Porto Alegre 1896 a 1924: um estudo de mortalidade	Mestrado em História	UNISINOS	2015
18.	Sylvia Pinto Machado	As ações do Serviço Sanitário e da Liga Paulista contra a Tuberculose no combate à tísica em São Paulo (1889-1917)	Mestrado em História	USP	2016
19.	Bruno Márcio Gouveia	Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife	Mestrado em História	UFPE	2017
20.	Ana Gabriela da Silva	A cidade e a doença, a tuberculose e o tuberculoso em São José dos Campos-SP (1920-1945)	Mestrado em História	UFU	2018
21.	Daniele Santos	Tuberculose: discursos e práticas (Curitiba, 1930-1953)	Mestrado em História	UFPR	2019
22.	Eduardo Emílio Maurell Muller Neto	O meu samba está de luto: a tuberculose na imprensa carioca e nas letras das composições de Noel Rosa (1930-1938)	Mestrado em História das Ciências	COC-FIOCRUZ	2019
23.	Natalício Cleto Cardoso Júnior	Sanatório São Sebastião da Lapa: rupturas e permanências no tratamento da tuberculose (1927-1960)	Mestrado em História	UEPG	2020
24.	Bruno Chepp da Rosa	Horrendo flagelo: a tuberculose, o enfermo e uma imprensa médica gaúcha	Mestrado em História	UFRGS	2020
25.	Mônica Cristina de Moraes	No canto do isolamento: loucura e tuberculose no Hospício Nacional de Alienados (1890-1930)	Doutorado em História das Ciências	COC-FIOCRUZ	2020
26.	Maciel Antônio Silveira Fonseca	Urbanização, saúde pública e sanitarismo: a luta contra a tuberculose em Juiz de Fora (1882-1941)	Doutorado em História	UFJF	2023

Fonte: quadro elaborado pelo autor com base no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Assim procedendo, pudemos identificar um total de 26 produções, sendo 10 teses e 16 dissertações. Com base no quadro foi possível identificar alguns aspectos quantitativos dessa produção. Em primeiro lugar, a prevalência de historiadoras escrevendo sobre a tuberculose. Ao todo são 18 trabalhos, sendo 10 ao nível de mestrado e 8 ao nível de doutorado, contra 8 produções feitas por historiadores, sendo 6 ao nível de mestrado e 2 de doutorado.

Geograficamente, essa produção concentra-se predominantemente na região Sudeste do país com 18 trabalhos, seguida pela região Sul com 6 e a região Nordeste com apenas 2. Por estado, a distribuição se dá da seguinte maneira: São Paulo, 8; Rio de Janeiro, 6; Minas Gerais, 3; Rio Grande do Sul, 3; Paraná, 3; Espírito Santo, 1; Bahia, 1 e Pernambuco, 1. Algumas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, São José dos Campos e Belo Horizonte por questões históricas relacionadas à luta contra a tuberculose concentram muitos trabalhos que discutem o enfrentamento à doença em face do desenvolvimento social, histórico e urbano dessas cidades. Pelotas, Vitória, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Juiz de Fora também foram outras cidades abordadas nesses estudos.

Do ponto de vista do recorte temporal, a maioria da produção historiográfica concentra-se na primeira metade do século XX, com um total de 16 trabalhos. As demais produções tomam como marco temporal o final do século XIX, notadamente a partir da descoberta do Bacilo de Koch, em 1882, que passou a nortear as políticas e ações sanitárias em todo o mundo, refletindo nas experiências de enfrentamento à tuberculose na América Latina e no Brasil.

A espacialização geográfica da produção historiográfica também pode ser identificada nos Programas de Pós-Graduação das Universidades nas quais os trabalhos foram desenvolvidos. A

Universidade de São Paulo (USP) lidera a lista com 4 produções, seguida pela Casa de Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz) com 3, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 2, a UERJ com 2, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com 2, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com 2 (duas) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 2, sendo ambas orientadas pelo professor Carlos Alberto Miranda, demonstrando a importância de sua figura e de sua pesquisa para a produção no campo da História da Saúde e das Doenças no Nordeste brasileiro. As demais instituições citadas na tabela contam com uma produção cada.

Do ponto de vista da temporalidade, é notável a expansão das pesquisas sobre a história da tuberculose a partir dos anos 1990, com 5 trabalhos (3 teses e 2 dissertações). Esses primeiros trabalhos são obras de referência por contribuírem para conformar a própria historiografia brasileira e latino-americana sobre as doenças, pavimentando o caminho para que outros pesquisadores e pesquisadoras pudessem se debruçar sobre a tísica em seus respectivos espaços geográficos. Desse modo, os anos 2000 testemunharam a produção historiográfica sobre a tuberculose quase dobrar, com a publicação de 9 trabalhos, sendo 4 teses e 5 dissertações. A década de 2010 mantém a produção em alta, com 8 trabalhos publicados, dos quais 1 tese e 7 dissertações, enquanto década de 2020 já conta com 4 produções, sendo 2 teses e 2 dissertações.

Além dos já citados trabalhos de Bertolli Filho (2001), Nascimento (2002; 2005) e Pôrto (2000), na década de 1990, a historiadora Márcia Laboissière (1998) revelou Belo Horizonte como palco da peregrinação e convergência não apenas de tísicos, mas de médicos atraídos tanto pelo clima da cidade planejada que, devido às virtudes atribuídas ao seu clima, se transformou numa estância climática no tratamento da tuberculose.

No começo do novo milênio, uma nova leva trabalhos sobre a história da tuberculose ganhou fôlego no Brasil. Em São Paulo, Mirtes de Moraes (2000) estudou em sua dissertação de mestrado as imagens e representações sociais construídas sobre a tuberculose e as ações higiênicas para o enfrentamento da moléstia entre 1899 e 1930 no contexto de intensas transformações na cidade de São Paulo. Ana Enedi Prince (2001) refletiu sobre a estruturação e desenvolvimento histórico, urbano, social, econômico e das ações sanitárias de duas cidades-modelo como estâncias climáticas no tratamento da tuberculose, as cidades de São José dos Campos e Campos do Jordão no interior paulista. Lorena Almeida Gill (2007) estudou a tuberculose em Pelotas, Rio Grande do Sul entre 1890-1930, argumentando que a doença aparecia no discurso da época como motivo de profundas alterações promovidas no espaço urbano.

Belo Horizonte é novamente tematizada na luta contra tuberculose na dissertação de Geordana Requeijo (2005), que traçou um levantamento da histórico-cultural da tuberculose na cidade a partir da construção da capital mineira nos ditames de uma cidade higienicamente organizada. Ana Margarida Rosemberg (2008) focaliza a vida e obra de Clemente Ferreira, um pioneiro da luta contra a tísica no país, fundador da Liga Paulista contra a Tuberculose, para mostrar as ações de combate e controle à moléstia no estado de São Paulo. Enquanto isso, Julio Néstor Núñez Espinoza (2008) partiu da perspectiva de uma história comparada de duas cidades latino-americanas – Lima, no Peru e o Rio de Janeiro, no Brasil – como um meio para investigar a dinâmica da recepção e recriação do conhecimento médico em circulação no final do século XIX e início do século XX.

Valéria Zanetti de Almeida (2008) explorou a questão da tuberculose a partir de sua inquietação com os discursos construídos

sobre a identidade da cidade de São José dos Campos, confrontando a cidade sanatorial e a cidade industrial, bem como o processo de apagamento da memória da primeira em detrimento da segunda. Por seu turno Zilma Maria Rios (2009) enveredou um estudo sobre a trajetória do Sanatório Getúlio Vargas e a sua importância para o combate à tuberculose no estado do Espírito Santo. Encerrando essa década, a tese de Maria Elisa Lemos Nunes da Silva (2009) contextualizou fragmentos da cruzada contra a tuberculose em Salvador à luz da trajetória do médico José Silveira, idealizador do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (IBIT).

No início da década de 2010, a dissertação de Marinice Sant'Ana de Oliveira enfocou a questão das ações educativas e práticas sanitárias desenvolvidas pelos médicos e pela imprensa, destacando o papel de um novo meio de comunicação, o rádio, para procurar ensinar sobre como deveria se evitar ou tratar da tuberculose em Curitiba entre 1937 e 1952. A tese de Giovana Carla Mastromauro (2013) é mais um trabalho que se concentrou nas ações higienistas de combate à tuberculose em São Paulo, cuja análise volta-se mais para os aspectos urbanísticos que marcaram redefinição do espaço urbano paulistano sob o viés higienista, entrelaçando a medicina, a engenharia e a arquitetura.

João Gabriel Toledo de Medeiros (2015) desenvolveu sua pesquisa histórica sobre a mortalidade da tuberculose em Porto Alegre a partir dos dados estatísticos sobre a população da cidade. Por seu turno, Sylvia Pinto Machado (2016) estudou a formulação das primeiras políticas públicas voltadas para o combate à tuberculose no estado de São Paulo, elaboradas pelo Serviço Sanitário entre 1892 e 1917. A dissertação de Bruno Márcio Gouveia (2017) discutiu a luta contra a tuberculose no Recife, particularmente as ações da Liga Pernambucana contra a Tuberculose, a partir da trajetória e da produção do médico Octávio de

Freitas, que foi figura central para estabelecer um estudo sobre a mortalidade da tuberculose em Pernambuco.

Ana Gabriela da Silva (2018) dedicou mais uma dissertação à relação entre a tuberculose e a cidade de São José dos Campos, buscando compreender o processo de reinvenção do espaço urbano com a chegada dos primeiros tuberculosos no começo do século XX. No ano seguinte foi defendida a dissertação de Daniele Santos (2019) que investigou os discursos e práticas sobre a tuberculose em Curitiba, entre 1930 e 1953. Encerrando a década, Eduardo Müller Neto (2019) encontrou na imprensa carioca e nas composições do sambista tísico Noel Rosa suas fontes privilegiadas de estudo, buscando identificar elementos que aproximassem o universo criativo do compositor com a sua trajetória de artista sadio/doente.

Por fim, no início desta década, Bruno Chepp da Rosa (2020) escreveu sobre sobre a tuberculose e os tuberculosos na imprensa gaúcha no início do século passado, cujo objeto central de análise foi o periódico médico *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*. Também no sul do país, a dissertação de Natalírio Cleto Cardoso Júnior (2020) estudou a trajetória do Sanatório São Sebastião, localizado no município de Lapa, no Paraná, fundado em 1927, historicizando as mudanças terapêuticas adotadas no tratamento da tuberculose, onde sanatório é compreendido a partir da chave interpretativa de Erwin Goffman como uma instituição total.

Ainda no mesmo ano, a brilhante tese de Mônica Cristina de Moraes (2020) examinou as implicações institucionais e o entrelaçamento da tuberculose e da alienação mental no Hospital Nacional de Alienados, durante a Primeira República. Instituição dotada de um duplo caráter (científico e assistencial), a autora investigou como a tuberculose permeou essas duas faces, interligando aspectos

institucionais internos e observando suas conexões com o contexto de transformação na cidade do Rio de Janeiro. Para concluir, em 2023, a tese de Maciel Antônio Silveira Fonseca estudou a luta contra a tuberculose em Juiz de Fora, entre 1882 e 1941. O autor visou compreender como a tuberculose impulsionou a criação e a ampliação de políticas sanitárias nessa cidade, que se constituiu como importante entreposto comercial que enriqueceu com a produção cafeeira.

Considerações finais

Com base no acima exposto, destacamos que a tuberculose se configura como tema bastante visitado na historiografia brasileira. Tomada como uma amostragem, a tuberculose é reveladora de como essa produção cresceu e se consolidou na América Latina, mas particularmente no Brasil, ao longo dos últimos 30 anos. Por se tratar de uma doença que provocou uma grande mortandade entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, largamente disseminada nos centros urbanos e associada à deterioração das condições do proletariado em consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial, a peste branca invariavelmente torna-se tema incontornável por estar entrecruzada por uma ampla agenda de pesquisas que gira em torno da história das cidades, reformas urbanas, modernidade e modernização, industrialização, higienismo, sanitarismo, medicina social, entre outros.

Mas, apesar do grande número de trabalhos produzidos, ainda existem lacunas e espaços onde novas produções podem contribuir com a historiografia precedente. Em se tratando da tuberculose, a metáfora bélica, da guerra, do combate é tema recorrente. Portanto, falar dessa doença é tratar da luta contra ela. Embora rica nas discussões e

abordagens sobre esse processo, a grande maioria da produção historiográfica que discutiu a tuberculose se concentrou em estados e cidades das regiões Sudeste e Sul do país, conforme já apontado, muito em virtude dos processos de industrialização e urbanização, do crescimento, do adensamento e da formação populacional em decorrência deslocamento do eixo econômico ao longo da história brasileira e, no caso da América Latina, em grandes centros urbanos como Buenos Aires, Córdoba, Lima, Santiago, Cidade do México.

No entanto, a história da tuberculose na América Latina e no Brasil não se resume, nem poderia se resumir, apenas a determinada região. É verdade que a nova História da Saúde e das Doenças deixou de ser uma história centrada no Rio de Janeiro e em São Paulo, como foi característico dos primeiros trabalhos nesse campo (Teixeira, Pimenta & Hochman, 2018), mas vimos que na região Nordeste apenas dois trabalhos ao nível de Pós-Graduação dedicaram-se a investigar a luta contra a tuberculose.

Há, portanto, uma lacuna geográfica e regional nessa historiografia para investigar a luta contra a tuberculose em outros espaços. Compreender como se deu a luta contra a essa doença em outros lugares, com suas nuances e especificidades, significa ampliar o quadro para melhor compreender a própria história da luta contra a tuberculose no Brasil e, consequentemente, na América Latina.

Referências

ARMUS, Diego. **La ciudad impura**: salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires, 1870-1950. Buenos Aires: Editorial Edhasa, 2007.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso**: 1900-1950. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CARBONETTI, Adrián. Historia de la tuberculosis en América Latina. A modo de introducción. **Revista del Centro de Estudios Avanzados**, Córdoba, n. esp., maio, p. 11-16, 2012.

CARBONETTI, Adrián. **La ciudad de la peste blanca**. Historia epidemiológica, política y cultural de la Tuberculosis en la ciudad de Córdoba, Argentina, 1895-1947. Puebla: Dirección de Fomento Editorial, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2011.

CASTRO SANTOS, Luís Antônio de. Fronteiras em expansão: a história das doenças no Brasil. In: CASTRO SANTOS, Luís Antônio de. FARIA, Lina. **Saúde e história**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2010, p. 260-274.

GILL, Lorena Almeida. **O mal do século**: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 7, n. 2, p. 303-325, jul.-out. 2000.

HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (Orgs.). **Cuidar, Controlar, Curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. DI LASCIA, Maria. PALMER, Steven. **Patologías de la pátria**: enfermidades, enfermos e nación en América Latina. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 17-33, mar./abr. 2019.

MORTON, Richard. **Phthisiologia**: Or, a Treatise of Consumptions. Londres: W. and J. Innys, 1720.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX**: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **Fundação Ataulpho de Paiva, Liga Brasileira contra a Tuberculose**: um século de luta (1900-2000). Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

PIMENTA, Tânia. MOTA, André. **Artes de curar e práticas de saúde**: circularidades, institucionalidades e representação. São Paulo: Hucitec, 2022.

PÔRTO, Ângela. A vida inteira que poderia ter sido e não foi: trajetória de um poeta tísico. Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 3, p. 523-550, fev. 2000.

REVEL, Jacques. PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Tradução Terezinha Marinho. 3 ed. Lisboa: Francisco Alves, 1988.

ROSEMBERG, José; TARANTINO, Affonso. Tuberculose. In: TARANTINO, Affonso. **Doenças pulmonares**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanaraba/Koogan, 2002.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. PIMENTA, Tânia Salgado. HOCHMAN, Gilberto. (Orgs.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018.

8

A IGREJA CATÓLICA E O ENGAJAMENTO NA LUTA DE CLASSES EM CAMPINA GRANDE NA "REDEMOCRATIZAÇÃO" (1979-1985)

Jonathan Vilar dos Santos Leite [1]

A Ditadura Militar e a Igreja Católica

A igreja católica foi uma instituição de peso decisivo em diferentes momentos da Ditadura Militar – tanto como grande apoiadora do golpe em 1964, quanto na oposição ainda nos anos 1960, prolongando-se até o fim da ditadura. Obviamente não foi toda a instituição com os seus vários segmentos que se voltaram contra; uma parte do alto clero brasileiro ainda permanecia fiel aos generais, mas maioria dos membros da base católica e alguns de seus segmentos se destacaram. Dentre eles, havia os dominicanos, deliberantemente contra as privações antidemocráticas advindas com a temerosa "revolução" executada pelos militares, por exemplo[2]. Podemos elencar duas figuras significantes da igreja e que desempenharam um papel importante durante toda a ditadura: Dom Hélder Câmara (à época bispo de Olinda e Recife) e Dom Paulo Evaristo Arns (inicialmente bispo e em 1970 torna-se arcebispo de São Paulo e cardeal, por fim). O primeiro foi um dos fundadores da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que teve grande relevância no combate à

[1] Mestre em História pela UFCG e professor do ensino básico na rede municipal de Sapé. E-mail: jonathan_vilar@hotmail.com

[2] Muitos deles sofreram na pele as chagas desse período. Um dos exemplos emblemáticos e que acabou sendo transformado em livro (publicado em 1982) e num filme em 2007 é "Batismo de Sangue": a história dos freis Beto, Ivo, Fernando e Tito que foram cruelmente torturados até quase morrerem nos porões do DOPS de São Paulo no início dos anos 1970. Frei Tito, apesar de ter sofrido aos danos físicos das torturas que sofreu por Fleury e companhia, não resistiu aos traumas psicológicos deixados por esta macabra experiência e em 1974, no convento Sainte-Marie de La Tourette (França), comete suicídio por enforcamento numa árvore próxima ao convento.

repressão; o segundo foi fundador e líder da Comissão Justiça e Paz (criada entre 1971-1972) e idealizador de um dos maiores livros de denúncia da época: Brasil Nunca Mais. Ambos se aliaram na luta contra as injustiças que ocorriam no país – tanto as de caráter repressivo, como as de caráter social e econômico. Convém notarmos que, após o Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João Paulo XXIII, a postura da Igreja Católica Romana passava a debater fortemente questões como direitos humanos, dignidade da pessoa humana e justiça social, além de elaborar uma compreensão teológica de autoridade mais comunitária e menos hierárquica, fomentando assim o sentimento de indignação desta instituição na conjuntura geral que vivia o Brasil atrelado ao sentimento comunitário e carismático manifestado através da Teologia da Libertação (Ferreira, 2014, p.150).

No Brasil, segundo Jaqueline Leandro Ferreira (2014, p.154), a TdL se desenvolveu de forma mais acentuada que em outros países da América latina. O motivo disto relaciona-se às peculiaridades históricas da primeira metade da década de 1960, já que neste cenário tornava-se crescente a presença de uma esquerda católica desenvolvendo um pensamento que mesclava os mandamentos da cristandade com premissas marxistas, o que corroborou com a consolidação de vários importantes grupos de jovens como a JUC (Juventude Universitária Católica) – posteriormente originando a Ação Popular (AP) juntamente a Ação Católica Brasileira (ACB) – a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e outros grupos menores nascidos no seio da Igreja Católica.

Esse período acaba marcando uma profícua cisão da igreja católica no momento pós concílio: surge uma corrente mais à esquerda liderada por Dom Hélder e outra mais à direita ligada a Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vincente Scherer. Essas querelas internas chegaram

inclusive a causar afastamentos de alguns membros como foi o caso do frei Leonardo Boff, que sofreu processo doutrinário, foi penalizado, e por fim desligado da instituição.

Neste ensejo, se faz importante dar tom ao papel basilar que teve a igreja católica campinense na organização da oposição ao regime e no engajamento no interior das lutas de classe. Não só no Brasil, mas em toda a América Latina o contexto era marcado pelas fortes desigualdades sócias, em que a igreja passou a pensar o evangelho a partir de um enfoque que tomasse como ponto de partida a situação social de risco que se vivia principalmente aqui no cone sul, surgindo como resposta a "uma sociedade caracterizada pelas disparidades sociais, pela opressão, pelo cerceamento das liberdades individuais, violação dos direitos humanos, etc." (Ferreira, 2014, p.145).

A atuação da Igreja Católica em Campina Grande

Em Campina Grande, além da Teologia da Libertação, marcou também presença acentuada na igreja do município a forte influência do pensamento de Paulo Freire, tomando como expoente seu livro *A pedagogia do oprimido,* como aponta a historiadora Jaqueline Leandro Ferreira (2015). Movidos também por esta força motor da teoria freiriana, muitos clérigos campinenses foram impelidos a agir na cidade, organizando campanhas, apontando as calamidades, reforçando o caráter libertador da educação através da práxis libertadora e provocando a autoidentificação do sujeito enquanto agente histórico e crítico, capaz de tomar consciência de sua condição subalterna, utilizando assim o saber como ferramenta de libertação (Ferreira, 2015, p.10).

Alguns padres tomaram a frente em muitos momentos de confrontamento ao regime e sua estrutura socioeconômicas excludente e

marcada por injustiças (marcante principalmente após esgotamento do milagre econômico e agravadas durante o governo de João Figueiredo). Entre os principais atuantes locais poderíamos destacar primeiramente a figura do bispo diocesano da cidade, Dom Manuel Pereira da Costa, amigo pessoal de Dom Helder Câmara, que possuía vultosa liderança no quadro nacional. O bispo diocesano se fez presente em várias denúncias sobre as diversas violências do regime, fossem elas de cunho social, condenando a desigualdade ocasionada pela má distribuição de renda, o descaso do Estado com os desfavorecidos ou fossem a violência pura, os assassinatos, desaparecimento, prisões arbitrárias. Outro clérigo de atuação significativa foi o padre redentorista holandês Cristiano Joosten. Ele era considerado um dos membros católicos mais atuantes nas questões sociais, sendo uma espécie de "braço direito" do bispo Dom Manuel Pereira (Ferreira, 2015, p.08).

A respeito de sua atuação local, a liderança de Dom Manoel Pereira da Costa (bispo da cidade de Campina Grande entre os anos de 1962 e 1981) merece atenção especial[3]. Sua estratégia de atuação conseguiu ir além até mesmo das fronteiras do município, colaborando com as lutas de vários grupos de reivindicação, fossem do meio rural ou urbano. Para tanto, é de se constar que já poucos meses após o Concílio Vaticano II, que iniciara em 11 de outubro de 1962 (concluindo em 08 de dezembro de 1965), o bispo campinense já havia montado uma equipe de orientação sindical na cidade para ajudar a formar novos sindicatos, elaborar estatutos, assim como esclarecer a importância destes como forma de luta por direitos (Joosten, 2006, p.01). É já neste momento que

[3] Sobre a atuação da igreja católica em Campina Grande sob sua liderança nos valemos, além de vários noticiários da imprensa local, de dois preciosos livretos escritos pelo Pe. Cristiano Joosten sobre a biografia do bispo – contendo vários episódios de militância eclesiástica – e outro sobre o simbólico caso da Fazenda Paus Brancos e as lutas que a permearam.

ele passa a contar com a ajuda de seu braço direito, o padre holandês redentorista, Cristiano Joosten.

O método de ação no campo incorporado durante todo o bispado de Dom Manoel baseava-se nas orientações do Papa João XXIII a partir de sua encíclica *Mater et Magistra 143* que enfatizava a importância e o protagonismo dos lavradores no progresso social e econômico do meio rural e, sobretudo, sua valorização enquanto indivíduos, assim como também esses métodos de ação baseavam-se nos princípios do chamado "pacto das catacumbas" feito juntamente a outros bispos (contando inclusive com a participação de Dom Helder Câmara) em prol de uma igreja dialogal que servisse ao "povo" (principalmente os mais humildes) ao mesmo tempo em que se recusaria a abençoar os abusos de uma elite exploradora[4] (Joosten, 2006, p.02-04). Segundo o padre holandês (Joosten, 2006, p.02), é a partir disso que irá se pautar a mobilização do grupo Ação Católica através dos três pilares básicos – ver, julgar e agir – que guiavam suas atividades sob as diretrizes e colaborações religiosas a partir de "opiniões firmes e combativas e coragem para lutar por um mundo mais justo" e foi com essa iniciativa, a partir do campo, que orientou a participação dos próprios trabalhadores rurais das paróquias locais na fundação do sindicato dos trabalhadores urbanos de Campina Grande ainda em 1963. Com o golpe em 1964 muitos destes sindicatos foram desmantelados e suas lideranças afastadas – quando não presas – e houve assim um arrefecimento do movimento. Todavia, mesmo em face deste aterrador e novo problema, a igreja não deixou a militância de lado e fomentou e deu suporte a grupos como o

[4] Ao passo que o bispo estava integrado no confronto à ditadura em vários âmbitos na transição da década de 1970 para 1980, contraditoriamente o bispo estava abençoando empreendimentos locais da ditadura, como na inauguração da Wallig em 1967, acompanhado de militares na dada ocasião, onde ele iria dar as bênçãos ao novo negócio da cidade.

ACR (Ação Católica Rural), os grupos de MER (Movimento de Evangelização Rural) e diversas pastorais que tinham marcante atuação política no campo. O mote central destes grupos se concentrava numa percepção crítica ao capitalismo e as mazelas sociais que este gerava, assim como a urgência em agir em prol dos mais pobres com urgência. A atuação da igreja girava, portanto,

> [...] em torno da construção da vida cristã no meio rural desenvolvendo ações para permanecer na terra ou recuperá-la. A constatação generalizada era que o capitalismo que se estava introduzindo no campo tinha como consequência a marginalização maior ainda do povo pobre e o aumento alarmante do êxodo rural. (Joosten, 2006, p.09)

A Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Campina Grande havia sido fundada em 1977, tendo à frente a figura de Dom Manoel, juntamente aos advogados Geraldo Beltrão e Tereza Braga. Atuaram no intento de prestar apoio jurídico a trabalhadores do campo que sofriam tanto com a violência dos grandes proprietários e com as injustiças geradas pela exploração e negação de direitos básicos a estes camponeses. A comissão também vinha realizando profícuo trabalho junto a trabalhadores urbanos de Campina, tendo prestado fundamental auxílio, por exemplo, na luta de operários da recém falida Wallig, que havia fechado as portas em 1979 e deixou cerca de 1500 desempregados, mas graças à atuação jurídica efusiva de Tereza Braga e Geraldo Beltrão, os trabalhadores conseguiram receber os salários-desemprego e, posteriormente, a totalidade das indenizações.[5]

A partir de abril de 1980, a Comissão passa prontamente a se mobilizar contra a série de assassinatos executados pelo esquadrão da morte "Mão Branca". O grupo contava com a figura de cinco policiais

[5] **Comissão de Justiça e Paz**. Jornal Gazeta do Sertão. Campina Grande, 17 de outubro de 1982. Coluna "Aqui Mulher", p.02.

civis: Cícero Tomé da Silva (Supervisor da Polícia Civil), José Basílio Ferreira "Zezé Basílio" (investigador), Carlos José de Queiroz "Zé Cacau" (investigador), Antônio Gonçalves da Costa "Temporal" (investigador) e Francisco Alves (investigador) que trataram de elaborar uma espécie de "listão" que continha os nomes das futuras vítimas do quinteto. A existência do grupo segue a tendência de um fenômeno particular da ditadura empresarial militar brasileira e não de forma isolada e episódica. Vários outros grupos de extermínio brotaram durante o regime em diversas regiões do país com semelhante perfil, contando sobretudo com a vista grossa feita pelo próprio governo – seja federal ou dos estados – que permitiam a existência destes ditos "justiceiros" que se utilizavam dos aparatos e equipamentos da corporação policial (armas, viaturas e demais equipamentos) para punir como bem entendessem qualquer um que tivesse cometido mesmo que pequenas infrações, sem direito de defesa e finalmente sendo submetido à julgamento assassino.

Das 9 vítimas[6] do Mão Branca, todos eram pessoas pobres da periferia e que vivam de pequenos expedientes do crime como furtos de objetos ou uso de drogas, que os algozes fizeram questão de eliminar na tentativa de uma higienização social que "propunha-se a acabar com o crime", mas que possuía esse latente recorte social que focava os mais pobres e que também não apresentavam maiores riscos para a segurança geral da cidade. Além disso, até certo ponto, alguns dos assassinatos provavelmente foram fruto de desentendimento entre membros do esquadrão e alguns dos marcados para morrer. Zezé

[6] Este é o número oficial que consta nos autos do processo criminal do referido caso. Entretanto a cifra pode ser questionada e o montante de assassinatos pode ir além do que foi julgado pelo judiciário. O repórter campinense Ronaldo Leite (1997) aponta, por exemplo, para mais de 20 mortes que poderiam ser facilmente atribuídas ao Mão Branca.

Basílio, por exemplo, era acusado de extorquir vários objetos furtados, como consta em guia de recolhimento do mesmo[7]. O investigador "Temporal" também "extorquia dinheiro de marginais desde muito tempo como confessa na carta endereçada a sua ex-mulher [...], assim também de pessoas pacatas como se evidencia nos autos"[8].

Diante de uma intensa atuação voltada para os Direitos Humanos, os membros da Comissão de Justiça de Paz da Diocese de Campina Grande se viram inconformados com os assassinatos atrozes que vinham acontecendo na cidade em nome do Mão Branca. Já em 13 de abril de 1980 um requerimento de autoria de várias entidades civis, incluindo a Comissão da diocese, é encaminhado para o Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Vanildo Cabral de Vasconcelos, a partir do anúncio da primeira lista de pessoas marcadas para morrer. O documento solicitava "a nomeação de uma comissão integrada por representantes do Ministério Público, à frente de um procurador, para apurar as atividades que estão sendo desenvolvidas pelo [...] Mão Branca" (Leite, 1997, p.51-52). Àquela altura, havia sido convidado também para compor a Comissão, o professor de Sociologia da UFPB-Campus II, Hermano Nepomuceno, que tinha forte atuação política sobretudo na organização da Juventude do PMDB na cidade.

Durante todo o ano de 1980 a Comissão marcou uma importante e fundamental posição de pressão aos órgãos públicos em torno da celeridade das investigações e a resolução do caso com a punição dos envolvidos nos assassinatos. Além disso, seus membros diversas vezes marcaram presença nos jornais locais demonstrando preocupação,

[7] Guia de Recolhimento de José Basílio Ferreira. Emitido pelo Primeiro Cartório de Campina Grande – 1ª Vara. Fórum Afonso Campos em Campina Grande, 20 de Julho de 1988.

[8] Tribunal de Justiça da Paraíba. Comarca de Campina Grande. Juízo da Segunda Vara do Tribunal do Júri. Distribuição nº. 3431/80, nº. 020-Volume 01; p.12.

insatisfação e denunciando os crimes do esquadrão e também indo às ruas em protesto contra o Mão Branca em articulação com sindicatos, membros do PT e PMDB, movimento estudantil e movimento docente[9] (Leite, 2017).

Após Dom Manoel renunciar o bispado em 1981, quem assume seu lugar no dia 09 de setembro do mesmo ano é Dom Luís Gonzaga, outro apostólico combatente que deu continuidade aos trabalhos iniciados por seu predecessor e que irá permanecer no bispado diocesano até 29 de agosto de 2001, quando renuncia.

Um caso articulado entre igreja e sindicatos que é destacado pelo padre Cristiano Joosten merece atenção. Mesmo com o clima de repressão e com os sindicatos minados pela tutela vigilante do Estado Militar, temos o episódio de luta da fazenda Serrotão. Tudo tem início com os herdeiros da terra, antes pertencente ao major Jovino do Ó, realizando entre os anos 1960 e 1973 um processo de despejo massivo que desabitou quase todos os 700 moradores que ali moravam e trabalhavam (Joosten, 2002, p.02). Após o golpe militar a violência com que estes moradores foram expulsos das terras e a forma que foram tratados os que tentaram se opuser a tal ato foram de magnitudes alarmantes. "O Sr. José Gonçalves, o segundo presidente do sindicato, foi tão surrado pelos capangas dos proprietários que faleceu em 1967 no Rio de Janeiro em consequência dos ferimentos" (Joosten, 2002, p.03). Muitos dos rendeiros expulsos se assentaram nas proximidades, muitas vezes ocupando outras terras particulares por não terem para onde ir. Sendo assim, no ano de 1981 o senhor José Nascimento vendeu 110 hectares de sua terra ao governo para a construção do presídio regional

[9] "No calçadão, protesto contra terrorismo". Diário da Borborema. Campina Grande. 23 de Agosto de 1980. p. 01.

e um futuro bairro popular (hoje conhecido como Mutirão); neste episódio mais 150 rendeiros foram (novamente) desabrigados. Como relata o padre holandês (2002, p.03), muitos funcionários do governo estadual fizeram diversas ameaças aos moradores e oferecendo algum dinheiro para que desocupassem as terras; alguns aceitaram, outros decidiram lutar por algum pedaço de chão.

Em 1982, ameaçados de um novo despejo, aqueles que se mantiveram nas cercanias da fazenda Serrotão pediram auxílio à Comissão de Direitos Humanos – que havia surgido em 1982 da Comissão de Justiça e Paz. A partir disso, organizaram-se advogados – tendo como figura emblemática a advogada Tereza Braga –, religiosos –

liderados por Dom Luís Gonzaga Fernandes e Cristiano Joosten – e até mesmo membros da academia – assessores da UFPB como Renée Mangueira, Beto Novais, Regina Novais, a professora Áurea e Paulo Afonso – e membros da administração pública (Joosten, 2002, p.04). A partir deste momento uma série de reuniões e encontros regulares passou a se realizar nas dependências da Escola Santa Rita de Cássia – no bairro de Bodocongó – aglomerando em reuniões de fim de semana, entre 100 e 150 participantes de variadas organizações e ofícios, em que não só a situação dos desabrigados do serrotão era debatida, mas até mesmo problemas de regiões vizinhas – como a luta da campanha salarial no brejo paraibano no ano de 1984 (Joosten, 2002, p.04). A partir dos vários encontros e debates é formado nesse ínterim uma Comissão de Reforma Agrária composta por agricultores e auxiliados por acessória jurídica, apoio sacerdotal com as pastorais operárias e as Atendentes de Saúde da Cruz Branco Amarela (liderada pela irmã Mercês), jornalistas e SABs (principalmente a de Bodocongó). Apesar de incessante luta, apenas em 03 de janeiro de 1988 a comissão consegue alcançar seu intento final: adquirir, enfim, 1280 hectares de terra

cultiváveis para as famílias despejadas desde 1963 e que foram divididos em 72 lotes com 16 hectares cada, constituindo assim o "Sítio Paus Brancos", assentado nos limites da cidade de Campina Grande e Boqueirão (Joosten, 2002, p.01).

Como pudemos constatar, no período de distensão e reabertura promovido Geisel e continuado por Figueiredo vemos a participação da igreja cada vez mais intensa e em articulação com os demais movimentos sociais que ascendiam à época. Várias SABs são criadas com a ajuda das pastorais para fortalecer lutas e organizar formas de reivindicação dos bairros. Uma parte delas iniciou timidamente a surgir timidamente na década de 1960 – como é o caso da primeira Sociedade de Amigos de Bairro do José Pinheiro de 1962, por exemplo – fundada antes mesmo da UCES (União Campinense das Equipes Sociais), órgão que tinha por objetivo consolidar a integração dos bairros e fortalecer as lutas sociais e que só seria fundada em 02 de agosto de 1964. É evidente a forma que estas sociedades de amigos de bairro exerceram sua militância atuante e em vários momentos articuladas com outros movimentos. Assim sendo é necessário recapitularmos mais uma vez o emblemático caso citado no capítulo anterior acerca do surgimento do bairro das Malvinas.

A ocupação do conjunto habitacional Álvaro Gaudêncio, popularmente nomeado bairro Malvinas[10], em 1983, causou bastante alvoroço na cidade. O movimento se inicia a partir de 26 de março do referido ano, logo o caso chamou a atenção das autoridades locais. Iniciada a sua construção em 1980, o conjunto Álvaro Gaudêncio ofereceria 3.000 casas, embora em 1983 já tivessem 15.000 famílias inscritas no programa da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação

[10] Em homenagem à guerra travada entre Argentina e Inglaterra pela posse do território das Ilhas Malvinas ou Falkland Islands.

Popular) para serem escolhidas para ganhar um imóvel. Prontamente 3.000 famílias trataram de ocupar todas as casas do conjunto inacabado há 3 anos. Nenhum poste havia ainda sido instalado, portanto não havia energia elétrica, nem pavimentação e não havia sido implementado o sistema de esgoto e abastecimento de água potável. Logo após o estabelecimento inicial das famílias o governo do estado (Wilson Braga) tomou como providência imediata realizar um cerco policial no conjunto e logo após proibir o trânsito de pessoas para inibir a ocupação de mais casas e até mesmo proibir a entrada de alimentos, além da proibição da entrada de veículos no local e de quaisquer móveis ou eletrodomésticos, tudo isso no intento de tentar vencer muitas destas famílias pelo cansaço, fazendo-as desistir e desocupar as moradias (Lima, 2015, p.22.)[11].

Apesar da pressão do Estado para que as famílias desocupassem o conjunto habitacional, os moradores começaram a receber apoio externo de movimentos políticos, operários e religiosos. Os primeiros a chegarem para auxílio dos moradores foram os católicos. Já durante a semana santa realiza-se a primeira missa do bairro por Dom Luiz Gonzaga e o Padre Carlos Borneryt e uma grande procissão da Via Sacra as quais teriam sido os primeiros responsáveis pelo enfraquecimento do julgo do cerco policial (Maracajá, 2021, p.20-21). Juntamente à igreja veio a Comissão de Justiça e Paz da diocese com seus advogados e demais membros; em seguida chegaram para somar na luta sindicatos, membros da CUT (Central Única dos Trabalhadores), partidários do PT, do PCdoB e a imprensa para fazer toda a cobertura do acontecimento. Com a presença de todos estes grupos a disputa pelas Malvinas já se

[11] Acontece que muitas destas famílias não tinham moradia ou já haviam fugido dos caros aluguéis que passavam por aumentos constantes naquele ano, tendo aumentos de quase 100% em muitos casos, inviabilizando a morada de muitos destes cidadãos como fica claro na matéria do Jornal da Paraíba. Cf: **Conjunto da CEHAP.** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.08. Dia 23 de março de 1983.

tornara uma guerra vencida: com as porteiras abertas de vez os moradores puderam contar com o apoio destas entidades além da forte presença da imprensa jornalística que inibiria qualquer tentativa por parte da polícia de uso violento da força para expulsar moradores sob risco de ferozes denúncias (Lima, 2015, p. 26-27).

Com a ocupação das casas iniciada, a Igreja prontamente se articula na criação da Comunidade Jesus Libertador ainda em meados de 1983 e posteriormente na construção da Igreja Jesus Libertador com os esforços e colaboração dos próprios moradores do bairro entre 1984 e 1986, como registra Iêda Maracajá (2021, p.35-36). Além do evidente papel religioso que esta igreja desempenhou a serviço da fé dos moradores, ela teve também um importante papel na permanência das lutas por melhorias no bairro e nas condições de vida dos moradores, servindo como um importante canal de reivindicação. Isso garantiu a permanência, a legalização da posse das casas e a instalação de equipamentos urbanos – abastecimento de água, energia elétrica, serviço de esgoto etc. – , o que contribuiu paulatinamente para que as Malvinas se tornasse hoje o maior bairro da cidade de Campina Grande, com mais de 90 mil habitantes.

Conclusão

Como vimos, a crise do *cesarismo militar*[12] contou com uma forte pressão vinda das classes subalternas que evidenciou ainda mais a luta de classes na sociedade brasileira. Nisto, a Igreja Católica assumiu posição expressiva em sua atuação por todo o Brasil e, portanto, em

[12] Compreendemos este conceito a partir de Gramsci que atesta a "militarização" da política vinculada à criação de um Estado policial para a repressão das classes subalternas e sua contenção nessa condição de subalternidade enquanto marca central da organização do Estado via cesarismo. Conferir o Caderno 13, §27.

Campina Grande no acirramento dessa luta que envolvia um grau de organização para combater a ditadura e estruturar grupos de atuação no seio da sociedade civil. Essa organização junto a setores da sociedade civil tiveram alguns direcionamentos importantes: (1) a luta pelo fim da ditadura e sua atividade repressora que punia principalmente as classes baixas, além de (2) forte crítica e enfrentamento ao modelo capitalista enquanto responsável pela geração de mazelas sociais que jogam sujeitos na fome, pobreza, no desabrigo e inviabilizam a sobrevivência básica de grande parcela da população pobre.

As atuações destes membros da Igreja Católica em pautas e causas em favor dos despossuídos, confrontando paralelamente a violência militar e o modelo capitalista brasileiro, também tornaram-se um chamariz para ameaças e atentados que miravam a vida de membros da Comissão de Justiça e Paz, por exemplo, de autoria de grupos reacionários e contrários às lutas defendidas por este grupo atuante da diocese campinense. Em 23 de agosto de 1983, Tereza Braga (que também era vereadora pelo PT à época), sofre um atentado em sua casa "com disparos de armas de fogo e bombas explosivas, assumido por um grupo autodenominado 'Falange Patriótica', que já havia ameaçado o bispo Dom Manoel, vereadores, jornalistas e membros do poder judiciário." (Leite, 2017, p.93). Devido à omissão das autoridades locais, vários colegas vereadores e membros da Comissão Justiça e Paz elaboraram uma moção em pedido de defesa à vítima do ataque, endereçando o documento diretamente ao presidente João Batista Figueiredo[13].

Percebemos aqui que as classes não são vistas como meras estruturas ou categorias; mas algo que ocorre efetivamente nas relações

[13] BRASIL. Câmara dos Vereadores. Moção nº 323/83, de 18 de outubro de 1983. **Apelo Ao Sr. Presidente**. São Paulo, SP.

humanas e observamos como certos indivíduos ou grupos passaram a ocupar determinados papeis sociais e como montaram suas estruturas de poder através de uma organização social específica (Thompson, 2002, p.11). Sendo assim, pudemos observar como a Igreja Católica atuou de forma contundente em Campina Grande promovendo lutas politicamente engajadas juntamente aos fiéis em articulação com sua manifestação cultural-religiosa e de crédulo orientados por um olhar solidário aos mais pobres em oposição ao desenvolvimento capitalista que marginalizava cada dia mais os desfavorecidos.

Referências

FERREIRA, Jaqueline Leandro. A Teologia da Libertação na América Latina**.** IN NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes & LIMA, Rozeane Alburquerque (Orgs.). **Artes de ver, fazer e escrever histórias: construindo saberes na pesquisa, ensino e extensão – experiências no PET História UFCG**. Campina Grande: EDUFCG, 2014.

FERREIRA, Jaqueline Leandro. Paulo Freire e a Teologia da Libertação: uma prática libertadora. IN **II Congresso Nacional de Educação**. Nº2, 2015. Campina Grande. *Anais eletrônicos.* Campina Grande: CONEDU, 2015, 12 págs.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere Vol.3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política.** – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

JOOSTEN, Cristiano. **Paus Brancos: Histórico.** [s.n.], Campina Grande, 2002.

JOOSTEN, Cristiano. **Uma história de Evangelização libertada e libertadora custosa e arriscada.** [s.n.], Campina Grande, 2006.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **A frágil "abertura" de João Figueiredo: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985)**. Dissertação de mestrado. Campina Grande: UFCG, 2017.

LEITE, Ronaldo. **Mão Branca: a verdade sobre o carrasco.** – João Pessoa: A União, 1997.

LIMA, Paula Sonaly de. **"Abriram as porteiras": narrativas acerca da invasão/ocupação do bairro das Malvinas, em Campina Grande – PB (1983-2015).** Monografia de História. Campina Grande: UFCG, 2015.

MARACAJÁ, Iêda Maria de Oliveira. **História de Jesus Libertador, bairro Malvinas, Campina Grande – PB: de comunidade à paróquia. Memórias, lutas e resistências.** [s/n], Campina Grande, 2021.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa Vol.1,2 e 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

9

ESQUADRÕES DA MORTE, DITADURA MILITAR E LUTA DE CLASSES EM CAMPINA GRANDE-PB

Luciano Mendonça de Lima [1]

Introdução

Em 1969, um grupo de estudantes foi preso em Belo Horizonte e, em seguida, enviado para o Quartel da Polícia do Exército do então estado da Guanabara. Lá, diante de uma plateia formada por dezenas de policiais, sofreram os mais atrozes tipos de agressão física e mental. Contudo, desta vez não se tratava "apenas" de mais uma sessão de maus-tratos promovida pelo braço armado do autocrático Estado brasileiro contra pessoas indefesas. Tendo consciência histórica ou não, os jovens foram transformados em cobaias de um experimento macabro com ares de "cientificidade". Tratava-se de um dos tentáculos do DOI-CODI em funcionamento, o coração das trevas do aparelho repressor a serviço do grande capital que vinha sendo arquitetado pelos novos donos do poder desde 1 de abril de 1964, materializado em instrumentos de suplício tais como a Cadeira do dragão, a Geladeira, o Choque elétrico, a Pimentinha, o Afogamento, o Pau-de-arara, dentre outros instrumentos e práticas de tortura, forma hedionda de destruir a condição humana do outro. Estes fatos, embora do conhecimento de setores e grupos de oposição no Brasil e no exterior, só ganharam notoriedade, junto ao grande público, em maio de 1985, em função de uma publicação promovida pela Arquidiocese de São Paulo, no esforço mais amplo por parte de diversos

[1] O autor é Professor da Unidade Acadêmica de História e Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo da Universidade Federal de Campina Grande.

setores da sociedade, no sentido de denunciar as graves violações de direitos humanos perpetradas pelo regime recém-findo.[2]

Contudo, há uma informação contida nessa mesma obra que passou desapercebida aos olhos de muitos. É que antes de prender e torturar jovens estudante e militantes da esquerda mobilizada politicamente contra o arbítrio, os agentes da polícia estadual de Minas Gerais (assessorado por instrutores norte-americanos) empreenderam uma verdadeira caça a outros sujeitos sociais, no centro de Belo Horizonte, ao sequestrarem diversos mendigos e moradores de rua, que em ato-continuo foram recolhidos às delegacias e brutalmente transformados em cobaias humanas pelas mãos da repressão.[3]

Estes acontecimentos podem ser vistos como parte de um mesmo processo histórico e dialético, ou seja, a lógica de classe da ditadura militar, implantada em 1 de abril de 1964. Nesse sentido, o presente texto visa problematizar a lógica da violência ditatorial contra as classes populares, com ênfase na atuação dos Esquadrões da morte em Campina Grande-PB. Para isso, lançamos mão de uma documentação formada

[2] ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org). **Brasil:** Nunca mais. Um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985. Esse livro, parte de um projeto bem mais amplo, é muito mais do que um "relato" sobre as barbaridades cometidas pelo regime militar contra diferentes setores da oposição, o que já seria suficiente para marcar época. Ele fez as vezes da nossa primeira Comissão nacional da verdade, o que por si só nos diz muito da natureza de classe da chamada "transição" pelo alto, já que a oficial só foi instituída pelo Estado brasileiro em 2012, e, mesmo assim, com muitas ambiguidades e limitações, portanto, quase três décadas depois do fim formal da ditadura.

[3] Por outro lado, estas práticas de verdadeira limpeza social deliberada em relação aos setores mais pauperizados das classes populares não ficaram circunscritas à capital mineira. Estudos comprovam que nos primeiros três meses do regime recém-imposto, a "operação limpeza" prendeu e torturou mais de 50 mil pessoas Brasil afora, dentre eles comunistas, sindicalistas, religiosos, membros ou simpatizantes do governo João Goulart, estudantes, militantes de partidos de oposição e parlamentares, mas também de lideranças comunitárias, moradores de favelas, desempregados, mendigos, criminosos comuns etc. Em outras palavras, a ditadura foi ditadura do começo ao fim, atingindo prioritariamente a classe trabalhadora: da vanguarda aos setores mais precarizados, dos grupos "organizados" e "desorganizados" da população, vistos como potenciais inimigos internos. Ver, dentre outros, HUGGINS, Martha K. **Polícia e política:** relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

judicial e jornalística, estabelecendo um diálogo crítico com a historiografia do período.

Nas últimas décadas, os estudos sobre a ditadura militar se ampliaram em muito, inclusive, quando se tratam dos produzidos em âmbito local, o que não deixa de ser interessante, pois o conhecimento histórico é e sempre deve ser dinâmico. Contudo, nem sempre o que é quantidade se transforma em qualidade. Nesse sentido, boa parte destes trabalhos, em vez de darem um passo adiante em relação ao que melhor se produziu sobre o tema, significou um passo atrás, em termos interpretativos, ocasionando aquilo que alguns críticos marxistas denominaram, com precisão, de "revisionismo", cujo principal traço é despolitizar, minimizar e/ou obscurecer a dimensão ontológica da história da luta de classes e do legado ditatorial. Assim, em tempos de predomínio de novos/velhos relativismos acadêmicos, de ofensiva contrarrevolucionária permanente e de rebaixamento do projeto societário da "esquerda" hegemônica, reivindicar a tradição teórica e prática do materialismo histórico não deixa de ser um ato político e revolucionário, gesto este que assumimos desde já. Cabe aos possíveis leitores avaliar, com honestidade, os méritos da nossa escolha.[4]

A dinâmica histórica da ditadura, Esquadrões da Morte e luta de classes em Campina Grande-PB

Há 60 anos, através de um violento golpe de Estado, que depôs pela força das armas e do dinheiro, um presidente eleito legitimamente pela maioria da população, João B. Goulart, o Brasil mergulhou em um dos períodos mais duros de toda sua história, cujas consequências, a rigor,

[4] Conferir: MELO, Demian Bezerra de (Org). **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Não nos enganemos, pois com seu idealismo historiográfico contumaz o revisionismo neoliberal dos anos 1990 acabou se transformando na antessala para a atual vaga negacionista em tempos de avanço da extrema direita.

ainda não conseguimos superar, em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por vinte e um longos anos, entre 1964 e 1985, membros das Forças Armadas, em especial os Generais do Exército, usurparam o poder e sucederam-se na presidência da República com mão de ferro, implantando uma ditadura que beneficiou uma pequena parcela da sociedade (grandes empresários, latifundiários, banqueiros, multinacionais, etc.), em detrimento da maioria da população brasileira, constituída por trabalhadores do campo e da cidade, donas de casa, intelectuais, estudantes, que com seu sangue, suor e lágrimas pagaram um preço alto pelo decantado "progresso" da nação (DREIFUSS, 1981).

Como toda ditadura, a militar brasileira precisou montar, ao longo do tempo, um aparato de segurança para cometer todo tipo de arbítrio, tais como: vigiar, censurar, perseguir, prender, torturar e matar quaisquer grupos, pessoas, entidades e lideranças que ousassem contrariar os interesses do Regime, tivesse essa suspeita fundamento ou não. Eram os chamados inimigos internos. Estruturados por agentes das três Forças Armadas e membros das Polícias militar, civil e agentes políticos, a conjunção orgânica desses órgãos repressivos, como o sinistro DOI-CODI, formava o núcleo infernal daquela ordem terrorista a serviço do grande capital e que tantos males trouxe à maioria do povo brasileiro (ALVES, 1984).

Integrantes desta arquitetura do horror, mas resguardando certas particularidades em seu modo de ser e agir, existiram os famigerados Esquadrões da Morte, utilizados, preferencialmente, para executar sujeitos simples do povo, configurando uma verdadeira máquina de limpeza social e racial de indesejáveis aos olhos do sistema, via de regra, pessoas pobres e pretas acusadas de cometer furto e outros delitos miúdos. Atuando inicialmente nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais se destacou a figura mais emblemática

e infame que foi o Delegado de Polícia Sérgio Paranhos Fleury, rapidamente esses grupos de bandoleiros espalharam-se por outros Estados da Federação (BICUDO, 2002).

Na Paraíba, que não esteve imune à dinâmica da ditadura militar e seus crimes de lesa-humanidade, os Esquadrões da Morte eram compostos por agentes policiais e contavam, para isso, com o apoio e a conivência de gente graúda da terra, como jornais e órgãos da chamada grande Imprensa, grupos de comerciantes e proprietários de terra, políticos, entidades de classe, etc., do começo ao fim do Regime Militar. Do litoral ao sertão, eles pipocaram pelas diferentes cidades paraibanas. A maneira de proceder desses verdadeiros bandidos oficiais, fardados ou não, era semelhante: prisões arbitrárias, realizadas em plena luz do dia ou na calada da noite; sequestro de pessoas comuns sob a custódia do Estado, algo que remetia ao *modus operandi* da repressão política como um todo. As vítimas presas eram logo imobilizadas, barbaramente torturadas, extorquidas e, finalmente, mortas com requintes de crueldade. Ao fim e ao cabo, os corpos eram "desovados" em locais ermos, não sem grande escárnio e sensação de impunidade por parte de seus perpetradores e cúmplices.[5]

[5] SILVA, Estevam Luciana. **Cidade e violência:** Campina Grande na década de 1980 e as representações do "Mão Branca" nos Jornais. Dissertação (Mestrado). PPGH/UFCG, 2010. Cumpre lembrar desde já que os jornais, ao fazerem a cobertura dos acontecimentos em destaque, não operaram apenas no plano da "representação", por mais que se queira dar um ar de sofisticação teórica a tal palavra/conceito. Em verdade, a relação dos periódicos com os fatos não era de mera exterioridade, era orgânica, sendo movidos em sua empreitada por objetivos mercadológicos e ideológicos, quer tivessem clareza disto ou não. Assim, muitos deles, inclusive os que circularam na Paraíba, aproveitaram os episódios envolvendo os grupos de extermínio para vender seu produto e ganhar dinheiro, baseado na lógica de qualquer empresa capitalista. Por outro lado, ao explorar o brutal e o grotesco de tais episódios desempenhavam o papel de promover uma espécie de segunda morte das vítimas e, ao mesmo tempo, preparavam o terreno psicológico do público para as próximas chacinas, corolários que eram da ideologia de classe de que "bandido bom, é bandido morto". Por isso mesmo que ao transformar este tipo de material - cujas páginas estão encharcadas de sangue - em fonte de pesquisa, o historiador deve fazer uma leitura a contrapelo, na medida em que "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é,

Dentre as diversas histórias de vítimas dos Esquadrões da Morte, apresentamos, sumariamente, algumas, dentre os muitos casos registrados na Paraíba, especialmente no ano de1980, que coincide com o final do regime ditatorial.[6] O primeiro caso refere-se a Moacir dos Santos da Silva, mais conhecido por *Bermuda* ou *Divino,* morador de um modesto cubículo na Rua Francisco Londres, na região do Varadouro, área central de João Pessoa. Depois de ter cumprido pena por envolvimento em furto de automóvel e consumo de drogas, havia se aposentado do mundo da pequena malandragem e batalhava para sobreviver como pintor de placas e para-choques.

Ao que parece, essa tentativa de "regeneração" moral não foi suficiente para que *Bermuda* tivesse sua vida poupada pelos "homens da lei" do cão. De tal modo que, por volta das seis horas da manhã de um fatídico dia de 1980, depois de ser violentamente retirado do interior de sua modesta residência, seu corpo foi encontrado em frente à oficina onde trabalhava, crivado de balas de grosso calibre, disparadas à queima roupa. Detalhe: não satisfeitos com a barbárie perpetrada, os carrascos da gangue paramilitar cortaram a língua da indefesa vítima.

Por sua vez, em Cajazeiras, situada no alto sertão paraibano, a população foi impactada por notícias nada alvissareiras, posto que algumas emissoras de rádio divulgaram uma lista com mais de vinte nomes, a maioria deles desvalidos da sorte, os quais o autor anônimo prometia eliminá-los sumariamente. Embora a ameaça não tenha sido

tampouco, o processo de transmissão da cultura". Ver. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas.** Volume 1. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p 225.

[6] Embora nossa ênfase seja no Mão Branca, há indícios de que a ação de grupos de extermínios similares remonte ao final dos anos 1960 e início dos 1970. Uma de suas possíveis vítimas pode ter sido João de Deus Ferreira da Silva, vulgo "Dão", cujo corpo foi encontrado na Feira Central da cidade com vários tiros e facadas em 16/03/1972. Ver. **Esquadrão ressurge e mata mais um em Campina**. Jornal da Paraíba. Campina Grande, 19 de março de 1972.

consumada na íntegra, o medo espalhou-se tal qual rastilho de pólvora, e transformou-se, pelos dias seguintes, em motivo de preocupação no cotidiano daquela cidade e nos seus arredores.[7]

Já em Campina Grande, município agrestino situado a meio caminho do litoral e do sertão, os acontecimentos deram-se de forma diferente, pois a ameaça transformou-se em fato brutalmente consumado. No dia 13 de abril de 1980, *O Diário da Borborema*, com o estardalhaço mercadólogo e ideológico que lhe era peculiar, publicou – em primeira página e com letras garrafais – um listão com os nomes de 115 pessoas marcados para morrer.[8]

---

[7] LEITE, Ronaldo. **A verdade sobre o carrasco Mão Branca**. João Pessoa: A União, 1997. Esse texto tem lá sua importância informativa, embora peque por parcialidades múltiplas e um certo positivismo contumaz. O autor acompanhou, na condição de repórter e editor do Diário da Borborema, o cotidiano dos acontecimentos policiais da época, tendo depois migrado para o Jornal da Paraíba. O vínculo orgânico com esse universo era de tal monta, que no curso da ação judicial instaurada se transformou em testemunha de defesa dos membros do Esquadrão da Morte, sendo ouvido em 28/01/1981. Ver. **Arquivo do Depósito Judiciário do Fórum Afonso Campos**. Ação Criminal. Autor: Justiça Pública. Réus: José Basílio Ferreira, Zezé Basílio; Antonio Gonçalves da Costa, Francisco Alves de Oliveira, Cícero Tomé da Silva. Vítimas: Diversos Marginais. Comarca de Campina Grande, 1992, Volume III, Fls. 57/59. Para as promíscuas relações entre imprensa, policiais e ditadura, consultar. Kushnir, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

[8] **O Listão**. Diário da Borborema. Campina Grande, 14 de abril de 1980. Dos 115 nomes listados, a grande maioria era formada de homens, constando apenas a presença 15 mulheres. Com exceção de um membro de tradicional clã, um padre defensor de direitos humanos, alguns policiais e três advogados "protetores de marginais", a grande maioria dos nomes inclusos no funesto documento era de indivíduos pertencentes aos setores mais fragilizados, "a camada de lázaros", da classe trabalhadora", compelidos que foram em sua descida ao Reino dos infernos da pauperização capitalista. Quase um mês depois, este mesmo matutino publicou uma outra lista. Além de incluir e retirar nomes, a começar dos que já haviam sido "eliminados" - leia-se barbaramente assassinados - a nova estadualizava o horizonte de atuação do "Mão Branca", ao incluir nomes de vítimas de outras localidades, para além de Campina Grande, a exemplo da capital João Pessoa. Para o que nos interessa mais de perto, a mudança mais significativa foi a retirada de uma lista para a outra do nome de Ataliba de Oliveira Arruda, filho de uma tradicional família em processo de decrepitude econômica e social, mas que nem por isso perdia a pose da truculência. Desde o tempo que caiu no submundo do crime e da pistolagem, ainda menor de idade, teve seu nome ligado a vários crimes que marcaram época. Sua especialidade, porém, era matar gente humilde, pobre e trabalhadora, tais como um funcionário da UFPB (1974), um trabalhador de agência financeira (1976), um comerciário (1982) e um vigilante (1983), dentre outras vítimas, cujos cadáveres eram, via de regra, enterrados numa espécie de cemitério clandestino situado na propriedade da família, de nome Sitio Marinho, zona rural de Campina Grande. Nesse sentido, podemos afirmar que entre suas ações e a do Mão Branca em relação às camadas populares, havia mais complementaridade do que oposição. Ambos, cada um a seu modo, agiam orientados por valores de classe e sob o manto da impunidade, traços autocráticos estes elevados à máxima potência em tempos de ditadura aberta. Enquanto que em relação às vítimas ao grupo de extermínio, a repressão local "terceirizava" a violência

Dentre os crimes cometidos pelo bando de Zezé Basílio, um dos acusados de pertencer ao grupo de extermínio "Mão Branca", em Campina Grande, deter-nos-emos em algumas delas. O primeiro caso diz respeito a Paulo Roberto do Nascimento, o Beto Fuscão, 19 anos, filho de uma trabalhadora doméstica e de um pai mecânico, morador no Bairro do Jeremias. Enquanto os membros das classes dominantes divertiam-se em ambientes seletos como o Clube dos Caçadores e o Clube Campestre, e a classe média contentava-se com o GRESSE e AABB, aos populares da cidade restavam poucas opções de lazer, como aquelas oferecidas pelas Sociedades de Amigos de Bairros. Na noite de sábado, 11 de abril de 1980, o jovem Beto Fuscão dirigiu-se para um "forró" programado para acontecer na SAB do vizinho Bairro da Palmeira. Ao chegar, por volta das 22h, caminhou até um vendedor ambulante, no qual, provavelmente, pediu um cigarro, algumas balas e ficou aguardando a festa começar.

Nesse entreato, apareceram dois veículos, um Volkswagen e uma Brasília, com quatro componentes do Mão Branca e cercaram imediatamente Paulo Roberto, obrigando-o a entrar em dos automóveis, sendo sequestrado em plena área pública. O que aconteceu nas horas imediatamente seguintes não sabemos ao certo. Eles podem ter ficado rodando com Beto Fuscão pelas ruas da cidade, ou então se dirigido a agência de automóveis, ou a granja de Zezé Basilio. O certo, porém, é que já na madrugada do domingo, os carrascos mataram Beto Fuscão para, em seguida, abandoná-lo por trás da Arquibancada Geral do Estádio O Amigão, no Bairro do Catolé, situado do outro lado da cidade. O corpo seminu do "crioulo" – na desdenhosa e racista denominação do "porta voz" do grupo - estava cravado com duas balas

contra os de baixo, com Ataliba a classe dominante fazia "justiça", literalmente, com as próprias mãos. **Mão Branca divulga novo listão**. Diário da Borborema. Campina Grande, 09 de maio de 1980.

na região toráxica, uma de revólver calibre 38 e outra de Espingarda calibre 12. Os efeitos dos disparos foram tais que despedaçaram o coração – órgão vital por excelência – da vítima, em vários pedaços.[9]

Alguns dias depois, Antônio Cavalcante de Aquino, o Barrão, 29 anos de idade, casado, residente na Cachoeira, zona leste da cidade, tornou-se mais uma vítima do Mão Branca. Naquelas circunstâncias, Barrão expressava o outro lado da ordem e do progresso, um subproduto do modelo econômico e social da Ditadura Militar. Após buscar diferentes meios de sobrevivência, ao longo de uma vida sofrida, acabou sendo compelido a sobreviver de pequenos expedientes e a se entregar ao vício da droga, a verdadeira imagem de um "farrapo" humano. Morava em uma área semelhante a vários outros locais de moradia espalhados pelos subúrbios da cidade, tais como Buraco da Gia, Pedregal, Ramadinha, Vila dos Teimosos, Favelas da Coreia e Jeremias, que não oferecia a menor condição de vida digna. Dentre outros males, Barrão foi acometido de Leucemia e vivia perambulando pelas ruas centrais em busca de esmolas, bem como na Feira Central, próximo à sua residência.[10]

Na noite de 16 de abril de 1980, no Mercado Central, à Rua Manoel Pereira de Araújo, zona do baixo meretrício, em frente ao Bar Canarinho, quando se encontrava embriagado e caído junto a um poste, Barrão foi

[9] **Mão Branca inicia matança: um tiro de 12 matou "Beto Fuscão"**. Diário da Borborema. Campina Grande, 15 de abril de 1980.

[10] Campina Grande, a exemplo de outras cidades brasileiras, sofreu mudanças urbanas significativas no período. Estas intervenções, a exemplo das operadas pelo Projeto CURA, não só não resolveram como agravaram ainda mais os problemas habitacionais das grandes massas, com o aprofundamento da segregação territorial entre ricos, remediados e pobres. Dentre os exemplos citados, no corpo do texto, o caso da Cachoeira é emblemático. Situada na zona leste da cidade, sua formação histórica antecede o golpe de 1 de abril de 1964, tendo, porém, sua situação se agravado durante a ditadura. Depois do fim da ditadura foi transformado em conjunto habitacional, através de um projeto de remoção, imposto de cima para baixo pelo capital imobiliário, desta vez com a chancela política da oligarquia Cunha Lima. Sobre a relação entre o problema habitacional e a lógica capitalista, cuja importância foi reatualizada pela crise especulativa de 2008, ver. ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

sequestrado pelos facínoras do Mão Branca e violentamente colocado no porta-malas de uma Brasília azul sem placa. Os sequestradores levaram Barrão para a granja pertencente a Zezé Basílio, onde cometeram as mais bárbaras atrocidades contra uma pessoa doente, fragilizada e indefesa. Seu corpo, totalmente desfigurado, foi deixado nos primeiros minutos da madrugada do dia seguinte, às margues da BR-104, no local denominado Bananal, com 16 tiros de revólver calibre 38, assim distribuídos: 1 no olho esquerdo, 5 na cabeça, 1 no ouvido, 2 no braço direito, 2 no peito direito, 2 no peito esquerdo, 1 no pescoço e 2 no abdômen.[11]

Alguns meses depois, a vítima da vez foi Expedido Ferreira da Silva, o Negro Rei, 23 anos, solteiro, filho de Maria Ferreira da Silva e morador no Jardim Palmeira. Negro Rei até que procurou manter uma vida normal perante os padrões sociais dominantes, para quem o papel do trabalhador se reduz a produzir riqueza para ser acumulada nas mãos de poucos. Destarte, chegou até a trabalhar numa firma situada no Distrito Industrial, na qual depois de 10 meses de labuta foi demitido sem justa causa e, a exemplo dos trabalhadores da Wallig na mesma época, não recebeu nenhuma indenização.[12] Com isso, tentou resolver, à sua maneira, o litigio trabalhista, porém, cansado de ser ludibriado, ao perceber que seu patrão encontrava sempre uma maneira de se ausentar toda vez que ia em buscar do dinheiro da verba rescisória, de

[11] **"Barrão" foi fuzilado e os olhos arrancados com faca**. Correio da Paraíba. João Pessoa, 18 de abril de 1980.

[12] O caso da Wallig Nordeste, fabricante de fogões e gás-liquefeito com matriz no Rio Grande do Sul, expressa bem a lógica do desenvolvimento capitalista desigual e combinado que a ditadura militar maximizou. Inaugurada com todo estardalhaço em 1967 – com direito à presença do Marechal Artur da Costa e Silva, o ditador da ocasião, a mesma se aproveitou, enquanto pôde, dos incentivos fiscais dos governos municipal, estadual e federal, matéria-prima abundante, infraestrutura disponível e, principalmente, da exploração e opressão da mão-de-obra barata, fonte principal de lucros e dividendos. Pouco mais de uma década fechou definitivamente suas portas, em 1979, deixando na rua da amargura mais de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras.

modo que decidiu se apropriar de algumas peças da empresa para vender e assim minimizar o prejuízo.

Por essas e outras, acabou também caindo no mundo da malandragem miúda e, por conseguinte, se tornou alvo fácil da polícia ao ser preso por diversas vezes. Entre entradas e saídas da prisão, Negro Rei acabou caindo nas garras do Mão Branca. No final da tarde, em 12 de junho de 1980, quando caminhava pela Rua Francisco Maria, no mesmo bairro em que morava, foi cercado, sequestrado e colocado no interior de uma Brasília azul. Na madrugada do dia seguinte, foi encontrado morto no mesmo local que Beto Fuscão, ou seja, nas imediações do Estádio O Amigão, com o corpo crivado por 16 balas, mesmo número que vitimou Barrão, meses antes. Ressaltamos que as vítimas Antônio Cavalcante de Aquino e Expedido Ferreira da Silva tiveram os olhos arrancados, o que torna os crimes ainda mais hediondos.[13]

Por fim, em apenas um dia, o Esquadrão da Morte matou de uma só vez três jovens, a saber: Marco Antônio da Silva, o *Mocotó,* 20 anos; Marcos Antônio de Araújo, vulgo *Paraibinha,* 34 anos; e, Paulo José dos Santos Félix, de alcunha *Queimadas,* com apenas 17 anos. Os três encontravam-se presos em uma das celas da Delegacia Central de Polícia, acusados de

[13] **Mão Branca mata assaltante com 16 tiros.** Diário da Borborema. Campina Grande, 14 de junho de 1980. A presença de automóveis fabricados pela montadora Volkswagen é uma realidade quase onipotente nos crimes aqui relatados. Isso pode nos dizer algo sobre os nexos de uma das gigantes da indústria automobilística, como, de resto, do empresariado como um todo, com a ditadura. Não por acaso, um de seus modelos mais conhecidos, o Fusca, se transformou em objeto do desejo consumista em pleno "milagre econômico" e ao, mesmo tempo, encarnou em si um dos ícones da repressão nos "anos de chumbo", a saber, a sinistra Rádio Patrulha, o fusquinha preto e branco que com o som inconfundível de sua sirene e a brutalidades de seus homens fardados impunha o terror ditatorial cotidiano. A multinacional alemã chegou a Campina Grande pelas mãos de Raimundo Lira, empresário, casado com filha de conhecido latifundiário e homem do partido do governo, com a instalação da CAVESA (Campina Grande Veículos S.A) em 1967, tida pela propaganda oficial como a maior concessionária de veículos do Nordeste. Por outro lado, conforme vimos, um dos Mão Branca, Zezé Basílio, era proprietário de uma agência e uma oficina de automóvel, cujos modelos da multinacional alemã, a exemplo da Brasília, era usados para fins múltiplos, inclusive como instrumento de auxílio na matança de populares. Sobre as tenebrosas relações do capital com o regime militar. Ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira et all. Empresariado e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ser, no jargão jornalístico/policialesco da época, "lanceiros", ou seja, praticantes de pequenos delitos. Três dias após a publicação do referido listão, em plena madrugada, seus corpos, parcialmente despedaçados, foram encontrados em dois extremos da cidade: um, no Bairro de Bodocongó, e os outros dois, no Bairro do Velame.[14]

Como podemos observar até agora, todas estas histórias possuem como pano de fundo a atuação de um grupo de extermínio denominado "Mão Branca" - importado da Baixada Fluminense-RJ e adaptado ao contexto local - cujo auge da matança deu-se nos primeiros meses do ano de 1980.[15] Segundo dados oficiais, o grupo, formado por cinco policiais civis, e apoiado pela fina flor da *boa sociedade* paraibana, matou, em questão de meses, pelo menos, 22 pessoas, crimes esses que permanecem impunes. Dados e números, esses aterradores, que, por si

[14] **Mão Branca cumpre promessa: Mocotó, Paraibinha e Queimadas foram executados com 20 balaços.** Diário da Borborema. Campina Grande, 17 de abril de 1980. Outro detalhe que não pode passar desapercebido na análise, diz respeito aos locais escolhidos pelos algozes para "desovar" suas vítimas. Essa escolha não se dava de forma aleatória, tinha lá os seus significados explícitos ou latentes. Vejamos então, a títulos de exemplo, dois destes lugares. O corpo de Expedito Ferreira da Silva - Negro Rei (a exemplo do de Paulo Roberto do Nascimento, o Beto Fuscão), foi encontrado nas imediações do Estádio Ernani Sátiro, o Amigão, para ser mais preciso, por trás da Arquibancada Geral, na madrugada de um sábado para domingo. Numa época em que o futebol foi apropriado e militarizado pelo regime, especialmente depois da Copa do México de 1970, era como se com isso o recado deixado pela Esquadrão da Morte fosse o seguinte: ontem foi a "escória" da classe, amanhã pode ser você, trabalhador "morigerado". Portanto, nada de desordem em momento de ócio consentido, pois a semana cheia de trabalho vos espera! Por seu turno, o "Colosso da Borborema" ficava muito próximo ao Distrito Industrial, local de grande concentração de trabalhadores de Campina Grande e cidades circunvizinhas. Já quanto ao Bairro de Bodocongó, onde foi jogado o corpo de Marco Antônio de Araújo – Paraibinha, em seus arredores se encontravam, dentre outros espaços, os campi da UFPB, da URNE e a unidade da Escola Técnica Redentorista local, instituições de onde provinham vários militantes engajados na luta em curso contra a ditadura militar e, em especial, na denúncia e no combate a graves violações de direitos humanos promovidas naquele exato momento pelo braço armado do estado de segurança Nacional, mormente pelo grupo de extermínio Mão Branca. Por fim, também havia naquele tradicional bairro da zona oeste da cidade, várias comunidades pobres que teimavam em lutar pelo direito à moradia, ocupando terrenos baldios, movimentação essa quase sempre reprimida com brutalidade pela polícia em nome do sacrossanto princípio da propriedade privada do solo rural e urbano.

[15] A Baixada Fluminense se transformou no território mais violento do mundo. Segundo uma insuspeita revista da imprensa burguesa, só na década de 1970 passaram de 4.000 o número de vítimas dos diferentes grupos de extermínios com atuação na região, aí incluso o Mão Branca original. Ver. **Esquadrão**. Veja. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1979.

só, superam o da lista total de mortos e desaparecidos do Estado da Paraíba no período ditatorial, na qual constam os nomes de João Alfredo Dias, o *Nego Fuba*, e Pedro Inácio de Araújo, o *Pedro Fazendeiro*, líderes das Ligas Camponesas e militantes do PCB, cujos corpos, totalmente carbonizados, foram encontrados num matagal próximo ao município de Queimadas (terra natal de nosso conhecido Paulo José dos Santos Félix), em 09 de setembro de 1964.[16]

Resta ainda atentarmos alguns aspectos desta história, aprofundando e contextualizando os acontecimentos em tela. Vejamos, então, quem era quem no jogo da força bruta da guerra de classes que vigorou durante a ditadura militar, mormente na conjuntura que cercou e caracterizou a ação dos Esquadrões.

Embora não tenha sido o epicentro dos acontecimentos que resultaram no golpe de Estado de 1964, Campina Grande não esteve imune à conjuntura regional, nacional e internacional daquela quadratura histórica. Assim, no que diz respeito às frações da classe dominante local, a maioria aderiu ao golpe e se locupletou das benesses da ditadura, mesmo que como sócio menor do novo bloco de poder então controlado pelo capital transnacional associado. Seu núcleo duro, por assim dizer, era formado pelos grandes proprietários de terra, que adquiriram uma espécie de sobrevida com a ditadura ao se adaptar aos novos tempos de modernização conservadora. Tanto é assim que estes setores oligárquicos souberam aproveitar as oportunidades geradas

[16] Nas primeiras horas do golpe de 1964 Pedro Fazendeiro e Negro Fuba foram presos e transferidos para uma das guarnições do exército, o 15º Regimento de Infantaria da capital. Depois de sofrerem muita tortura, foram soltos, sequestrados e assassinados pela repressão. Até hoje, permanecem desaparecidos, tornando a dor de parentes, amigos e companheiros de luta em um processo sem fim. Notícias que circularam à época davam conta que os corpos dos dois lutadores do povo foram vítimas do Esquadrão da Morte, mais uma triste coincidência entre o *modus operandi* do Estado ditatorial empregado contra "criminosos" ditos comuns e políticos. Ver. Cittadino Monique. Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Ideia, 1998.

com o seu modelo de desenvolvimento econômico capitalista, especialmente com a industrialização subsidiada via incentivos fiscais, com a expansão de seu Distrito Industrial, seu comércio e negócios de maneira geral. Paralelamente a este processo mais amplo, estes segmentos, através de influências familiar, pessoal e política, buscavam barganhar favores perante os intermediários do regime. Quando bem sucedidas, essa realidade se desdobrava na instalação de órgãos públicos, na ocupação de cargos estratégicos, em investimentos em infraestrutura urbana, projetos de fomento à economia etc.

A consequência social mais evidente de todo esse processo foi a imposição de um modelo de intensa exploração da força de trabalho, caracterizado por concentração de riqueza nas mãos da classe dominante e a propagação da miséria entre as massas populares. Isso fica muito claro quando analisamos a dinâmica populacional e a estrutura de classe. Nas poucas mais de duas décadas de ditadura, a dinâmica populacional de Campina Grande sofreu significativas transformações. Além da sobreposição das taxas de natalidade em relação as de mortalidade, chamamos atenção para dois aspectos que, em vez de se contraporem, se complementam. É que, ao mesmo tempo em que perdeu população, em função dos fluxos migratórios Brasil adentro, a miragem de "Rainha da Borborema" também atraia levas e mais levas de pessoas de outros municípios e estados circunvizinhos, fugindo muitas vezes das consequências nefastas do êxodo rural, agravado pelos períodos de secas. Por outro lado, observamos que, mesmo mantendo ainda traços agrários, essa população foi cada vez mais se urbanizando, ao ponto de, no fim do período ditatorial, Campina

ter feito a passagem de um município, predominantemente rural, para um núcleo agora, majoritariamente urbano.[17]

Quanto à população trabalhadora, foi impactada de diferentes maneiras, especialmente os efeitos da proletarização e pauperização de seus membros. Se nos meios rurais predominavam as mais variadas relações sociais de exploração nas propriedades, no meio urbano uma parte era direcionada como mão de obra assalariada para as atividades formais/informais nos diferentes setores da economia local, a saber: comercio, indústria e serviços. Por outro lado, esse modelo gerava uma camada permanente de trabalhadores precarizados, com ocupações sazonais e que nos momentos de crise aguda vai constituir aquilo que a economia política marxista denomina de Exército industrial de reserva.[18]

No campo político institucional, a maior parte da classe dominante e seus diferentes agentes optou (ou foi para isso compelida pelas circunstâncias históricas) por atuar no partido do governo, inicialmente a dobradinha PSD/UDN, em seguida Arena e, por fim, o PDS. Depois de um momento instável, que vai de 1964/1969, a ditadura se consolida de 1969 em diante, para novamente sofrer clivagens internas, o que possibilitou em 1982 a chegada ao poder de setores da oposição moderadora com Ronaldo Cunha Lima, a mais perfeita tradução dos setores de oposição burguesa moderada, então com um certo lastro de apoio popular.[19]

---

[17] Entre 1960 e 1980 a população total do município pulou de 207.445 para 247.820 habitantes. Quanto à distribuição campo/cidade, o contingente rural caiu de 81.171 para 19.649, enquanto que o urbano saltou de 126.274 para 228.171 no intervalo de duas décadas. Para maiores esclarecimentos, ver. LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais:** expansão e crise em Campina Grande. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1996.

[18] MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, especialmente o capítulo 23.

[19] Durante o período ditatorial Campina Grande teve vários prefeitos, cujos perfis foram condicionados por aspectos estruturais e conjunturais do regime àquela época. Em 1º de abril de 1964, o chefe municipal era Newton Rique, um banqueiro com veleidades nacional-desenvolvimentistas pertencente aos quadros do PTB. Com sua queda em junho daquele mesmo ano, não sem muitas manobras de

Em Campina Grande, como de resto na Paraíba, não tivemos a instalação direta dos tentáculos principais da comunidade de segurança e informação, a exemplo do DOI-CODI e do SNI. Esse processo, essencial para o funcionamento do sistema de exploração capitalista impulsionado pelo golpe de 1964, era compensado pelos vínculos históricos com o IV Exército de Recife e através da adaptação dos novos/velhos órgãos com atuação local, a exemplo da 5º Companhia de Infantaria Motorizada, da Superintendência da Polícia Federal, do 2º Batalhão de Polícia Militar e Central de Policia Civil, para não falar em organismos paramilitares que atuaram paralelamente e/ou conjuntamente com os de natureza oficial.[20]

bastidores, assumiu seu vice, o advogado Williams Arruda. Nas eleições de 1968 Ronaldo Cunha Lima, herdeiro político do banqueiro-prefeito cassado, foi eleito pelo MDB, o partido da oposição consentida pelo Ato Institucional Nº 2. Após o AI-5, tanto Ronaldo como seu vice, Orlando Almeida, tiveram seus direitos políticos suspensos. O município foi então transformado em área de segurança nacional de 1969 até 1972, tendo à frente de seus destinos políticos nesse meio-tempo um General, de nome Manoel Paz e Lima, e um representante da burguesia local, Luiz Motta Filho, engenheiro, dono de curtume e outros empreendimentos, como o Jornal da Paraíba, fundado em 1972. Com o fim da intervenção federal e o retorno do processo eleitoral, o município foi dirigido por Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro, ambos da ARENA e com vínculos profundos com a classe dominante e os agentes da ditadura locais. Com a recuperação de seus direitos políticos, Ronaldo Cunha Lima voltou ao poder em 1983, para implantar um governo que, embora contasse com apoio de forças populares em sua gênese, foi paulatinamente se transformando numa oligarquia reacionária que hoje flerta com o bolsonarismo, se aliando com "derrotados" de ontem, o que muito nos diz sobre a natureza da transição por cima e seus desdobramentos presentes.

[20] Uma das ações mais conhecidas da repressão local se deu no início da década de 1970, quando um grupo de militantes de organizações de esquerda, a exemplo da Ação Popular e do Partido Comunista Brasileiro, foi sequestrado, provavelmente, pelo DOI-CODI pernambucano, com a cobertura de agentes locais. Em seguida, foram levados para uma propriedade rural pertencente a Manoel Ferreira Filho, comerciante do ramo de armas e munições, onde foram barbaramente seviciados. Não muito distante dali se encontrava uma outra propriedade já mencionada no texto, pertencente ao Mão Branca Zezé Basílio, para onde este último e seus comparsas costumavam levar suas vítimas para extorquir e maltratar. Do que aconteceu naqueles sombrios dias na **Granja do Terror**, como ficou conhecida a propriedade do empresário local transformado em aparelho clandestino de tortura, sobreviveram, mesmo que de forma traumatizada, algumas vozes para testemunhar tamanha infâmia. Quanto à propriedade de Zezé Basílio, que bem poderia ser denominada de **Granja do Horror**, verdadeira sucursal do inferno, sequer isso tivemos: ninguém saiu vivo, todos os que tiveram a infelicidade de por lá passar acabaram sendo trucidadas e os corpos jogados ao relento em diferentes pontos da cidade. Ver. PARAIBA. **Relatório Final Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017.

Este aparato tinha um triplo objetivo, qual seja, o de coesionar a classe dominante, manter a ordem social e reprimir as camadas e classes populares, sendo instrumentalizado para tais fins nas diferentes conjunturas da ditadura militar: no princípio, no meio e no fim. Nesse sentido, podemos afirmar que, para além da dimensão jurídica, os eventos em torno do Mão Branca podem nos dizer muito sobre a conjuntura que cercou a crise final do regime, mormente os traços que marcaram a transição por cima e suas nuances locais (Leite, 2017).

Ao ser instaurado o processo, o Promotor Público, assim se referiu aos principais acusados ao pronunciá-los

> O Promotor de Justiça em substituição nesta Comarca, exercitando atribuições de seu ministério, no impedimento legal do titular desta Vara, vem, com fundamento na sindicância e investigações juntas, oferecer denúncia contra os seguintes indivíduos:
>
> 1- José Basílio, brasileiro, casado, ex-investigador de Polícia, proprietário de oficina mecânica, situada em frente a Sorveteria Rainha e residente nesta cidade;
> 2- Antônio Gonçalves da Costa, mais conhecido pelo vulgo de "Temporal", brasileiro, separado judicialmente, ex-investigador de Polícia e residente nesta cidade;
> 3- Cícero Tomé, brasileiro, casado, investigador de Polícia e residente nesta cidade;
> 4- José Carlos de Oliveira, conhecido pelo apelido de "Cacau", brasileiro, ex-investigador de Polícia, residente nesta cidade e,
> 5- Francisco Alves, brasileiro, ex-investigador de Polícia, residente nesta cidade.[21]

[21] **Arquivo do Depósito Judiciário do Fórum Afonso Campos**. Ação Criminal. Autor: Justiça Pública. Réus: José Basílio Ferreira, Zezé Basílio; Antonio Gonçalves da Costa, Francisco Alves de Oliveira, Cícero Tomé da Silva. Vítimas: Diversos Marginais. Comarca de Campina Grande. 1992. Embora a primeira página deste volumoso processo criminal crave o ano de 1992, na verdade, ele teve início em 1980 e se estendeu até 2008, quando foi arquivado. Um momento chave foi 1982, quando entre 31 de março e 1º de abril daquele ano (coincidentemente no transcurso dos 18 anos da Redentora contrarrevolucionária), os réus foram submetidos a julgamento. Dos cinco acusados, quatro foram absolvidos. Apenas José Basílio da Silva foi condenado a 76 anos, pena essa prescrita com a sua morte, ocorrida no interior do Presidio do Serrotão, em 08 de novembro de 1991. Apesar dos diferentes recursos interpostos pelas partes, as sentenças de primeira instância, no essencial, foram mantidas, o que demonstra impunidade em relação a este e muitos outros crimes de lesa-humanidade cometido pela ditadura e seus agentes. Outrossim, interessante observar

Na verdade, estes policiais eram a ponta do iceberg de um esquema de poder mais amplo que, direta ou indiretamente, passava pelas entranhas do aparelho jurídico/policial e pelos interesses políticos locais, estaduais e até nacional, com o objetivo de intimidar setores moderados da oposição e impor o terror aos trabalhadores e suas organizações. Por outro lado, as heterogenias forças que se insurgiram contra a ação do Mão Branca, aproveitaram a ocasião para denunciar os crimes da ditadura e fazer avançar, aos trancos e barrancos, a luta contra o próprio regime como um todo.[22]

Considerações finais

Há oito anos Marilena Chaui (2016, p.11) fez um exercício de analogia histórica, ao afirmar que

> Estamos vivendo um momento que fará 1964 parecer coisa muito simples. 1964 estava inserido na Guerra Fria, no poderio dos Estados Unidos sobre

os termos nada neutros utilizados no corpo da referida ação. Enquanto os réus são descritos pelos próprios nomes e particularizado como indivíduos, as vítimas sequer são nominadas, reduzidas a termos pejorativos de "marginais" e similares, tais como "bandidos", "delinquentes" e "criminosos". Aqui não se trata de mera questão de semântica ou lapso de memória dos agentes do poder judiciário, tais como escreventes, promotores e juízes. Expõe uma questão eminentemente política. Ainda que, em princípio, alguns deles fossem simpáticos à causa das vítimas e reprovassem moralmente as ações delituosas dos réus, não conseguiam escapar de todo da estrutura ideológica do degradado direito burguês, especialmente em tempos de ditadura. Por fim, nunca é demais destacar a coragem de familiares e amigos das vítimas que, correndo todos os riscos possíveis e inimagináveis, prestaram informações que se mostraram cruciais para deslindar a cadeia de poderosos interesses por trás da ação do citado grupo de extermínio.

[22] Nem a acirradíssima eleição municipal de 1982 ficou imune ao processo. Além do já mencionado Ronaldo Cunha Lima, as forças de oposição mais à esquerda lançaram o nome do professor universitário Edgard Malagodi, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Naquele contexto, o principal concorrente da situação era Antonio Vital do Rego, contando para isso com o apoio ostensivo das máquinas federal, estadual e do ultrarreacionário prefeito Enivaldo Ribeiro. Filho de uma das mais destacadas parentelas da oligarquia local, Vital foi o advogado dos principais acusados do Esquadrão da Morte. Não por acaso, poucos dias depois do julgamento do caso vários muros da cidade amanheceram pichados com as seguintes frases: "Vital Mão Branca", "Vital também é Mão Branca" e "Candidato Mão Branca". Ver. **Pichações repudiam atuação de Vital em defesa de Mão Branca.** Gazeta do Sertão. Campina Grande, 04 de abril de 1982. Para maiores detalhes, remetemos a. LIMA, Luciano Mendonça de. **Transição pelo alto, crise social e atuação dos Esquadrões da Morte nos anos finais da Ditadura Militar em Campina Grande-PB**. In. BARBOSA, Arthur Manoel Andrade de. et al (Orgs). **Marxismo e mundos do trabalho na Paraíba:** relações, sujeitos, projetos. Campina Grande: UICLAP, 2024, p. 64-104.

> países da América Latina. Por causa dos exemplos de Cuba, acreditava-se ser possível uma revolução socialista. Os componentes eram óbvios. Havia uma clareza na compreensão do momento vivido. Agora não há clareza. Tudo é muito difuso, muito opaco, obscuro, porque há um fundo teológico.[23]

Como toda comparação, a evocada pela eminente filósofa política brasileira é válida em seus próprios termos, ou seja, no contexto de debacle do segundo governo da ex-presidente Dilma Roussef e o avanço subsequente das forças de extrema direita no Brasil a partir de 2016. Não obstante, merece reparos. Em primeiro lugar, nenhuma realidade é, a rigor, totalmente opaca ou transparente, seja para as personagens históricas, seja para estudiosos e pesquisadores. Ora, o que aparentemente pode parecer simples nem sempre o foi, e vice versa: algo que consideramos opaco hoje, pode ser visto num futuro, próximo ou distante, como mais ou menos transparente. Não, definitivamente 1964 não foi coisa simples, ao contrário, foi um evento extremamente complexo da história da lutas de classes no Brasil e, passado pouco mais de 60 anos, ele continua a nos inquietar em termos éticos, políticos e epistemológicos.[24] Por outro lado, no afã de denunciar os efeitos deletérios do neofascismo então em curso na sociedade brasileira (em especial para as classes populares e as forças políticas de esquerda), a autora acaba minimizando o brutal histórico de violência da ditadura militar e seu pesado legado para o nosso tempo presente, em termos de espoliação econômica, opressão política e obscurantismo cultural.

Os crimes dos chamados Esquadrões da Morte devem ser computados na conta macabra da Ditadura Militar, que na sua luta

---

[23] Conferir: **Entrevista.** Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados. Revista Cult. Nº 209, fevereiro de 2016, p. 11.

[24] Aqui nunca é demais relembrar o velho Marx, que ao polemizar com os representantes da economia vulgar oitocentista, vaticinou: "toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente". MARX, Karl. **O Capital. Livro III:** O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 880.

incessante contra a classe trabalhadora assassinou de comunistas históricos a deserdados da sorte, da vanguarda aos setores mais fragilizados da classe trabalhadora.

Estes últimos, os alvos dos Esquadrões da Morte, são os antepassados mais próximos das vítimas preferenciais do braço armado do Estado autocrático brasileiro de hoje, a saber: o genocídio e o encarceramento em massa da população trabalhadora, pobre, preta e periférica. Assim como as vítimas políticas do Regime Militar, cujas fronteiras com as vítimas dos chamados crimes comuns são tênues, eles também tinham familiares e amigos que choraram e prantearam a dor da perda de um ente querido. Merecem, sem romantização, decerto, serem lembrados, clamam por justiça, verdade e reparação, sob pena do futuro repetir o passado em forma de catástrofe incessante.[25]

Diante do exposto, urge convocar - como certa vez nos clamou um velho historiador militante da causa comunista - o Tribunal de Recursos da História, para não só deslindar e pôr à prova as misérias e falácias historiográficas do tempo presente, mas também chamar para o centro do processo histórico as vozes emudecidas dos oprimidos de todos os quadrantes, pré-condição para romper o círculo infernal da história dos vencedores de ontem e de seus herdeiros dos dias que correm (Thompson, 2021).

[25] Mal o julgamento do Mão Branca foi concluído, um grupo de cinquenta policiais, desta vez militares, invadiu uma das celas do Presídio do Monte Santo, onde se encontrava o detento José Dias, acusado de matar um guarda, em uma tentativa frustrada de fuga, e o trucidaram à queima-roupa com mais de 70 tiros. Como se isso não bastasse, os facínoras deceparam a orelha da vítima e, escárnio dos escárnios, saíram em passeata pelas principais ruas de Campina Grande exibindo-a como um macabro troféu de guerra. Submetidos a júri os cinquenta delinquentes foram absolvidos por unanimidade. Quer dizer, impunidade do passado retroalimenta impunidade do presente e embaralha qualquer perspectiva de futuro emancipado: Margarida Maria Alves, Chico Mendes, Volta Redonda, Vigário-Geral, Candelária, Carandiru, Eldorado dos Carajás, Corumbiara, Amarildo, Marielle, Evaldo Rosa, Luciano Macedo...Até quando? Ver. **Braga pede comissão do TJ para apurar chacina**. Correio da Paraíba. João Pessoa, 22 de junho de 1983; FELITTE, Almir. **História da Polícia no Brasil:** Estado de exceção permanente? São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1985). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. 10. ed. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. 3 Volumes. Brasília: CNV, 2014.

CAVALCANTE, Jean Lucas**. O movimento das Diretas Já na Paraíba**: lutas políticas no processo de transição autocrático (1983-1984). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2021.

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**: 1964-1985. São Paulo: Boitempo, 1997.

COSTA, Márcia Regina. **São Paulo e Rio de Janeiro**: a constituição do esquadrão da morte. Disponível em: http//bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ampocs/regina.rtf. Acesso em 02 jan. 2024.

DIÁRIO DA BORBOREMA. **Mão Branca anuncia listão de bandidos que irão morrer**. Campina Grande, 13 de abril de 1980.

DIÁRIO DA BORBOREMA. **No Aeroporto, Cícero Tomé desabafa**: sou Frei Damião. Campina Grande, 30 de agosto de 1980.

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

GAZETA DO SERTÃO. **Crime do Shopping Center**. Juiz vai ouvir Manuel Ferreira. Campina Grande, 07 de agosto de 1983.

JÚNIOR, Carlos Zacarias Sena; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (Orgs). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEITE, Jonathan Vilar dos Santos. **A frágil "abertura" de João Figueiredo**: a redemocratização campinense em apuros (1979-1985). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017.

LEITE, Ronaldo. **A verdade sobre o carrasco Mão Branca**. João Pessoa: A União, 1997.

MANSO, Bruno Paes. **A República das Milícias**: dos Esquadrões da Morte à era bolsonarista. São Paulo: Todavia, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, **O Estado contra o povo**: a atuação dos Esquadrões da Morte em São Paulo (1969 a 1972). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

O MOMENTO. **Advogada de camponeses sofre atentado a bala em Campina**. João Pessoa. 03 de setembro de 1983.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Dos esquadrões ao PCC, 52 anos de violência mataram 130 mil pessoas**. São Paulo, 13 de outubro de 2012.

PARAÍBA. **Arquivo do Depósito Judiciário do Fórum Afonso Campos**. Ação Criminal. Autor: Justiça Pública. Réus: José Basílio Ferreira Zezé Basílio, Antonio Gonçalves da Costa, Francisco Alves de Oliveira, Cícero Tomé da Silva. Vítimas: Diversos Marginais. Comarca de Campina Grande. 1992.

PARAÍBA. **Relatório Final Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017.

POLÊMICA PARAÍBA. **Ex-presidiário Ataliba Arruda anuncia candidatura para 2022**: "sou de direita e conservador". Campina Grande, 23 de setembro de 2021. Acesso em 02/01/2024.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Estevam, Luciana. **Cidade e violência**: Campina Grande na década de 1980 e as representações do "Mão Branca nos Jornais. Dissertação (Mestrado). Programa de

Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

SILVA, Jefferson Florêncio. **O grande olho paraibano**: a vigilância de classe realizada pelo SNI, Polícia Federal e DOPS na Paraíba durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2021.

SOUTO, Carlos Magno dos Santos. **A mão Branca que mata:** considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes, 2021.

VIANA, Lucas Tadeu. **A lógica do transformismo**: o caso histórico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2021.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org

Este livro resultou do encontro de pesquisadores e pesquisadoras no XXI Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História (ANPUH) Seção Paraíba, que foi realizado na Universidade Estadual da Paraíba e na Universidade Federal de Campina Grande, entre os dias 19 a 23 de agosto de 2024. Na ocasião, o tema central foi a "América Latina e Brasil: entre ondas progressistas e reações conservadoras", tendo sido debatido em mesas redondas, simpósios temáticos e minicursos. Isso tornou possível fazer da arte do encontro uma oportunidade de pensar criticamente e de maneira propositiva as transformações pelas quais passam o capital, a cultura contemporânea e as adversidades que marcam as relações entre passado, presente e futuro nesta região que, mais recentemente, aprendemos a reconhecer como parte do Sul Global, e que agora entregamos aos leitores e leitoras o resultado desse esforço coletivo e democrático.

9 786552 722850

editorafi.org

CC BY SA